



SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, SA

Sede: R. João Mendonça, 529 - 4464-501 SENHORA DA HORA

Capital Social 1.000.000.000 Euros

Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e identificação 501 532 927

RELATÓRIO E CONTAS

31 DE DEZEMBRO DE 2008



RELATÓRIO DE GESTÃO

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

RELATÓRIO DE GESTÃO 2008

1. Enquadramento de mercado

O ano de 2008 ficou marcado pelo agravamento da crise financeira que nasceu com o colapso do sistema de “subprime” dos EUA em meados de 2007. A crise alastrou para a economia real quando, no Verão de 2008, a falência de diversas instituições financeiras de renome abalou a confiança dos agentes económicos e conduziu ao endurecimento das condições de concessão de crédito e a uma crise de ausência de liquidez.

Estas dificuldades propagaram-se rapidamente e afectaram o tecido empresarial, conduzindo ao aumento do desemprego e a um cenário de elevada insegurança e volatilidade. Este quadro agudizou-se ao longo do ano, fazendo desde logo com que a crise se manifestasse num forte abrandamento do consumo privado. Muito embora a verdadeira amplitude da crise permaneça por determinar, é de esperar que as suas réplicas se continuem a fazer sentir ao longo de 2009.

Tratando-se de uma crise à escala global, os seus efeitos também se têm vindo a fazer sentir na economia Portuguesa, com o crescimento do Produto Interno Bruto em termos reais praticamente estagnado no ano, e a registar mesmo um valor negativo no último trimestre de 2008. Efectivamente, a diminuição da procura externa aliada às maiores dificuldades de financiamento colocaram novas dificuldades às empresas portuguesas, com impacto imediato na retracção dos níveis de investimento. Associado a este quadro, o nível de desemprego aumentou no final de 2008, e influenciou negativamente o andamento do consumo privado, com reflexo na actividade do comércio a retalho - particularmente nas categorias mais discricionárias e que possibilitam um adiamento da compra.

Sintomático de um mercado em abrandamento é também o comportamento da taxa de inflação que, depois dos valores elevados registados na 1ª metade do ano, tem vindo a evidenciar consecutivamente fortes abrandamentos, dando mesmo alguns sinais de estagnação para 2009.

Analisando em maior detalhe o mercado de retalho moderno em Portugal, verificamos que a evolução da base instalada da oferta no País manteve o forte ritmo de crescimento dos últimos anos, tendo aumentado cerca de 9% com a abertura de 130.000 m² adicionais de área de venda de retalho alimentar e 145.000 m² no que respeita aos principais formatos de base não alimentar. O aumento da oferta superou uma vez mais o ritmo de crescimento nominal da procura, que de acordo com as fontes oficiais não deverá ter ultrapassado os 6%. Tal evolução colocou uma pressão concorrencial acrescida ao mercado Português, acentuando o desequilíbrio entre o dinamismo da procura e da oferta.

2. Actividade ao longo do ano

Atenta a actual conjuntura, os resultados de 2008 vêm confirmar a capacidade da Sonae Distribuição de, sustentadamente, gerar valor para todos os seus “stakeholders”.

A Empresa realizou no total do ano um volume de negócios de 4.220 milhões de Euros, com um crescimento muito significativo de 25% face ao ano anterior.

Esta evolução traduz um “like-for-like” marginalmente positivo (muito penalizado ao longo do ano com o agravamento do índice de confiança das famílias) e um forte programa de crescimento orgânico em Portugal, bem como a concretização da entrada em Espanha e a integração da exploração das unidades ex-Carrefour Portugal. A Empresa concretizou assim um volume de negócios de 4.068 milhões de Euros e um crescimento de 20% se se excluir o contributo dos postos de combustível.

Em perspectiva, esta evolução destaca-se claramente no actual panorama de retracção de negócios mundial, e encerra particular relevância porque afirma uma vez mais a Sonae Distribuição pela sua capacidade de progredir sobre uma já destacada posição de liderança no mercado de retalho Português.

Adicionalmente, o volume de negócios referente aos postos de combustível associados aos hipermercados Continente totalizou 151 milhões de Euros, contribuindo com um acréscimo de 5% no volume de negócios consolidado da Empresa.

Também ao nível da geração de cash-flow operacional ficou patente o bom desempenho alcançado em 2008. Em termos consolidados, o EBITDA da Sonae Distribuição atingiu 355 milhões de Euros. Este valor representa um aumento de 56 milhões de Euros em relação a 2007 e traduz um rácio sobre vendas líquidas totais de 8,4%.

O valor global do ano incorpora um ganho não recorrente de 9 milhões de Euros associado à venda de um activo imobiliário em Florianópolis, no Brasil, o qual não tinha sido envolvido na operação de desinvestimento concretizada em Dezembro de 2005. Ainda neste ano, a Empresa procedeu à alienação de lojas em Eiras e Lagoa (nomeadamente no âmbito dos Remédios impostos pela Autoridade da Concorrência aquando da operação de aquisição dos ex-hipermercados Carrefour), bem como uma parte da galeria do centro comercial de Leiria – nomeadamente no âmbito dos Remédios impostos pela Autoridade da Concorrência aquando da operação de aquisição dos ex-hipermercados Carrefour. Atendendo aos custos operacionais associados a tais operações de desinvestimento, tal não originou um impacto significativo ao nível da conta de exploração da Empresa.

De igual forma, também em 2007 este referencial surgiu impactado pelo ganho não recorrente líquido de 12 milhões de Euros, resultante da venda dos activos imobiliários das galerias comerciais de Albufeira e Portimão em Portugal. Expurgando estes dois impactos de carácter extraordinário, verifica-se que o EBITDA consolidado recorrente da Empresa alcançou ao longo do ano 346 milhões de Euros, a que corresponde um crescimento de cerca de 20%. Mantém-se assim o referencial de 8,5% de geração de EBITDA sobre vendas líquidas sem combustíveis face a 2007. A Empresa cumpriu, por conseguinte, mais um dos objectivos que tinha definido para o exercício e demonstrou a sua capacidade para salvaguardar o exigente equilíbrio entre crescimento e rentabilidade operacional.

Particularizando, na evolução da actividade da Empresa ao longo do ano podem ser salientados os seguintes aspectos:

Universo de base alimentar

Em 2008, o universo de base alimentar da Sonae Distribuição apresentou um volume de negócios de 2.889 milhões de Euros. Tal representa um crescimento de 22% face ao ano anterior e reforça de forma significativa a quota de mercado da Empresa em Portugal.

Esta evolução consubstancia um crescimento de 1% no universo comparável de lojas. Neste desempenho distingue-se a evolução muito positiva do universo de perecíveis, no decurso do actual projecto de requalificação e enriquecimento da sua estrutura da oferta. Sobressai igualmente o forte crescimento do conjunto de marcas próprias e de 1º preço, que se destacam pelo valor e diferenciação que aportam à Empresa.

Neste mesmo período, o contributo do conjunto de insígnias de base alimentar para o cash-flow operacional consolidado da Empresa ascendeu a 262 milhões de Euros, reforçando o indicador para 9,1% do respectivo volume de negócios. Este patamar de rentabilidade é especialmente significativo na medida em que é alcançado num contexto de mercado fortemente competitivo, e está intimamente ligado aos programas de melhoria de produtividade e de desenvolvimento de sinergias inerentes à aquisição da operação ex-Carrefour Portugal, em conformidade com os fundamentos que suportaram a valorização desta aquisição.

Universo de base não alimentar

Ainda em 2008, o agregado de insígnias de base não alimentar registou uma evolução anual do volume de negócios de 16%, para um montante global de 1.172 milhões de Euros.

O ano ficou marcado por um decréscimo de 2% da actividade do conjunto comparável de lojas, que se centrou de forma particular no período final do ano.

Num contexto de mercado particularmente adverso, este portfólio de negócios apresentou sinais mistos - onde pontuou um comportamento muito positivo das cadeias Modalfa, Zippy e Sportzone e, em contrapartida, uma evolução desfavorável das vendas das insígnias Vobis e Maxmat quando comparadas com o ano anterior.

O andamento específico deste último conjunto de cadeias reflecte a menor disponibilidade do consumidor para aquisição de bens de carácter menos essencial.

Ainda em 2008, o contributo do conjunto de formatos de base não alimentar para o cash-flow consolidado da Empresa totalizou 76 milhões de Euros. Este valor, que ocorre no seio de forte volatilidade económica e incorpora o investimento inicial com a entrada em Espanha, corresponde a um aumento de 6% face a 2007.

Traduz um referencial de 6,4% sobre as respectivas vendas líquidas que, não fora o impacto muito específico da entrada no mercado Espanhol, se manteria ao nível do ano anterior ao incorporar ganhos crescentes de produtividade e eficiência deste ainda jovem conjunto de insígnias.

Para o mesmo período, o resultado líquido atribuível aos accionistas da Sonae Distribuição ascendeu a 171 milhões de Euros, superando o valor registado no período homólogo do ano precedente em 4 milhões de Euros. A evolução muito positiva da actividade permitiu assim à Sonae Distribuição superar a componente mais expressiva de encargos financeiros decorrente do significativo esforço de investimento realizado nos últimos anos.

3. Investimento

A Sonae Distribuição concretizou ao longo de 2008 um investimento líquido global de cerca de 350 milhões de Euros. Este valor financiou a concretização do plano de expansão da Empresa, e permitiu-lhe finalizar o ano com um portfólio de 793 unidades e uma área de venda instalada de 809.000 m² (+14% sobre a base de final do ano precedente). Ao longo deste exercício, a Sonae Distribuição:

- inaugurou 74.000 m² de área de venda em Portugal, correspondentes ao seu portfólio de formatos mais desenvolvidos;

- apresentou ainda de forma consistente quatro novos conceitos de negócio em Portugal num total de 3.000 m² de área de venda. Foram eles a Book.it – cadeia de livraria e papelaria, a Loop – insígnia de calçado casual, o Bom Bocado – cadeia de cafetarias, e os Seguros Continente – que gere um portfólio de produtos de Seguro Automóvel e Seguro de Motociclos em parceria com o Grupo Fidelidade Seguros;

- concretizou a sua entrada no mercado espanhol com a abertura de 6 lojas Sport Zone e a aquisição de um parque de 9 unidades de electrodomésticos e electrónica de consumo (a que posteriormente foi já adicionada uma nova abertura), num total de 34.000 m² de área de venda instalada;

- formalizou igualmente um acordo com o Grupo RAR com vista à criação de uma operação conjunta de agências de viagem, detida a 50% por cada um dos accionistas e dotada de gestão partilhada.

Adicionalmente, a Sonae Distribuição dedicou parte do seu esforço de investimento ao programa de remodelação de lojas que continuamente desenvolve de forma a garantir que estas se mantêm como referência de modernidade no sector. Neste âmbito, procedeu a mais de 40 intervenções importantes, destacando-se aquelas levadas a cabo nas unidades ex-Carrefour que permitiram a re-adequação da área dedicada à componente alimentar e a individualização das unidades Worten.

No investimento global do ano encontram-se igualmente inscritas verbas destinadas à prossecução dos projectos estruturantes na Companhia, com destaque para a importante reestruturação da plataforma logística de suporte à operação em Portugal.

4. Estrutura de Capitais

A 31 de Dezembro de 2008 a Sonae Distribuição apresentava um montante global de capitais empregues líquidos de 2.160 milhões de Euros. Este valor contempla os activos imobiliários brutos da Empresa, que totalizavam 1.606 milhões de Euros à data de fecho do balanço, valorados maioritariamente ao respectivo custo de aquisição.

No mesmo período, o endividamento financeiro líquido ascendia a 1.228 milhões de Euros e situava-se abaixo da valorização dos activos imobiliários acima referidos. Este valor implica um referencial pontual sobre o cash-flow operacional do ano de 3,5x e um valor médio anual de 3,7x.

A Empresa considera que possui uma sólida estrutura de financiamento da sua actividade, uma vez que a componente de capitais alheios se encontra totalmente suportada em linhas de médio e longo prazo (com uma maturidade média de cerca de 5 anos), e não está sujeita a necessidades prementes de refinanciamento.

5. Governo das Sociedades

Ao longo de 2008 não ocorreram mudanças significativas que mereçam destaque, e as directrizes definidas nos Relatórios de Gestão dos anos anteriores, naquilo que diz respeito ao Governo das Sociedades, permanecem inalteradas no exercício em causa.

Relembramos que a informação relativa ao Governo das Sociedades é apresentada em relatório próprio.

6. Perspectivas

Malgrado a excepcionalidade do momento económico, a Empresa mantém-se confiante na robustez das suas linhas estratégicas que privilegiam o crescimento e o reforço da proposta de valor.

Neste âmbito, mantém-se como objectivo para final de 2010 o alcance de 1.000.000 de m² de área de venda para suporte da actividade da Empresa.

A este respeito, antecipa manter a concretização de um crescimento orgânico sustentável no mercado Português, por via do aproveitamento de oportunidades em novas localizações onde se perspectivam referenciais de criação de valor apelativos, bem como do desenvolvimento sinérgico de novos conceitos e parcerias.

A Empresa manter-se-á igualmente empenhada no importante desafio de constituição de uma operação internacional de relevo. Neste sentido, antecipa alcançar já em 2010 mais de 80.000 m² de área de venda no mercado espanhol nas suas cadeias de desporto e de electrónica de consumo.

Não obstante o contexto de mercado mais desafiante, a Empresa continuará assim a investir sempre que estejam assegurados índices de rentabilidade elevados e uma inequívoca criação de valor. Neste âmbito, optou por elevar significativamente a taxa de retorno mínima exigida a todos os seus projectos, assegurando desta forma que serão escolhidos aqueles de maior valia e garantida geração de valor.

Ao longo dos próximos meses, a Sonae Distribuição manter-se-á igualmente focada no desenvolvimento de um importante conjunto de acções potenciadoras do aumento da sua rentabilidade operacional e capacidade de geração de cash-flow, particularmente significativas ao nível de:

- desenvolvimento dos programas de marcas próprias, que se têm distinguido no mercado Português pela sua valia e inovação;
- reforço das competências de “sourcing”, com vista à intensificação da competitividade e variedade da proposta comercial de cada formato;
- desenvolvimento de programas promocionais fortemente inovadores e exclusivos, alavancados na experiência e no conhecimento aportados pelos programas de fidelização, e na utilização cada vez mais sofisticada dos sistemas de informação (que se manterão como vector de desenvolvimento estratégico da Companhia);
- promoção dos programas de melhoria contínua da produtividade na operação de loja;
- desenvolvimento da infra-estrutura logística, que não deixará de contribuir positivamente para os ganhos de produtividade e eficiência operacional dos próximos anos da Empresa.

A Empresa manter-se-á igualmente empenhada em garantir uma forte disciplina na alocação de capitais por via da optimização da gestão do fundo de maneo operacional.

A Sonae Distribuição não antecipa aumentar a sua exposição bancária em 2009. A manutenção dos patamares de endividamento financeiro, aliada à elevada maturidade das suas linhas de financiamento,

confere total tranquilidade à posição da Empresa no actual contexto de forte volatilidade dos mercados financeiros.

A Sonae Distribuição aspira ainda a manter-se como uma referência em todos os domínios da responsabilidade social corporativa, quer na sua vertente ambiental quer ao nível das relações de confiança que constrói com todos aqueles com que se relaciona – em especial os seus clientes, fornecedores e colaboradores.

7. Proposta de Aplicação de Resultados da empresa Sonae Distribuição, SGPS, SA

Será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 85 milhões de Euros pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título de dividendos, a que corresponde um “dividend pay-out ratio” de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título individual, foi de 266.112.080,73 Euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

| | |
|-----------------------|----------------------------|
| Reserva Legal _____ | 14.700.000,00 Euros |
| Reservas Livres _____ | 166.412.080,73 Euros |
| Dividendos _____ | <u>85.000.000,00 Euros</u> |
| Total _____ | 266.112.080,73 Euros |

Os dividendos a distribuir correspondem à atribuição de 0,085 Euros a cada uma das 1.000.000.000 de acções que constituem a totalidade do capital social da empresa.

8. Agradecimentos

Um agradecimento a todos os clientes, fornecedores, instituições financeiras e accionistas pelo apoio e preferências demonstrados. Aos auditores e revisores oficiais de contas é também devido o reconhecimento pela cooperação evidenciada ao longo do período. Finalmente, uma palavra de especial reconhecimento a todos os colaboradores da Sonae Distribuição pelo entusiasmo, dedicação e competência uma vez mais demonstrados.

Matosinhos, 3 de Março de 2009

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO)

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Álvaro Carmona e Costa Portela

Glossário

Volume de negócios (vn)

vendas de mercadorias e produtos + prestações de serviços.

Cash-flow operacional (EBITDA)

resultado operacional - amortizações e depreciações – provisões e perdas e reversão de imparidade – diferenças de consolidação negativas.

Resultado operacional (EBIT)

resultado consolidado - imposto sobre o rendimento + resultados relativos a investimentos + resultados relativos a empresas associadas - resultados financeiros.

Resultado corrente

resultado operacional + resultados financeiros.

Investimento líquido

aumento do imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo) bruto + variações do perímetro (resultantes de aquisições e alienações) + desinvestimento bruto em imobilizado técnico (corpóreo e incorpóreo) + aumentos de diferenças de consolidação. Para cálculo do investimento em aquisições (medido pelas variações ocorridas no perímetro de consolidação) foi utilizado o valor líquido de amortizações acumuladas.

Endividamento financeiro líquido

empréstimos correntes + empréstimos não correntes + credores por locação financeira – caixa e equivalentes de caixa – outros investimentos financeiros correntes + empréstimos de empresas participadas e/ou participantes – empréstimos a empresas participadas e/ou participantes.

Endividamento médio

média do endividamento financeiro líquido final dos quatro últimos trimestres.

L4L (“like-for-like”)

evolução do volume de negócios do universo comparável de lojas

Activos imobilizados brutos afectos a empresas imobiliárias

goodwill líquido de imparidades (diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição) + imobilizado técnico bruto (valor dos activos corpóreos e incorpóreos registados ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal) detidos pelas empresas imobiliárias instrumentais do Grupo.

Fundo de maneo

clientes (valor a receber resultante de vendas decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) - fornecedores (valor a pagar resultante de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo) + existências (mercadorias registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor de descontos de quantidade e das perdas por imparidade) + outros activos e passivos (Estado e outros entes públicos + empresas associadas + acréscimos e diferimentos + impostos diferidos + provisões para riscos e encargos + fornecedores de imobilizado + devedores e credores diversos).

Gearing

relação entre o endividamento financeiro líquido e o capital próprio da Empresa.

Capitais empregues líquidos

activos imobiliários brutos + outros activos imobilizados brutos + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneo.

ROCE (“Return On Capital Employed”)

EBIT sobre montante de Capitais Empregues Líquidos.

ROE (“Return On Equity”)

somatório do resultado líquido atribuível a accionistas dos últimos quatro trimestres sobre a média do capital próprio final da Empresa, igualmente atribuível a accionistas, dos quatro últimos trimestres.



**RELATÓRIO SOBRE O
GOVERNO DA SOCIEDADE**

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

GOVERNO DA SOCIEDADE 2008

O presente anexo contém uma breve descrição das práticas da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. sobre o Governo da Sociedade (“Corporate Governance”). Não sendo a Sonae Distribuição uma sociedade emitente de ações admitidas à negociação em mercado regulamentado¹, não quis no entanto deixar de proceder à divulgação voluntária em relatório autónomo das suas práticas no que respeita a este tema, com o propósito de melhor informar o Mercado.

Este documento foi elaborado tendo como referência indicativa, no que respeita à sua estrutura e conteúdo, o código de governo das sociedades divulgado pela CMVM, nos termos do disposto no Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº. 1/2007, com as alterações que lhe foram introduzidas pelo Regulamento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários nº. 5/2008. Atento o carácter voluntário da publicação do presente relatório e o facto da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. não ser uma sociedade aberta, não são identificadas as situações de recomendações da CMVM não adoptadas.

Porque se trata de um anexo ao relatório de gestão único deve ser lido em complemento e em conjugação com esse documento, para o qual contém remissões sempre que for considerado mais adequado descrever o assunto no corpo do relatório de gestão, evitando assim a duplicação de informação.

Capítulo 0

0.1 Disponibilização dos textos dos códigos de governo das sociedades

Os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais a Empresa voluntariamente escolheu sujeitar-se estão disponíveis no site da Empresa, no site da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários ou, no caso da versão impressa, nas instalações próprias da Sociedade.

0.2 Recomendações adoptadas e práticas divergentes

A adopção das recomendações da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sobre governo das sociedades está expressa no corpo deste relatório em cada um dos capítulos em que está organizado.

0.3 Avaliação da independência dos membros do Conselho de Administração

Tal como se pode verificar no ponto II.9, todos os membros do Conselho de Administração são “não independentes”.

Capítulo I Assembleia Geral

I.1 Composição da mesa

Os membros da mesa da Assembleia Geral são:

- Dr. António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes (Presidente)
- Dr.ª Clara Maria Azevedo Rodrigues Gomes (Secretária)

¹ Dado que a Empresa perdeu a qualidade de sociedade aberta e se encontra excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon desde o dia 22 de Setembro de 2006, após a aquisição do domínio total da Empresa pela Sonae, SGPS, S.A..

I.2 Mandatos

Os membros da Mesa da Assembleia Geral iniciaram as suas funções na data da Assembleia Geral Anual realizada em 2 de Maio de 2007, mantendo-se em funções até ao final do mandato em curso que tem o seu termo no ano de 2009.

I.3 Remuneração do Presidente da Mesa

Durante o ano de 2008 o Presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 3.750 euros.

I.4 Antecedência exigida para o depósito ou bloqueio das acções para a participação na assembleia geral

Conforme o previsto no número 1 do artigo 19º. dos estatutos da Sociedade: "a Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da Sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei".

As acções são escriturais.

Face ao previsto na alínea a), número 1, do artigo 72º. do Código dos Valores Mobiliários, o bloqueio das acções da emitente, opera-se desde a data da emissão do certificado comprovativo da titularidade das acções, até à data do exercício do respectivo direito.

I.5 Regras aplicáveis ao bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia Geral

Dada a inexistência de regras societárias, o bloqueio das acções em caso de suspensão da reunião da Assembleia, obedecerá ao previsto no referido artigo 72º., número 1, alínea a), do Código dos Valores Mobiliários - nos termos referidos no anterior ponto I.4..

I.6 Número de acções a que corresponde um voto

Conforme o previsto estatutariamente, a cada acção corresponde um voto.

I.7 Regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto

A Assembleia Geral é constituída pelos accionistas com direito a voto, possuidores de acções ou títulos de subscrição que, até cinco dias úteis antes da realização da Assembleia, comprovem junto da Sociedade a sua titularidade, nos termos estabelecidos na lei.

Os accionistas que sejam pessoas singulares poderão fazer-se representar nas reuniões da Assembleia Geral, mediante carta dirigida ao Presidente da Mesa que indique o nome, domicílio do representante e a data da Assembleia; os que sejam pessoas colectivas, far-se-ão representar pela pessoa que para o efeito designaram através de carta cuja autenticidade será apreciada pelo Presidente da Mesa.

A Assembleia Geral poderá funcionar em primeira reunião desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social.

Excepto se a lei exigir diversamente, as deliberações em Assembleia Geral serão tomadas por maioria simples.

A cada acção corresponde um voto.

I.8 Voto por correspondência

Se a Sociedade for considerada "sociedade com o capital aberto ao investimento do público", os accionistas poderão votar por correspondência, no que se refere exclusivamente à alteração do contrato social e à eleição dos órgãos sociais.

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista, nos termos previstos no número um do artigo décimo-nono dos estatutos da Sociedade, ou seja, que, até cinco dias úteis, antes da realização da Assembleia, comprovem junto da Sociedade a titularidade das acções.

A declaração de voto deverá ser assinada pelo titular das acções ou pelo seu representante legal, devendo o accionista, se pessoa singular, acompanhar a declaração de cópia autenticada do seu bilhete de identidade, se pessoa colectiva deverá a assinatura ser reconhecida notarialmente na qualidade e com poderes para o acto.

Só serão consideradas válidas as declarações de voto de onde conste de forma expressa e inequívoca:

- a) a indicação do ponto ou pontos da ordem de trabalhos a que respeita;
- b) a proposta concreta a que se destina, com indicação do ou dos proponentes;
- c) a indicação precisa e incondicional do sentido de voto para cada proposta.

Não obstante o disposto na alínea b) anterior, é permitido a um accionista que envie declaração de voto relativamente a certa proposta declarar que vota contra as demais propostas no mesmo ponto de ordem de trabalhos, sem outras especificações.

Entender-se-á que os accionistas que enviem declarações de voto por correspondência se abstêm na votação das propostas que não sejam objecto dessas declarações.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas posteriormente à data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

Compete ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar da conformidade das declarações de voto por correspondência, valendo como não emitidos os votos correspondentes às declarações não aceites.

Compete à Sociedade assegurar a confidencialidade dos votos exercidos por correspondência até ao momento da votação.

Nos termos da lei, estarão à disposição dos accionistas, para consulta, na sede social e no Site da Empresa na Internet “www.sonaedistribuicao.com”, nos 15 dias anteriores à data da Assembleia Geral Anual, as contas individuais e consolidadas e demais documentos obrigatórios, bem como as propostas a submeter pelo Conselho de Administração à Assembleia, salvo se a Assembleia Geral se constituir nos termos do disposto no artigo 54º. do Código das Sociedades Comerciais.

I.9 Modelo para o exercício do direito de voto por correspondência

Desde que a Sonae, SGPS, S.A., directa ou indirectamente, é a única titular das acções da Sociedade, não tem sido disponibilizado um modelo para o exercício do voto por correspondência, já que as Assembleias Gerais se constituem, nos termos do disposto no artigo 54º. do Código das Sociedades Comerciais.

I.10 Prazo para recepção da declaração de voto por correspondência

Só serão considerados os votos por correspondência, desde que recebidos na sede da Sociedade, por meio de carta registada com aviso de recepção dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia, sem prejuízo da obrigatoriedade da prova da qualidade de accionista.

I.11 Voto por meios electrónicos

Os estatutos da sociedade não prevêm o exercício do voto por correspondência, através dos meios electrónicos.

No anterior ponto 1.8 deste capítulo, é referido, face aos estatutos da sociedade, como o exercício do voto por correspondência, pode ser exercido”.

I.12 Intervenção da Assembleia Geral na política de remuneração da Sociedade e na avaliação de desempenho dos membros do órgão de administração

A Assembleia Geral não tem competências específicas nesta matéria, na medida em que tal atribuição está consagrada no âmbito das funções da Comissão de Vencimentos, a que o ponto II.19 deste texto se refere. A determinação da composição e vencimento da Comissão de Vencimentos é da responsabilidade do accionista maioritário da Empresa.

I.13 Medidas defensivas em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração

A Empresa não apresenta medidas defensivas que tenham por efeito provocar automaticamente uma erosão grave no património da Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do órgão de administração.

I.14 Impacto da alteração de controlo accionista por parte da Sonae Holding

Cerca de 25% dos empréstimos com carácter estrutural contratados pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. têm cláusulas de “change of control” pelo que a manutenção destes instrumentos de financiamento poderá estar dependente da manutenção do controlo directo ou indirecto pelo actual accionista – Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

I.15 Acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na acepção do n.º 3 do artigo 248.º- B do Código dos Valores Mobiliários

A Empresa não contempla qualquer acordo, neste âmbito, com os membros do Conselho de Administração.

Capítulo II Órgãos de Administração e Fiscalização

II.1 Órgãos da Sociedade

A 31 de Dezembro de 2008, os órgãos da Sociedade Sonae Distribuição, SGPS, S.A. eram os seguintes:
Mesa da Assembleia Geral:

- Dr. António Agostinho Cardoso da Conceição Guedes (Presidente)
- Dr.ª Clara Maria Azevedo Rodrigues Gomes (Secretária)

Conselho de Administração:

- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão (CEO)
- Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
- Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela

Conselho Fiscal:

- UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. António Francisco Barbosa dos Santos (Presidente)
- Dr. Arlindo Dias Duarte Silva (Vogal efectivo)
- Dr. Óscar José Alçada da Quinta (Vogal efectivo)
- Dr. Jorge Manuel Felizes Morgado (Vogal suplente)

Revisor Oficial de Contas:

- Deloitte & Associados, SROC, S.A, representada pelo Dr. António Marques Dias – ROC ou pelo Dr. António Manuel Martins Amaral - ROC

II.2 Identificação e composição de outras comissões constituídas com competências em matéria de administração ou fiscalização da Sociedade

A Sociedade não tem quaisquer comissões com competências em matéria de administração ou de fiscalização. No entanto, a Empresa detém uma Comissão de Vencimentos, tal como apresentada no ponto 2.19.

II.3 Organogramas ou mapas funcionais da Sociedade

Os membros do Conselho de Administração têm funções de coordenação e de gestão das funções de soberania (direcções funcionais), funcionando colegialmente. Ao longo de 2008, o organigrama funcional da Sociedade assumiu a seguinte estrutura:

| |
|----------------------------------|
| Conselho de Administração |
| Direcções funcionais |
| Operações |
| Comerciais |
| Logística |
| Procurement |
| Desenvolvimento de Loja |
| Marketing |
| Recursos Humanos |
| Sistemas de Informação |
| Financeira |
| Planeamento e Controlo de Gestão |
| Auditoria e Controlo de Risco |
| Assessoria Legal |
| Ambiente |
| Quebra |
| Direcção Internacional |

II.4 Sistemas de controlo interno e de risco

A Gestão de Risco é uma importante ferramenta de apoio ao *management* e representa, um papel determinante para o desenvolvimento sustentado dos negócios.

Esta actividade é desenvolvida tendo como objectivo a criação de valor, através da identificação das incertezas e ameaças que podem afectar os negócios das Empresas com o objectivo da gestão e minimização dos seus impactos.

A análise e gestão dos principais riscos da Empresa, é feita a vários níveis e por diferentes intervenientes.

Os riscos estratégicos e de envolvente são analisados e geridos no âmbito do ciclo anual de planeamento pelo Conselho de Administração da Sonae Distribuição.

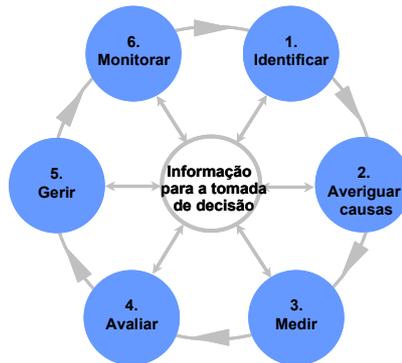
Para os riscos de Processo que se subdividem em Operacionais, Recursos Humanos, Integridade e Sistemas de Informação são envolvidas as diferentes unidades organizativas da Empresa na sua identificação e desenvolvimento de planos de mitigação e controlo.

A Gestão do Risco de carácter financeiro é efectuada, de forma mais operacional, pela equipa financeira, estando a sua implementação e acompanhamento a cargo de um comité multifuncional alargado, supervisionado pela Tesouraria do Grupo.

Para suportar a sua actividade, a Gestão de Risco da Sonae Distribuição adopta a metodologia internacional designada por Enterprise Risk Management – Integrated Framework do COSO (The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission).

O Modelo de Gestão de Risco

Na Sonae Distribuição, a Gestão de Risco é um processo sistemático que decorre ao longo das seguintes fases:



No desenvolvimento do processo são envolvidas todas as Direcções de Topo da Empresa.

Através de entrevistas, questionários e workshops é validada a matriz de riscos e estes são priorizados em duas vertentes: impacto e probabilidade de ocorrência, dando origem ao Mapa de Riscos da Sonae Distribuição.

A actividade de Gestão de Risco é suportada de forma mais directa pela Direcção de Auditoria e Gestão de Risco, cujas principais actividades em 2008 se resumem de seguida:

1 - Gestão de Risco

Na vertente de minimização e controlo dos riscos de segurança física, o processo periódico de auto controlo, via intranet, abrange a partir de 2008 todas as Insígnias quer do Retalho Alimentar quer do Retalho Especializado.

O último inquérito abrangeu 542 lojas com uma taxa de resposta de 100%. Para as não conformidades detectadas são desenvolvidas medidas de correcção.

Adicionalmente são efectuadas auditorias de verificação da efectiva implementação das acções de mitigação de risco.

Nos edifícios administrativos e entrepostos seleccionados, foi efectuado o *follow up* da análise de risco físico para identificar a evolução do perfil de risco e avaliação da implementação de acções correctivas.

Na vertente de continuidade do negócio foi efectuada a entrega formal do Manual de Gestão de Crise às lojas Continente, em Seminário que contou com a participação dos Directores de Loja e Responsáveis de Segurança, assim como de elementos de outras áreas da Empresa, como Recursos Humanos, Marketing, Logística e Direcção de Desenvolvimento de Loja.

Contámos ainda com a intervenção de oradores externos de autoridades públicas.

Cada loja Continente desmultiplicou posteriormente a formação aos seus colaboradores, tendo sido efectuadas acções específicas para Chefias e para Operadores, que corresponderam a mais de 7000 horas de formação em Gestão de Crise.

Na área de Segurança de Clientes, desenvolvemos um projecto de análise de risco de segurança física na óptica do cliente.

O projecto envolveu uma equipa multidisciplinar e o seu principal output foi a elaboração de um dossier de standards a aplicar nas diferentes áreas da Loja, de forma a minimizar a probabilidade de ocorrência de acidentes envolvendo clientes.

Implementamos, ainda, um sistema de recolha de ocorrências nas lojas de forma a obtermos uma visão mais sistematizada das suas causas.

2 - Auditoria de Processos e Cumprimento

A Auditoria de Processos e Cumprimento efectua a monitorização sistemática de vários indicadores de risco nas áreas de Vendas e de Compras, nomeadamente:

- Operações de risco na Frente de Caixas
- Meios de pagamento
- Receções de mercadoria

Nas lojas realizaram-se auditorias de cumprimento com programas pré-definidos para as áreas de compras, vendas, compromissos de atendimento, correcta marcação do preço de venda, rotulagem dos artigos, livro de reclamações, etc.

Para os principais folhetos temáticos, são efectuadas auditorias às rupturas de artigos em folheto, que permitem o acompanhamento da evolução da taxa média de rupturas e a identificação das causas.

Foi efectuado o acompanhamento e auditoria aquando da realização dos inventários físicos das Lojas, verificando a sua fiabilidade e o cumprimento dos procedimentos definidos nas vertentes operacional e financeira.

São ainda efectuadas auditorias aos processos mais importantes da Empresa, no sentido de detectar oportunidades de melhoria de controlo, bem como ganhos de eficiência.

3 - Auditoria Segurança Alimentar

Por ser um tema de grande importância para a Empresa, realizamos permanentemente auditorias de segurança alimentar que abrangem o universo de todas as lojas da área alimentar, entrepostos, centros de fabrico e cantinas da Sonae Distribuição.

Foram ainda efectuadas análises de risco de segurança alimentar nas lojas em abertura e também aos procedimentos estipulados no Continente on-line.

4 - Auditoria Sistemas de Informação

As principais áreas endereçadas em 2008 pela Direcção de Auditoria Informática estão relacionadas com a Gestão de Utilizadores e Acessos, Continuidade do Negócio, Segurança das Aplicações e Bases de Dados, Confidencialidade dos Dados/Protecção da Imagem da Empresa, Intrusão à Plataforma Internet e Rede Interna.

Na área relativa a Gestão de Utilizadores e Acessos, foi efectuada a revisão de utilizadores e perfis nas aplicações mais críticas do negócio.

Relativamente à Continuidade do Negócio, implementou-se em 2008 o Manual de Gestão de Crise para o risco de desastre total do Centro Informático da Empresa.

Na vertente da Segurança das Aplicações foi elaborada uma Norma para o desenvolvimento seguro de aplicações, a análise de risco e validação de dados no aplicativo de Gestão de Preço e a análise de risco relativa ao programa de fidelização.

No que toca à Segurança de Dados foi analisado o grau de exposição das bases de dados críticas, tendo em vista assegurar a sua confidencialidade e a protecção da imagem da Empresa.

No que diz respeito ao risco de acesso indevido foi avaliado o estado actual de segurança dos sistemas de informação da plataforma que serve de suporte aos Web Sites.

5 - Gestão de Procedimentos

De forma a minimizar, numa fase inicial do desenvolvimento dos projectos, o risco da Empresa, foi incluída na Direcção de Auditoria e Gestão de Risco a Função de Gestão de Procedimentos, que é responsável pelo desenho, especificação e publicação dos procedimentos.

6 – Gestão de Risco de Mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio. O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

6.1– Risco de taxa de juro

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor. O objectivo do grupo é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pelo grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

6.2 – Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações das taxas de câmbio decorre essencialmente das aquisições de mercadorias efectuadas no âmbito do normal curso da actividade da Empresa.

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (forwards) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

7 – Gestão de Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

O grupo prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

8 – Gestão de Risco de crédito

O grupo está exposto ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros. O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que

apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo de A- ou equivalente.

O Grupo está ainda exposto ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito.

9 – Sistema de controlo

No que respeita ao processo de divulgação da informação financeira, o dever de sigilo encontra-se muito presente em toda a equipa no âmbito das características de profissionalismo de todos os colaboradores. Especificamente:

- Observação formal das informações periódicas no respeito absoluto dos prazos e conteúdos
- Divulgação em primeiro lugar, no site da Comissão do Mercado de Valores Imobiliários
- Disponibilização posterior, no site da sociedade
- Ficam então disponíveis para todo o Mercado, com total disponibilidade e acompanhamento do Gabinete de Apoio ao Investidor para prestar os esclarecimentos que se entendam pertinentes
- Todo o processo é executado em colaboração estrita com a equipa da CMVM

II.5 Poderes do órgão de administração

Compete ao Conselho de Administração assegurar a gestão dos negócios sociais e efectuar todas as operações relativas ao objecto social para o que lhe são conferidos os mais amplos poderes, incluindo, nomeadamente os seguintes:

Representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, transigir e desistir das mesmas e comprometer-se em arbitragens. Para o efeito, o Conselho de Administração poderá delegar os seus poderes num só mandatário; aprovar o orçamento e o plano da Empresa; tomar de arrendamento, adquirir, alienar e onerar quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quotas ou obrigações; deliberar que a Sociedade preste às Sociedades de que seja titular de acções, quotas ou partes sociais, apoio técnico e financeiro; deliberar que a Sociedade se associe com outras pessoas ou entidades, previstas estatutariamente; deliberar a emissão de obrigações e a contracção de empréstimos no mercado financeiro nacional e ou estrangeiro; designar quaisquer outras pessoas, individuais ou colectivas, para o exercício de cargos sociais noutras Empresas.

Estatutariamente também é previsto que o capital poderá ser aumentado por novas entradas em numerário até cinco mil milhões de euros, por uma ou mais vezes, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará, nos termos legais, as condições de subscrição e as categorias de acções a emitir, de entre as já existentes.

II.6 Regulamentos de funcionamento dos órgãos da Sociedade ou outras regras definidas internamente

Não foi definida lista de incompatibilidades nem número máximo de cargos acumuláveis pelos administradores em órgãos de administração de outras sociedades, na medida em que, na generalidade dos casos, os administradores exercem funções de gestão nas sociedades pertencentes ou participadas pela Sonae, SGPS, S.A..

A Sociedade adoptou um Código de Conduta concebido para assegurar um comportamento ético e responsável, o qual foi aprovado em 2008 pelo Conselho de Administração.

Este Código de Conduta abrange temas desde a integridade, a transparência, o respeito, a responsabilidade social, o compromisso ambiental, a saúde e segurança, a confidencialidade e a utilização de informação privilegiada, até à gestão de conflitos de interesse e a comunicação de irregularidades. Aos empregados e fornecedores da empresa é solicitado o cumprimento destes princípios e a sua observância no desenvolvimento das suas actividades.

II.7 Regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração e de fiscalização

Estatutariamente está previsto que em caso de morte, renúncia ou impedimento temporário ou definitivo, de qualquer administrador o Conselho de Administração providenciará quanto à sua substituição.

Considerar-se-á que um administrador incorre em falta definitiva, quando o mesmo faltar a duas reuniões seguidas ou interpoladas, sem apresentar justificação que seja aceite pelo Conselho de Administração.

Na falta definitiva de administrador eleito, no âmbito da Sociedade ser considerada de subscrição pública, concessionária do Estado ou de entidade a ele equiparada, proceder-se-á a eleição.

Os demais casos, entre os quais, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, são regulados pelo Código das Sociedades Comerciais.

II.8 Número de reuniões dos órgãos de administração e fiscalização e de outras comissões

O Conselho de Administração reuniu 13 vezes ao longo do ano de 2008 e o Conselho Fiscal 4 vezes.

Não há quaisquer outras comissões com competências em matéria de administração e fiscalização da Sociedade.

II.9, II.10 e II.11 Caracterização do Conselho de Administração, respectivas qualificações profissionais e funções desempenhadas em outras sociedades do Grupo

A 31 de Dezembro de 2008, o Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. era composto pelos seguintes elementos:

| | Executivo | Não Executivo | Não Independente | 1ª Designação | Termo do mandato |
|---|-----------|---------------|------------------|---------------|------------------|
| Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente) | | x | x | 31.03.2006 | 2009 |
| Dr. Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO) | x | | x | 31.03.1989 | 2009 |
| Eng.º Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério | | x | x | 29.08.1995 | 2009 |
| Eng.º Álvaro Carmona e Costa Portela | | x | x | 31.03.2006 | 2009 |

O mandato do Conselho de Administração é de quatro anos e termina em 2009. Os administradores foram eleitos em lista única, não tendo sido apresentada lista alternativa por nenhum dos accionistas. Durante 2008, o Conselho reuniu 13 vezes, estando as actas correspondentes registadas no respectivo livro de actas. No quadro do processo de decisão empresarial executivo, o Dr. Nuno Jordão assume funções de coordenação global alargada da Empresa, no âmbito das tradicionalmente adstritas à figura de CEO.

Os Membros do Conselho de Administração não são titulares de quaisquer acções da sociedade.

Apresenta-se em seguida um breve resumo do curriculum vitae de cada um dos administradores, com indicação dos cargos profissionais mais relevantes.

- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo
Naturalidade: Porto
Data de nascimento: 31-12-1965
Estado Civil: casado
Filhos: 3
Licenciatura em Engenharia Química - Ecole Polytechnique Fédérale de Lausanne, 1986
Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE), 1989
Executive Retailing Program - Babson College, 1994
Strategic Uses of Information Technology Program - Stanford Business School, 1996
IMD - Breakthrough Program for Senior Executives – Lausanne, 2002
CEO da Sonae, SGPS, S.A. e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Sonae, SGPS, S.A..

- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão
Naturalidade: Lisboa
Data de nascimento: 27-04-1956
Estado Civil: casado
Filhos: 4
Licenciado em Economia – ISCTE (Universidade de Lisboa), 1978
CEO da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.
- Eng.º. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério
Naturalidade: Vila Nova de Gaia
Data de nascimento: 14-09-1959
Estado Civil: casado
Filhos: 4
Licenciado em Engenharia Civil (FEUP), 1982
Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (ISEE), 1988
CEO da Sonaecom, SGPS, S.A. e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.
- Eng.º. Álvaro Carmona e Costa Portela
Naturalidade: Porto
Data de nascimento: 04-09-1951
Estado Civil: casado
Filhos: 3
Licenciado em Engenharia Mecânica (FEUP), 1974
Mestrado em Gestão de Empresas - MBA (Universidade Nova de Lisboa), 1983
AMP / ISMP - Harvard Business School, 1997
CEO da Sonae Sierra, SGPS, S.A. e presidente do Conselho de Administração da generalidade das sociedades dominadas ou maioritariamente detidas pela Empresa (listadas nas Notas do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados das respectivas empresas). Membro do Conselho de Administração da Sonae, SGPS, S.A.

Nenhum dos administradores mencionados anteriormente detém directamente acções na Sociedade Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Apresenta-se em seguida o histórico de cada um dos administradores acima referidos, como membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, S.A.:

- Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo: é administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito em 6 de Setembro de 1996 para o mandato de 1994 a 1997 e posteriormente foi eleito para o mandato de 1998 a 2001, tendo renunciado em 31 de Março de 2000 e sendo novamente reeleito para o mesmo mandato em 12 de Junho de 2001.
- Dr. Nuno Manuel Moniz Trigos Jordão: é administrador desde 31 de Março de 1989 em mandatos ininterruptos de 1987 a 1989, de 1990 a 1993, de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.
- Eng.º. Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério: é administrador desde 29 de Agosto de 1995 em mandatos ininterruptos de 1994 a 1997, de 1998 a 2001, de 2002 a 2005 e de 2006 a 2009.
- Eng.º. Álvaro Carmona e Costa Portela: é administrador desde 31 de Março de 2006 para o mandato 2006 a 2009. Anteriormente foi eleito para o mandato de 1987 a 1989, posteriormente foi eleito para o mandato de 1990 a 1993, tendo renunciado em 26 de Março de 1991. Posteriormente foi eleito para o mandato de 1994 a 1997, tendo renunciado em 6 Setembro de 1996.

II.12 Membros do Conselho Fiscal

Tal como referido anteriormente, o Conselho Fiscal assume a seguinte composição:

- UHY & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. António Francisco Barbosa dos Santos (Presidente)
- Dr. Arlindo Dias Duarte Silva (Vogal efectivo)
- Dr. Óscar José Alçada da Quinta (Vogal efectivo)
- Dr. Jorge Manuel Felizes Morgado (Vogal suplente)

Os membros cumprem as regras de incompatibilidade previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A e o critério de independência previsto no n.º 5 do artigo 414.º, ambos do Código das Sociedades Comerciais.

II.13 Qualificações, actividades profissionais e mandato dos membros do conselho fiscal

Presidente do Conselho Fiscal

- UHY & Associados, SROC, Lda. Representada por Dr. António Francisco Barbosa dos Santos: Licenciado em Auditoria pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto e Curso avançado de Gestão para Executivos, ministrado pela Universidade Católica Portuguesa. Lecionou durante vários anos a cadeira de Auditoria em estabelecimentos de Ensino Superior e exerceu funções de Auditoria/revisão em diversas empresas. Não possui quaisquer acções da sociedade e foi eleito como Presidente do Conselho Fiscal em representação da sociedade UHY & Associados, SROC, Lda., em 31 de Março de 2008, cujo mandato termina em 31 de Dezembro de 2009.

Vogal do Conselho Fiscal

- Dr. Arlindo Dias Duarte Silva: Licenciado em Economia pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto. Exerce a actividade de Revisor Oficial de Contas. Não possui quaisquer acções da sociedade e foi eleito como membro do Conselho Fiscal em 2 de Maio de 2007, cujo mandato termina em 31 de Dezembro de 2009.

Vogal do Conselho Fiscal

- Dr. Óscar José Alçada da Quinta Licenciado em Economia pela Universidade do Porto. Ocupou diversas funções na área administrativa e financeira em diversas sociedades e prestou serviços no âmbito da auditoria externa a Revisores Oficiais de Contas. Desde 1990, passou a exercer, em exclusividade a função de Revisor Oficial de Contas. Não possui quaisquer acções da sociedade e foi eleito como membro do Conselho Fiscal em 2 de Maio de 2007, cujo mandato termina em 31 de Dezembro de 2009.

II.14 Funções exercidas pelos membros do conselho fiscal em outras sociedades

Presidente do Conselho Fiscal

- Fiscal Único em representação da SROC UHY nas empresas dos Grupos Têxtil Nortenha, S.A.; Sociedade Distribuidora de Vestuário, S.A.; Real Companhia Vinícola do Norte de Portugal, S.A.; Cia. Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, S.A.; Investimentos e Gestão da Água, S.A.; Grupo D. Pedro (Saviotti); Grupo Nasamotor e Grupo RDC – Investimentos SGPS, S. A.

Vogal do Conselho Fiscal: Dr. Arlindo Dias Duarte Silva:

- Membro do Conselho Fiscal na Sonae, SGPS, S.A. e na Sonaecom, SGPS, S.A. Revisor Oficial de Contas e Fiscal Único, nas sociedades: Sintigraf II – Tintas gráficas, S.A.; DMJB - Consultadoria de Gestão, S.A.; Orbirio – Imobiliário e Empreendimentos Turísticos, S.A. e Loisir – Equipamentos de Diversão e Ocupação de Tempos livres, S.A. Membro do Conselho Fiscal da sociedade Rochinvest – Investimentos Imobiliários e Turísticos, S.A. Membro do Conselho Fiscal em Instituições de Solidariedade Social. Membro do Conselho Fiscal em Associações sem fim lucrativo.

Vogal do Conselho Fiscal: Dr. Óscar José Alçada da Quinta

- Membro do Conselho Fiscal na Sonaecom, SGPS, S.A. e na Sonae Indústria, SGPS, S.A.
Membro do Conselho Fiscal das sociedades BA GLASS I – Serviços de Gestão e Investimentos, S.A. e LISGRÁFICA – Impressão e Artes Gráficas, S.A.
Membro da sociedade Óscar Quinta, Canedo da Mota & Pires Fernandes, SROC.

II.15, II.16 e II.17 Identificações, qualificações e funções de membros do conselho geral e de supervisão e de outras comissões constituídas.

Atento o anteriormente referido, quanto à estrutura adoptada pela sociedade, no tocante aos seus órgãos sociais, são inaplicáveis os pontos aqui em apreço.

II.18 Política de remuneração

A política de remuneração da Empresa tem por objectivo uma avaliação precisa da actividade, desempenho e contribuição de cada indivíduo para o sucesso da organização, e para alinhar os interesses e comportamentos dos Administradores e colaboradores com os dos accionistas.

Descrição dos componentes

A política de remuneração de todos os Administradores e colaboradores inclui duas componentes:

- Remuneração fixa, a qual é atribuída numa base anual, embora paga como Salário Mensal (os salários são pagos 14 vezes por ano em Portugal);
- Prémio de desempenho anual, pago no primeiro trimestre do ano seguinte.

Adicionalmente, uma terceira componente pode ser atribuída aos Administradores e quadros superiores, em Abril do ano seguinte, sob a forma de prémio variável de médio prazo, ao abrigo do Plano de Prémio de Desempenho Diferido.

Remuneração fixa

A remuneração anual e outros elementos do pacote remuneratório são definidos em função do nível de responsabilidade de cada Administrador e colaborador e sujeitos a uma revisão anual. Cada Administrador e colaborador é classificado de acordo com uma grelha de “Nível de Grupo”, com 9 níveis de funções, criada de acordo com o modelo internacional Hays para classificação de funções de trabalho, o que permite facilitar comparações de mercado, bem como promover a equidade interna.

Prémio de desempenho anual

O prémio de desempenho anual visa recompensar o cumprimento de determinados objectivos anuais previamente fixados, associados a indicadores chave de negócio (“Key Performance Indicators”).

O prémio de desempenho anual é definido como uma percentagem da remuneração base fixa dos Administradores e colaboradores, que varia de acordo com o seu nível de função. Deste montante, parte é determinado pelos KPI’s de negócio, isto é, indicadores objectivos tais como indicadores económicos e financeiros definidos com base no orçamento, no desempenho das acções da Sociedade, no desempenho de cada unidade de negócio, assim como no desempenho da Empresa como um todo. Os restantes são determinados pelos KPI’s pessoais, incluindo quer indicadores objectivos quer indicadores subjectivos.

A Comissão de Vencimentos é responsável pela aprovação da remuneração do Conselho de Administração. A composição e funcionamento da Comissão de Vencimentos são descritos em II.19 do Relatório de Governo das Sociedades.

A remuneração dos Administradores Executivos inclui uma Remuneração Fixa e um Prémio de Desempenho Anual, também beneficiando de um Prémio Variável de Médio Prazo. O Prémio de Desempenho Anual é indexado a um grupo de indicadores financeiros que alinham os interesses dos Administradores Executivos com os da Empresa e os seus accionistas. O Prémio Variável de Médio Prazo é diferido e só será pago três anos após a data de atribuição, e pode aumentar ou diminuir em função do desempenho do preço da acção.

II.19 Comissão de Vencimentos

A Assembleia Geral elege, com a mesma periodicidade com que elege os órgãos sociais, uma Comissão de Vencimentos que, nos termos do número dois do artigo vigésimo sexto dos Estatutos, tem como função fixar

as remunerações dos membros do Conselho de Administração. Na Sociedade Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a Comissão de Vencimentos é composta pela Sonae, SGPS, S.A. (representada pelo Senhor Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo) e pelo Senhor Eng.º Bruno Walter Lehmann. O Eng.º Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, é administrador da Sociedade.

II.20 Remuneração do Conselho de Administração

No exercício de 2008, aos membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. foram atribuídas remunerações totais de 1.015.360 Euros, das quais 606.700 Euros a título de prémio de desempenho. Em 2007, e numa mesma perspectiva, estas remunerações totalizaram 1.040.400 Euros, das quais 670.800 Euros a título de prémio de desempenho.

As remunerações atribuídas em 2008 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica na Sonae Distribuição (excluindo os membros do Conselho de Administração) totalizaram 2.686.574 (3.480.756 Euros em 2007), repartidas entre 1.541.260 Euros de remuneração fixa (1.973.160 Euros em 2007) e 1.145.314 Euros a título de prémios de desempenho (1.507.596 Euros em 2007).

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. é parte integrante do Grupo Sonae e os administradores da Sociedade assumem igualmente funções de administração na Sonae, SGPS, S.A. e respectivas sub-holdings – auferindo remuneração de acordo com as responsabilidades assumidas.

Nenhum montante foi pago a ex-administradores relativamente à cessação das suas funções. A Sociedade não tem qualquer regime complementar de pensões ou de reforma antecipada para os Administradores, e não há qualquer benefício não pecuniário relevante.

II.21 Compensações previstas em caso de cessação das funções

Após a demissão de qualquer membro do Conselho de Administração, constitui política do Grupo pagar seja qual for a compensação legal a que se tem direito, ou negociar, em cada situação, um valor considerado equitativo e apropriado pelas partes envolvidas.

II.22 Política de comunicação de irregularidades

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. dedica uma atenção muito especial à questão da detecção, responsabilização e correcção oportuna das irregularidades que eventualmente ocorram no seio da organização. As questões mais frequentes prendem-se com incorrecções pontuais na operação de loja (ao nível do atendimento, da gama de produtos ou do equipamento físico, entre outros) sendo o conjunto de clientes que visitam as lojas da Empresa em Portugal os principais detectores destas ocorrências. Muitos dos clientes deixam uma indicação das situações ao fazer uma reclamação ou deixam uma sugestão junto da equipa de loja onde tais irregularidades foram detectadas.

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. valoriza muito estes contactos, na medida em que o cliente está a dar à Empresa uma oportunidade de resolução do problema e de identificação de áreas de melhoria que o beneficiem directamente a si e a outros igualmente afectados.

De forma a tratar de forma cabal e atempada estas questões, a Empresa desenvolveu há cerca de 10 anos um Sistema de Sugestões e Reclamações, com uma estrutura de pivots descentralizada em várias direcções da organização e sob o acompanhamento e responsabilidade directa do Conselho de Administração. A direcção de Marketing é responsável pela coordenação e controlo central de todo o processo, ainda que as questões sejam tratadas e respondidas pela entidade a quem o cliente se dirige, com conhecimento e co-responsabilidade das áreas específicas que estejam em causa (ex: Controlo de Qualidade, Departamento Jurídico, etc.).

Ainda no ano de 2006, com a entrada em vigor, no dia 01 de Janeiro de 2006, do Dec. Lei 156/2005, que instituiu a obrigatoriedade do livro de reclamações nos estabelecimentos comerciais, foi o sistema anteriormente referido reforçado.

Simultaneamente, a Sonae Distribuição, SGPS, S.A. (no âmbito do grupo Sonae) disponibiliza à sua equipa de colaboradores e público em geral o acesso ao Provedor. O Provedor funciona como uma entidade que

complementa o processo de sugestões e reclamações. Esta figura depende directamente do Presidente do Grupo Sonae, e tem por função dar andamento oportuno a reclamações, queixas ou sugestões que lhe são dirigidas por clientes, fornecedores e colaboradores da Empresa.

As suas atribuições são a afirmação e promoção pela via apropriada dos direitos e interesses legalmente protegidos dos clientes, utentes ou fornecedores das empresas, a reposição da justiça e da regularidade violadas e a melhoria da qualidade e da eficiência dos serviços prestados pelas empresas. Pode ser contactado através do endereço electrónico provedor@sonae.pt, ou no seguinte endereço:

Lugar do Espido, Via Norte
Apartado 1011 - 4471-909 Maia - Portugal
Tel: +351 22 010 4631 - Fax: +351 22 010 4784

Capítulo III Informação

III.1 e III.2 Estrutura do capital e participações qualificadas

Por deliberação da Assembleia Geral de 22/12/08 e com efeito à mesma data, a Sociedade reduziu o seu capital social de 1.100.000.000 Euros para 1.000.000.000 Euros por via da extinção de 100.000.000 acções próprias.

O capital social da Sonae Distribuição, SGPS, S.A., é de 1.000.000.000 Euros, representado por 1.000.000.000 de acções, ordinárias, escriturais, no valor nominal de 1 euro cada uma.

As referidas 1.000.000.000 de acções, não estão admitidas à negociação, nem conferem direitos especiais. À data de 31 de Dezembro de 2008, a Sonae, SGPS, S.A., detinha 824.780.810 acções, correspondentes a 82,48% do capital e a Sonae Investments, B.V., detinha 175.219.190 acções, correspondentes a 17,52% do capital.

III.3 Identificação de accionistas titulares de direitos especiais e descrição desses direitos

A Sonae Distribuição, SGPS, S.A. não tem accionistas titulares de direitos especiais.

III.4 Eventuais restrições à transmissibilidade das acções, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitação à titularidade das acções

Não existem quaisquer limitações ou restrições na transmissão ou alienação das acções da Sociedade.

III.5 Acordos parassociais

Não é do conhecimento da Sociedade que haja quaisquer acordos entre as accionistas que possam influir na transmissão das acções.

O capital da Sociedade é detido, totalmente, directa ou indirectamente, pela Sonae, SGPS, S.A..

III.6 Regras aplicáveis à alteração dos estatutos

A alteração dos estatutos, depende da aprovação em Assembleia Geral, por maioria de votos emitidos.

A Sociedade reúne em primeira convocação, desde que se encontrem presentes ou representados accionistas possuidores de acções que titulem mais de cinquenta por cento do capital social, conforme prevê o número 1 do artigo vigésimo primeiro dos estatutos.

III.7 Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos directamente por estes

Não existem regras estatutárias ou de outra índole, relativamente a mecanismos de controlo numa eventual participação dos trabalhadores no capital da Sociedade.

III.8 Descrição da evolução da cotação das acções do emitente

Com a aquisição do domínio total da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. (anteriormente designada Modelo Continente SGPS, S.A.) pela Sonae, SGPS, S.A., a Empresa perdeu a qualidade de Sociedade aberta, estando excluída do mercado regulamentado Euronext Lisbon desde o dia 22 de Setembro de 2006. No entanto, e até à data referida, os títulos representativos do capital social da Sociedade encontravam-se admitidos à cotação no Mercado de Cotações Oficiais da Euronext Lisbon com as seguintes características técnicas:

| | |
|------------------------|--------------------------------|
| Denominação: | Sonae Distribuição, SGPS, S.A. |
| Denominação anterior: | Modelo Continente, SGPS, S.A. |
| Negociação das acções: | Euronext Lisbon |
| ISIN/Código Euronext: | PTMOC0AE0007 |
| Reuters: | MDCT.IN1 |
| Bloomberg: | MCON PL |
| Código central: | MOCAE |

III.9 Política de distribuição de dividendos

A título de dividendos, e no que respeita a 2006, foi efectuada uma distribuição de 0,05 Euro por acção, num total de 75 milhões de Euros. Em 2007, foi efectuada uma distribuição de 85 milhões de Euros. No que respeita a 2008, será proposta à Assembleia Geral uma distribuição de 85 milhões de Euros pelas acções não detidas directa ou indirectamente pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A., a título de dividendos, a que corresponde um “dividend pay-out ratio” de aproximadamente 50% dos resultados líquidos consolidados do exercício.

III.10 Caracterização dos planos de atribuição de acções e de opções

A Comissão de Vencimentos da Sonae Distribuição, SGPS, S.A. aprovou em 16 de Março de 2005 um regulamento que define as condições de atribuição de um plano de compensação diferida. Este plano tem como fundamento proporcionar a partilha do valor criado pela intervenção directa dos aderentes na definição da estratégia e na gestão dos negócios, sendo para tal elegíveis os administradores e quadros da Empresa cuja intervenção tem maior impacto sobre o desempenho dos negócios.

A compensação diferida é atribuída pelo órgão de gestão, em relação aos quadros, e pela Comissão de Vencimentos, em relação aos administradores, dependendo tais montantes, adicionalmente, do desempenho anual global da Empresa.

O valor da compensação diferida varia em função directa de uma carteira padrão de acções constituída por acções da Sonae, SGPS, S.A. Os planos de compensação são valorizados à data de atribuição a preços representativos da cotação, no mercado de acções em Portugal, dos títulos que compõem a carteira. Considera-se para tal o valor mais baixo entre a cotação de fecho do primeiro dia útil subsequente à assembleia-geral ou a cotação média de fecho dos últimos 30 dias anteriores à assembleia-geral.

O Administrador/Quadro pode optar por:

- adquirir a custo zero, três anos após a atribuição, um número de acções igual ao valor em euros da compensação diferida atribuída e o valor da cotação mencionada anteriormente, ou

- adquirir ao valor de cotação à data de atribuição, três anos após a atribuição, um número de acções determinado pela aplicação do modelo de Black-Scholes ao valor em euros da compensação diferida atribuída.

Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do terceiro ano após a atribuição e o final desse ano. A Sociedade reserva-se o direito de entregar, em substituição das acções, o valor equivalente em dinheiro. O direito à compensação diferida caduca com a saída do Administrador/Quadro do grupo Sonae Distribuição, SGPS, S.A. e mantém-se até ao vencimento no caso de reforma. Em caso de morte ou invalidez permanente o plano de compensação diferida é valorizado a preços de mercado e entregue aos herdeiros ou ao próprio.

III.11 Negócios e operações efectuadas entre a Sociedade e os membros dos órgãos de administração e fiscalização

A Sociedade não efectuou nenhum negócio ou operação com os membros do Conselho de Administração ou do Conselho Fiscal. As transacções com o Revisor Oficial de Contas decorrem exclusivamente do exercício da sua função. As transacções com sociedades em relação de domínio ou de grupo são realizadas em condições normais de mercado e fazem parte da actividade normal da Sociedade.

III.12 Gabinete de Apoio ao Investidor

Até 21 de Setembro de 2006, a Empresa assumiu o estatuto de Sociedade aberta ao investimento público, admitida à cotação na Euronext Lisbon. Enquanto Sociedade aberta ao investimento público, a Empresa teve sempre como regra informar o mercado de capitais, de forma imediata e eficaz, dos factos relevantes, garantindo a igualdade de tratamento entre os vários agentes do mercado e prevenindo assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores.

Para o efeito, utilizou os meios habituais de comunicação, privilegiando a utilização das novas tecnologias de informação, com destaque para o site institucional da Empresa (“www.sonaedistribuicao.com”) que funciona como meio de centralização de um conjunto variado de questões (formuladas pelos investidores e pelo público em geral) bem como repositório de informação histórica da Empresa, nomeadamente ao nível de Relatórios e Contas, Comunicados de Resultados e Apresentações Corporativas mais relevantes.

Mesmo se, em 22 de Setembro de 2006, a Empresa perdeu a qualidade de Sociedade aberta ao investimento público, na sequência de uma oferta pública de venda que alocou a totalidade do capital social ao seu accionista de referência de sempre, tais práticas de transparência e partilha de informação mantiveram-se inalteradas. Como inalterado se mantém, igualmente, o funcionamento do Gabinete de Apoio a Investidores, uma infra-estrutura criada pela Empresa, dotada de meios técnicos e de uma equipa de trabalho específica, o qual tem vindo a centralizar os contactos com a comunidade de investidores, nacional e internacional.

O representante para as relações com o mercado é o Sr. Dr. Adriano Virgílio Guimarães Ribeiro. O Gabinete de Apoio a Investidores acompanha um vasto conjunto de agentes do mercado, com destaque para pequenos investidores particulares e para a comunidade universitária, bem como as principais equipas de análise a actuar no sector de retalho nacional e estrangeiro, encontrando-se disponível através dos seguintes contactos:

Rua João Mendonça, 529 – 4º
4464-501 Senhora da Hora (Matosinhos – Portugal)
Telefone: +351 229 561 877
Fax: +351 229 561 984
Email: adriano.ribeiro@sonaedistribuicao.pt

III.13 Remuneração do auditor da sociedade

A auditoria à sociedade é realizada pela Deloitte & Associados, SROC, S.A., que em 2008, em conjunto com outras sociedades da rede Deloitte, facturou à sociedade e às suas filiais e associadas, incluídas no perímetro de consolidação, o valor total de 1.967.097 Euros, discriminados como se segue:

| | % |
|--|-------|
| Serviços de revisão legal de contas | 21,5% |
| Outros serviços de garantia de fiabilidade | 13,9% |
| Serviços de consultoria fiscal | 4,4% |
| Outros serviços que não de revisão legal de contas | 60,2% |

Os outros serviços são prestados por técnicos diferentes dos que estão envolvidos no processo de auditoria, pelo que consideramos estar dessa forma assegurada a independência do auditor.

Matosinhos, 3 de Março de 2009

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO)

Ángelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Álvaro Carmona e Costa Portela



ANEXO

Declaração nos termos do Art.º 245, 1, al. c) do Código de Valores Mobiliários

Os signatários individualmente declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento foram elaborados em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adoptadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição do emitente e das empresas incluídas no perímetro da consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 03 de Março de 2009

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Álvaro Carmona e Costa Portela

Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

Divulgação de acções e outros títulos detidos por membros do Concelho de Administração e por Dirigentes, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionados, nos termos do Artigo 248º do Código dos Valores Mobiliários, e de transacções sobre os mesmos efectuadas no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais e Artigo 14º nº 7 do Regulamento da CMVM nº 05/2008

| | Data | Aquisições | | Alienações | | Saldo em |
|--|------------|------------|-------------|------------|-------------|-------------|
| | | Quantidade | Valor Md. € | Quantidade | Valor Md. € | 31.12.2008 |
| Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (*)(**)(***) | | | | | | |
| Efanor Investimentos, SGPS, SA (1) | | | | | | 1 |
| Migracom, SGPS, SA (3) | | | | | | |
| Aumento de capital | 27.11.2008 | 1.900.000 | 1,000 | | | 1.969.996 |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | 3.293 (a) |
| Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério (*) | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | |
| Compra | 11.01.2008 | 245.436 | 1,300 | | | 250.000 |
| Alvaro Carmona e Costa Portela (*) | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | |
| Compra | 11.06.2008 | 100.000 | 0,910 | | | 125.934 |
| (1) Efanor Investimentos, SGPS, SA | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | |
| Compra | 19.09.2008 | 845.576 | 0,603 | | | 659.650.000 |
| Pareuro, BV (2) | | | | | | |
| Aumento de capital | 21.01.2008 | 1.980.000 | 151,510 | | | 2.000.000 |
| (2) Pareuro, BV | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | 400.000.000 |
| (3) Migracom, SGPS, SA | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | |
| Compra | 17.01.2008 | 193.500 | 1,290 | | | |
| Compra | 18.01.2008 | 1.500 | 1,240 | | | 1.485.000 |
| Imparfin, SGPS, SA (4) | | | | | | 150.000 |
| (4) Imparfin, SGPS, SA | | | | | | |
| Sonae, SGPS, SA | | | | | | |
| Compra | 03.01.2008 | 7 | 1,920 | | | 4.105.280 |

(*) Administrador da sociedade

(**) Administrador da Efanor Investimentos, SGPS, SA (sociedade indirectamente dominante) (1)

(***) Administrador da Imparfin, SGPS, SA (4)

(a) Acções detidas por descendentes menores a seu cargo

Artigo 448º

Número de ações detidas por accionistas com mais de 10%, 33% e 50% do capital social da Empresa.

Anexo a que se refere o Artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais

| Accionistas | Número de ações a 31.12.2008 |
|-----------------------|------------------------------|
| Sonae, SGPS, SA | 824.780.810 |
| Sonae Investments, BV | 175.219.190 |

Participações qualificadas

Acções detidas e direitos de voto de empresas que detêm mais do que 2% do capital social da Empresa.

| Accionistas | Nº de acções | % Capital Social | % Direitos de voto |
|-----------------------|---------------------|-------------------------|---------------------------|
| Sonae, SGPS, SA | 824.780.810 | 82,48% | 82,48% |
| Sonae Investments, BV | 175.219.190 | 17,52% | 17,52% |
| Total imputável | 1.000.000.000 | 100,00% | 100,00% |



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

BALANÇOS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007

(Montantes expressos em euros)

| ACTIVO | Notas | IFRS | |
|---|------------|----------------------|------------------------|
| | | 31-12-2008 | 31-12-2007 (Nota 1) |
| ACTIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Imobilizações corpóreas | 10 | 1.924.301.269 | 1.690.102.105 |
| Diferenças de consolidação | 11 | 521.020.094 | 520.354.909 |
| Imobilizações incorpóreas | 10 | 164.289.356 | 153.136.765 |
| Investimentos em empresas associadas | 6 | 64.671.483 | 39.082.244 |
| Outros investimentos financeiros | 7 e 9 | 2.358.971 | 999.170 |
| Impostos diferidos activos | 19 | 67.426.816 | 36.003.939 |
| Outros activos não correntes | 9 e 13 | 2.284.632 | 1.820.126 |
| Total de activos não correntes | | 2.746.352.621 | 2.441.499.258 |
| ACTIVOS CORRENTES: | | | |
| Existências | 14 | 530.819.483 | 444.655.534 |
| Clientes | 9 e 15 | 33.237.057 | 32.409.579 |
| Outras dívidas de terceiros | 9 e 16 | 109.795.744 | 121.819.762 |
| Estado e outros entes públicos | 17 | 31.480.470 | 51.067.860 |
| Outros activos correntes | 9 e 18 | 35.391.992 | 23.492.179 |
| Outros investimentos financeiros | 9 e 12 | 62.805.722 | 57.208.737 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 9 e 20 | 115.119.080 | 67.853.490 |
| Total de activos correntes | | 918.649.548 | 798.507.141 |
| Activos detidos para venda | | 5.863.383 | 6.006.580 |
| TOTAL DO ACTIVO | | 3.670.865.552 | 3.246.012.979 |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital social | 21 | 1.000.000.000 | 1.100.000.000 |
| Acções Próprias | 21 | - | (205.000.000) |
| Reservas e resultados transitados | 21 | (250.902.510) | (223.444.442) |
| Resultado líquido do período atribuível aos Accionistas da Empresa- Mãe | | 170.993.512 | 167.492.214 |
| Total do capital próprio atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe | | 920.091.002 | 839.047.772 |
| Interesses Minoritários | 22 | 11.201.548 | 12.141.277 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | 931.292.550 | 851.189.049 |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Empréstimos bancários | 9 e 23 | 230.000.000 | - |
| Empréstimos obrigacionistas | 9 e 23 | 1.001.716.603 | 1.100.672.731 |
| Credores por locações financeiras | 9, 23 e 24 | 11.109.980 | 5.554.636 |
| Outros empréstimos | 9 e 23 | 241.328 | 276.330 |
| Outros passivos não correntes | 9 e 26 | 11.688.394 | 12.702.606 |
| Impostos diferidos passivos | 19 | 81.182.365 | 50.612.269 |
| Provisões | 31 | 12.953.754 | 17.600.362 |
| Total de passivos não correntes | | 1.348.892.424 | 1.187.418.934 |
| PASSIVOS CORRENTES: | | | |
| Empréstimos bancários | 9 e 23 | 43.249.021 | 83.834.903 |
| Empréstimos obrigacionistas | 9 e 23 | 99.978.611 | - |
| Credores por locações financeiras | 9, 23 e 24 | 4.280.464 | 6.783.670 |
| Outros empréstimos | 9 e 23 | 5.405.467 | 317.352 |
| Fornecedores | 9 e 28 | 898.101.628 | 836.356.284 |
| Outras dívidas a terceiros | 9 e 29 | 152.429.549 | 85.958.723 |
| Estado e outros entes públicos | 17 | 35.975.550 | 44.222.307 |
| Outros passivos correntes | 9 e 30 | 148.945.725 | 147.467.643 |
| Provisões | 31 | 2.314.563 | 2.464.114 |
| Total de passivos correntes | | 1.390.680.578 | 1.207.404.996 |
| TOTAL DO PASSIVO | | 2.739.573.002 | 2.394.823.930 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | 3.670.865.552 | 3.246.012.979 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, S.G.P.S., S.A.
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RESULTADOS POR NATUREZAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em euros)

| | Notas | IFRS | | | |
|---|-------|------------------------------|------------------------|------------------------------|------------------------|
| | | 2008 | | 2007 | |
| | | 4º Trimestre Não auditado | 31-12-2008 | 4º Trimestre Não auditado | 31-12-2007 |
| Proveitos operacionais: | | | | | |
| Vendas | 37 | 1.193.690.754 | 4.074.314.020 | 956.306.560 | 3.238.947.595 |
| Prestações de serviços | 37 | 34.333.511 | 145.379.164 | 34.476.166 | 145.720.912 |
| Varição de valor das propriedades de investimento | | - | - | - | - |
| Outros proveitos operacionais | 38 | 126.971.693 | 429.296.097 | 94.931.305 | 317.911.045 |
| Total de proveitos operacionais | | 1.354.995.958 | 4.648.989.281 | 1.085.714.031 | 3.702.579.552 |
| Custos operacionais: | | | | | |
| Custo das vendas | 14 | (906.020.884) | (3.178.152.943) | (729.296.975) | (2.517.317.555) |
| Varição da produção | | - | - | - | - |
| Fornecimentos e serviços externos | | (152.097.089) | (562.471.047) | (130.624.744) | (458.137.503) |
| Custos com o pessoal | | (132.549.252) | (474.318.470) | (101.314.911) | (376.092.288) |
| Amortizações e depreciações | 10 | (32.297.294) | (115.026.896) | (22.613.472) | (87.048.798) |
| Provisões e perdas por imparidade | 31 | (8.025.341) | (10.962.955) | (1.206.500) | (1.737.549) |
| Outros custos operacionais | 39 | (20.042.054) | (67.655.276) | (19.816.594) | (51.286.979) |
| Total de custos operacionais | | (1.251.031.914) | (4.408.587.587) | (1.004.873.196) | (3.491.620.672) |
| Resultados operacionais | | 103.964.044 | 240.401.694 | 80.840.835 | 210.958.880 |
| Proveitos e ganhos financeiros | | | | | |
| Proveitos e ganhos financeiros | 40 | 4.845.671 | 15.254.408 | 9.596.429 | 19.471.969 |
| Custos e perdas financeiras | | | | | |
| Custos e perdas financeiras | 40 | (25.264.273) | (87.266.824) | (18.350.145) | (54.153.947) |
| Resultados financeiros | 40 | (20.418.602) | (72.012.416) | (8.753.716) | (34.681.978) |
| Resultados relativos a empresas associadas | 6 | 12.712.424 | 13.403.420 | 147.455 | 247.316 |
| Resultados relativos a investimentos | | 370.430 | 520.599 | - | (587.173) |
| Resultado antes de impostos | | 96.628.296 | 182.313.297 | 72.234.574 | 175.937.045 |
| Imposto sobre o rendimento | | | | | |
| Imposto sobre o rendimento | 41 | (5.980.265) | (11.497.975) | (2.976.589) | (7.121.200) |
| Resultado consolidado | | 90.648.031 | 170.815.322 | 69.257.985 | 168.815.845 |
| Atribuível a: | | | | | |
| Accionistas da Empresa-Mãe | | 91.035.606 | 170.993.512 | 68.764.950 | 167.492.214 |
| Interesses Minoritários | | (387.575) | (178.190) | 493.035 | 1.323.631 |
| Resultados por ação (básico e diluído) | 42 | 0,09 | 0,17 | 0,07 | 0,17 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em euros)

| Notas | Atribuível aos Accionistas da Empresa-Mãe | | | | | | | | Interesses Minoritários (Nota 1) | Total do Capital Próprio | |
|---|---|-----------------|-----------------|--------------------|--------------------|-------------------------------------|-------------------|---------------|----------------------------------|--------------------------|--------------|
| | Capital Social | Acções Próprias | Reservas Legais | Reservas Conversão | Reservas Cobertura | Outras Reservas Result. Transitados | Resultado Líquido | Total | | | |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2007 | 21 | 1.100.000.000 | (205.000.000) | 90.200.000 | 510.709 | - | (398.681.758) | 158.079.602 | 745.108.553 | 10.930.910 | 756.039.463 |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2006 | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | | - | - | 4.800.000 | - | - | 153.279.602 | (158.079.602) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | 43 | - | - | - | - | - | (75.000.000) | - | (75.000.000) | (10.256) | (75.010.256) |
| Varição nas reservas: | | | | | | | | | | | |
| Varição de justo valor | | - | - | - | - | 919.624 | - | - | 919.624 | - | 919.624 |
| Geradas no exercício | | - | - | - | 593.913 | - | - | - | 593.913 | - | 593.913 |
| Transferidas para resultados | | - | - | - | - | (381.455) | - | - | (381.455) | - | (381.455) |
| Entradas de novas Empresas (Nota 1 e 8.1) | 22 | - | - | - | - | - | - | - | - | 161.672 | 161.672 |
| Outros | | - | - | - | - | - | 314.923 | - | 314.923 | (264.680) | 50.243 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | - | - | - | - | - | - | 167.492.214 | 167.492.214 | 1.323.631 | 168.815.845 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2007 (Nota 1) | | 1.100.000.000 | (205.000.000) | 95.000.000 | 1.104.622 | 538.169 | (320.087.233) | 167.492.214 | 839.047.772 | 12.141.277 | 851.189.049 |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2008 | 21 | 1.100.000.000 | (205.000.000) | 95.000.000 | 1.104.622 | 538.169 | (320.087.233) | 167.492.214 | 839.047.772 | 12.141.277 | 851.189.049 |
| Aplicação do resultado líquido consolidado de 2007 | | | | | | | | | | | |
| Transferência para reserva legal e resultados transitados | | - | - | 4.300.000 | - | - | 163.192.214 | (167.492.214) | - | - | - |
| Dividendos distribuídos | 43 | - | - | - | - | - | (85.000.000) | - | (85.000.000) | (13.741) | (85.013.741) |
| Varição nas reservas: | | | | | | | | | | | |
| Amortização das acções próprias | 21 | (100.000.000) | 205.000.000 | - | - | - | (105.000.000) | - | - | - | - |
| Varição de justo valor | | - | - | - | - | (3.210.985) | - | - | (3.210.985) | - | (3.210.985) |
| Geradas no exercício | | - | - | - | (1.100.956) | - | - | - | (1.100.956) | - | (1.100.956) |
| Transferidas para resultados | | - | - | - | - | (643.526) | - | - | (643.526) | - | (643.526) |
| Varição de perímetro | 22 | - | - | - | - | - | - | - | - | (747.798) | (747.798) |
| Outros | | - | - | - | - | - | 5.185 | - | 5.185 | - | 5.185 |
| Resultado líquido consolidado do exercício | | - | - | - | - | - | - | 170.993.512 | 170.993.512 | (178.190) | 170.815.322 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2008 | | 1.000.000.000 | - | 99.300.000 | 3.666 | (3.316.342) | (346.889.834) | 170.993.512 | 920.091.002 | 11.201.548 | 931.292.550 |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007
(Montantes expressos em euros)**

| | Notas | 31-12-2008 | 31-12-2007 |
|---|-------|-----------------------------|-----------------------------|
| <u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u> | | | |
| Recebimento de clientes | | 4.191.025.400 | 3.379.348.706 |
| Pagamentos a fornecedores | | (3.447.780.899) | (2.718.261.054) |
| Pagamentos ao pessoal | | (460.481.254) | (367.381.880) |
| Fluxo gerado pelas operações | | <u>282.763.247</u> | <u>293.705.772</u> |
| Pagamento/recebimento imposto s/rendimento | | (89.598) | (5.664.945) |
| Outros recebim./pagam.rel.à activ.operacional | | <u>4.189.570</u> | <u>1.672.760</u> |
| Fluxos das actividades operacionais (1) | | <u><u>286.863.219</u></u> | <u><u>289.713.587</u></u> |
| <u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u> | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Alienação de subsidiárias | 8.3 | 9.356.566 | 10.137.318 |
| Outros investimentos financeiros | | 37.909.420 | 22.369.435 |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | | 32.004.262 | 44.005.165 |
| Juros e proveitos similares | | 8.883.443 | 13.574.458 |
| Dividendos | | 150.169 | 225.169 |
| Empréstimos concedidos | | <u>281.582.000</u> | <u>359.425.000</u> |
| | | <u>369.885.860</u> | <u>449.736.545</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | | | |
| Aquisição de subsidiárias | 8.2 | (11.649.459) | (612.720.553) |
| Aumento de capital em associadas | | (14.878.381) | (21.011.577) |
| Outros investimentos financeiros | | (13.987.185) | (24.870.137) |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | | (293.662.868) | (236.120.750) |
| Empréstimos concedidos | | (288.387.257) | (359.433.190) |
| Outros | | (31) | |
| | | <u>(622.565.181)</u> | <u>(1.254.156.207)</u> |
| Fluxos das actividades de investimento (2) | | <u><u>(252.679.321)</u></u> | <u><u>(804.419.662)</u></u> |
| <u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u> | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | | |
| | | 5.963.981.220 | 2.297.644.251 |
| Aumento de capital em filiais | | | |
| | | | 50.036 |
| | | <u>5.963.981.220</u> | <u>2.297.694.287</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | | |
| | | (5.804.741.308) | (1.956.125.925) |
| Juros e custos similares | | | |
| | | (80.159.356) | (45.346.651) |
| Dividendos | | | |
| | | (85.013.741) | (75.010.292) |
| Outros | | | |
| | | (434.986) | |
| | | <u>(5.970.349.391)</u> | <u>(2.076.482.868)</u> |
| Fluxos das actividades de financiamento (3) | | <u><u>(6.368.171)</u></u> | <u><u>221.211.419</u></u> |
| Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | 27.815.727 | (293.494.656) |
| Efeito das diferenças de câmbio | | 214.608 | (72.602) |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 20 | <u>64.268.940</u> | <u>357.690.994</u> |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 20 | <u><u>91.870.059</u></u> | <u><u>64.268.940</u></u> |

O anexo faz parte destas demonstrações financeiras consolidadas.

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. (“Empresa” ou “Sonae Distribuição”), anteriormente denominada Modelo Continente, SGPS, S.A., tem a sua sede na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Portugal, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado nas Notas 4, 5 e 6 (“Grupo Sonae Distribuição”) e cujas actividades principais se encontram descritas no Relatório de Gestão e na Nota 44.

Concentrações de actividades empresariais: Continente Hipermercados (portfolio ex-Carrefour)

A filial Continente Hipermercados, S.A. (correspondente ao portfolio ex-Carrefour) foi adquirida no final de 2007 não tendo sido, conforme divulgado, concluído nessa data o exercício de imputação de justo valor e de alocação das diferenças de consolidação geradas. Esse processo foi concluído no exercício de 2008 tendo-se procedido à correcção retrospectiva da contabilização da referida concentração empresarial conforme requerido pelo IFRS 3 – Concentrações de actividades empresariais. Consequentemente o Balanço Consolidado em 31 de Dezembro de 2007 e a Demonstração de alterações de capital próprio do exercício findo naquela data foram reexpressos de forma a reflectirem já os novos valores apresentados. O detalhe das alterações efectuadas encontra-se divulgado na Nota 8.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera. As operações estrangeiras cuja moeda funcional não seja o Euro são incluídas nas demonstrações financeiras de acordo com a política descrita no ponto 2.2.e).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas foram as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”). Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia à data de publicação das contas.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, suas subsidiárias e empreendimentos conjuntos, no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2008:

| | <u>Data de Eficácia</u> |
|--|-------------------------|
| <u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008</u> | |
| IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações) | 01-07-08 |
| IFRIC 14 - IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção | 01-01-08 |
| <u>Com aplicação obrigatória após 2008</u> | |
| IFRS 8 – Segmentos operacionais | 01-01-09 |
| IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (Alterações) | 01-01-09 |
| IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (Revista) | 01-01-09 |
| IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos (Alterações) | 01-01-09 |
| IAS 32/IAS 1 - Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações) | 01-01-09 |
| Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007) | 01-01-09 |
| IFRS 1/IAS 27 - Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada | 01-01-09 |
| IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes | 01-07-08 |

A entrada em vigor durante 2008 das normas acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas.

Não são estimados impactos significativos nas demonstrações financeiras do Grupo, decorrentes da adopção dessas normas, com excepção das alterações ao nível de apresentação e divulgação, decorrentes da entrada em vigor das alterações à IAS 1 e do IFRS 8.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data embora não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

| | <u>Data de Eficácia</u> |
|--|-------------------------|
| Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais | 01-07-09 |
| Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS | 01-07-09 |
| IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações) | 01-07-09 |
| IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações) | 01-07-09 |
| IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações) | 01-07-09 |
| IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações) | 01-01-09 |
| IFRIC 12 - Contratos relativos a serviços de concessão | 01-01-09 |
| IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária | 01-01-09 |
| IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira | 01-10-08 |
| IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários | 01-07-09 |
| IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes | 01-07-09 |

Da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não se estima que decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras consolidadas anexas com excepção do IFRS 3 que resultará em alterações significativas ao nível do cálculo das diferenças de consolidação.

2.2. Princípios de consolidação

São os seguintes os métodos de consolidação adoptados pelo Grupo:

a) Investimentos financeiros em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, directa ou indirectamente, mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, pelo método de consolidação integral. O capital próprio

e o resultado líquido destas empresas correspondente à participação de terceiros nas mesmas, é apresentado no balanço consolidado e na demonstração de resultados consolidada, respectivamente, na rubrica interesses minoritários. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 4.

Quando os prejuízos atribuíveis aos minoritários excedem o interesse minoritário no capital próprio da filial, o Grupo absorve esse excesso e quaisquer prejuízos adicionais, excepto quando os minoritários tenham a obrigação e capacidade de cobrir esses prejuízos. Se a filial subsequentemente reportar lucros, o Grupo apropria todos os lucros até que a parte minoritária dos prejuízos absorvidos pelo Grupo tenha sido recuperada.

Os activos e passivos de cada filial são identificados ao seu justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição

e o justo valor de activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício na rubrica "Outros Proveitos Operacionais" após reconfirmação do justo valor atribuído. Os interesses de accionistas minoritários são apresentados pela respectiva proporção do justo valor dos activos e passivos identificados.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações de resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua venda.

Sempre que necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das filiais para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades criadas com um fim específico, ainda que não possua participações de capital directamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

b) Investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente

As demonstrações financeiras das empresas controladas conjuntamente foram incluídas nestas demonstrações consolidadas pelo método de consolidação proporcional, desde a data em que o controlo conjunto é adquirido. De acordo com este método os activos, passivos, proveitos e custos destas empresas foram integrados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, rubrica a rubrica, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de activos e passivos identificáveis da empresa controlada conjuntamente na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (Nota 2.2 d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como proveito do exercício na rubrica de "Outros Proveitos Operacionais" após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

As transacções, os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo e empresas controladas conjuntamente são eliminados, na proporção do controlo atribuível ao Grupo.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

As empresas controladas conjuntamente encontram-se detalhadas na nota 5.

c) Investimentos financeiros em empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa mas não detém o controlo ou o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa - geralmente investimentos representando entre 20% a 50% do capital de uma empresa) são registados pelo método da equivalência patrimonial.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos

capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício e pelos dividendos recebidos.

As diferenças entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição, se positivas são reconhecidas como diferenças de consolidação e mantidas no valor da rubrica investimento financeiro em associadas (Nota 2.2.d)). Se essas diferenças forem negativas são registadas como proveito do exercício na rubrica resultados relativos a empresas associadas após reconfirmação do justo valor atribuído.

É feita uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que o activo possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas por imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir, são objecto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é reportado por valor nulo, excepto quando o Grupo

tenha assumido compromissos para com a associada, situação em que é registada uma provisão por aqueles montantes.

Os ganhos não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados na Nota 6.

d) Diferenças de consolidação

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo, controladas conjuntamente e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando positivas são registadas na rubrica Diferenças de consolidação (Nota 11) ou mantidas na rubrica Investimentos em empresas associadas (Nota 6). As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em filiais sediadas no estrangeiro cuja moeda funcional não é o Euro e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas filiais à data da sua aquisição, encontram-se registadas na moeda funcional dessas filiais, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica Reservas de conversão cambial incluída na rubrica Reservas e Resultados Transitados.

O valor das diferenças de consolidação não é amortizado, sendo testado anualmente para verificar se existem perdas por imparidade. As perdas por imparidade das diferenças de consolidação constatadas no exercício são registadas na demonstração de resultados do exercício na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

As perdas por imparidade relativas a diferenças de consolidação não podem ser revertidas.

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em empresas do Grupo e associadas e o justo valor dos activos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, quando negativas são reconhecidas como proveito na data de aquisição, após reconfirmação do justo valor dos activos e passivos identificáveis.

Diferenças de consolidação anteriores à data de transição

As diferenças de consolidação originadas em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de Janeiro de 2004) foram mantidas pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, ajustados pelos activos incorpóreos não aceites pelos IFRS e objecto de testes de imparidade, sendo os impactos desses ajustamentos registados em resultados transitados, conforme IFRS 1. No caso de filiais estrangeiras, as diferenças de consolidação foram reexpressas na moeda funcional de cada filial, retrospectivamente. As diferenças cambiais geradas no processo de conversão foram registadas em resultados transitados (IFRS 1).

e) Conversão de demonstrações financeiras de entidades estrangeiras

Os activos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para Euros utilizando as taxas de câmbio à data do balanço e os custos e proveitos bem como os fluxos de caixa são convertidos para Euros utilizando a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante gerada após 1 de Janeiro de 2004, é registada no capital próprio na rubrica de Reserva de conversão cambial. As diferenças cambiais geradas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de resultados transitados.

O valor das diferenças de consolidação e ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como activos e passivos dessa entidade e transpostos para Euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor no final do exercício.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração de resultados como um ganho ou perda na alienação.

As cotações utilizadas na conversão para Euros das contas das filiais, empresas controladas conjuntamente e empresas associadas estrangeiras foram as seguintes:

| | 31.12.2008 | | 31.12.2007 | |
|-----------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| | Final do exercício | Média do exercício | Final do exercício | Média do exercício |
| Real brasileiro | 0.30830 | 0.37657 | 0.38516 | 0.37577 |

2.3. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes em conformidade com o exercício de vida útil estimado para cada Grupo de bens e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

As perdas de imparidade detectadas no valor de realização do imobilizado corpóreo, são registadas no ano em que se estimam, por contrapartida da rubrica "Perdas de imparidade" da demonstração consolidada de resultados.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | Anos |
|--------------------------------|---------|
| Edifícios e outras construções | 50 |
| Equipamento básico | 10 a 15 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Ferramentas e utensílios | 4 |
| Equipamento administrativo | 10 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5 |

As despesas com reparação e manutenção de imobilizado são consideradas como custo no exercício em que ocorrem.

As imobilizações em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registadas ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estas imobilizações são amortizadas a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do imobilizado corpóreo são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais ou Outros custos operacionais.

2.4. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As despesas de investigação incorridas com novos conhecimentos técnicos são reconhecidas na demonstração de resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento, para as quais o Grupo demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou uso e para as quais seja provável que o activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como custo do exercício em que são incorridas.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de Software são registados como custos na demonstração de resultados quando incorridos, excepto na situação em que estes custos estejam directamente associados a projectos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações estes custos são capitalizados como activos incorpóreos.

As amortizações são calculadas, após os bens estarem concluídos ou disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado o qual corresponde genericamente a 5 anos e registadas por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada de resultados.

Nos casos de marcas e patentes sem vida útil definida não são calculadas amortizações, sendo o seu valor objecto de testes de imparidade numa base anual.

2.5. Locações

Situações em que o Grupo age como Locatário

Os contratos de locação são classificados como (i) locações financeiras se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse e como (ii) locações operacionais se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os activos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o bem de acordo com a sua natureza, as amortizações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações do imobilizado corpóreo são reconhecidos como custos na demonstração de resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração de resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

Situações em que o Grupo age como Locador

Na situação em que o Grupo age como locador ao abrigo de contratos de locação operacional, o valor dos bens afectos são mantidos no balanço do Grupo e os proveitos são reconhecidos de forma linear durante o período de contrato de locação.

2.6. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que a Empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração de resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de imobilizado, são incluídos na rubrica Outros passivos não correntes e são creditados na demonstração de resultados em quotas constantes durante o período estimado de vida útil dos activos adquiridos.

Os subsídios relacionados com custos incorridos são registados como proveito na medida em que exista uma garantia razoável que vão ser recebidos, que a Empresa já tenha incorrido nos custos subsidiados e que cumpra com as condições exigidas para sua concessão.

2.7. Imparidade dos activos não correntes, excepto Diferenças de consolidação

São efectuados testes de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o activo se encontra registado possa não ser recuperado.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada na demonstração de resultados consolidada na rubrica Provisões e perdas por imparidade.

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido e do valor de uso. O preço de venda líquido, é o montante que se obteria com a alienação do activo, numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda de imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como Outros proveitos operacionais. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos directamente relacionados ou imputáveis à aquisição, construção ou produção de activos fixos, são capitalizados, fazendo parte do custo do activo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das actividades de construção ou desenvolvimento do activo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do activo ou quando o projecto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos, directamente relacionados com um investimento específico, são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

2.9. Existências

As mercadorias encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido do valor dos descontos de quantidade respectivos, concedidos ou a conceder pelos fornecedores, o qual é inferior ao respectivo valor de mercado, utilizando como método de custeio o preço da última compra. Tendo em consideração

a elevada rotação das mercadorias, o critério utilizado na sua valorização não diverge substancialmente da utilização do FIFO ou do custo médio ponderado.

As diferenças entre o custo e o respectivo valor líquido de realização das existências, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais em Custo das vendas.

2.10. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas pelo Grupo sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

2.11. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica os instrumentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o balanço consolidado conforme identificado na nota 9.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu justo valor que corresponde ao valor de aquisição, no caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos em instrumentos de capital próprio que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo valor incluída na rubrica Reservas e resultados transitados até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados(as) na rubrica de resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Clientes e outras dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido. Para tal, cada empresa do Grupo tem em consideração informação de mercado que demonstre que a contraparte está em incumprimento das suas responsabilidades bem como informação histórica dos saldos vencidos e não recebidos.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula por se considerar imaterial o efeito do desconto.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na rubrica resultados financeiros da demonstração consolidada de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

e) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

f) Instrumentos derivados

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica “Reservas de cobertura” incluída na rubrica Reservas e resultados transitados, sendo transferidas para a rubrica de “Resultados Financeiros” no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data do balanço, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como

instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e resultados transitados são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Nos casos em que os instrumentos derivados, embora contratados com o objectivo específico de cobertura dos riscos financeiros inerentes ao negócio (fundamentalmente, “forwards” de taxas de câmbio para cobertura de importações futuras), não se enquadram nos requisitos definidos no IAS 39 para classificação como instrumentos de cobertura, as variações do justo valor afectam directamente a demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, o Grupo procede por vezes à contratação de derivados de taxa de juro e de taxa de câmbio com o objectivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objecto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado) a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

g) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio evidenciam um interesse residual nos activos do Grupo após dedução dos passivos e são registados pelo valor recebido, líquido de custos suportados com a sua emissão.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos, no balanço consolidado.

i) Acções próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como dedução ao Capital Próprio. Os ganhos ou perda resultantes da alienação de acções próprias são reconhecidos directamente em Capital Próprio, não afectando o resultado do exercício.

2.12. Activos disponíveis para venda

Os activos não correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o activo (e o conjunto de activos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições actuais. Adicionalmente, devem estar em curso acções que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica. Os activos não

correntes (e o conjunto de activos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos, não sendo amortizados a partir do momento da sua classificação como disponíveis para venda.

2.13. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A. (Empresa detentora da Sonae Distribuição, SGPS, S.A.).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada exercício de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas, no caso de atribuição de direitos sobre acções remíveis em dinheiro. Quando não existe a opção de remição em dinheiro a responsabilidade é registada em custos com pessoal e em reservas de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.14. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.15. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão.

Os activos e passivos por impostos diferidos não são reconhecidos quando as diferenças temporárias resultem de diferenças de consolidação ou do reconhecimento inicial de activos e passivos que não através de operações de concentração empresarial.

No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

2.16. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos e descontos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados consolidada com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Relativamente à actividade de prestação de serviços de agenciamento de viagens, o reconhecimento de proveitos verifica-se no momento da facturação ao cliente do serviço contratado. No encerramento de cada período contabilístico são feitos os ajustamentos necessários nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes no sentido de reconhecer o rédito associado a serviços já prestados mas cuja facturação ainda não tinha ocorrido, bem como as despesas de subcontratos associados.

Os dividendos recebidos ou a receber são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

O diferimento do rédito associado aos programas de fidelização de clientes através da atribuição de pontos, são quantificados tendo em conta a probabilidade de exercício dos mesmos e são deduzidos à receita no momento em que são gerados, sendo apresentado o correspondente passivo na rubrica "Outras dívidas de terceiros".

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.17. Saldos e transacções expressos em moeda estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras individuais das filiais na moeda funcional da filial, utilizando as taxas em vigor na data da transacção.

Todos os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das filiais são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando as taxas

de câmbio vigentes à data do balanço de cada exercício. Activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada filial, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, dessas mesmas transacções, são registadas como proveitos e custos na demonstração consolidada de resultados do exercício, excepto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada directamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados de cobertura (Nota 2.11.f)).

2.18. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos

após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.19. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras consolidadas incluem:

- a) Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis;
- b) Análises de imparidade das diferenças de consolidação e de outros activos tangíveis e intangíveis;
- c) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- d) Cálculo da responsabilidade associada aos programas de fidelização de clientes.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

As principais estimativas e os pressupostos relativos a eventos futuros incluídos na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, são descritos nas correspondentes notas anexas.

2.20. Informação por segmentos

Em cada exercício são identificados os segmentos aplicáveis ao Grupo, não tendo sido identificados segmentos secundários, tendo em consideração que o Grupo opera fundamentalmente em Portugal e que foi escolhido como segmento primário um segmento de negócio.

A informação financeira relativa aos segmentos de negócio identificados está incluída na Nota 42.

2.21. Reservas legais, outras reservas e resultados transitados

Reserva legal

A legislação comercial Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da Reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de cobertura:

A reserva de cobertura reflecte as variações de justo valor dos instrumentos derivados de cobertura de "cash flow" que se consideram eficazes (Nota 2.11.f), sendo que a mesma não é passível de ser distribuída ou ser utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão:

A rubrica de reservas de conversão corresponde ao efeito da conversão de demonstrações financeiras de entidades com moeda funcional distinta do Euro, conforme referido na nota 2.17.

Reserva de justo valor:

Esta rubrica integra o efeito positivo e negativo da reavaliação ao justo valor de investimentos disponíveis para venda conforme referido na nota 2.11.a).

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria do Grupo.

1 – Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

1.1– Risco de taxa de juro

A exposição do grupo à taxa de juro decorre essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo do grupo é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da sua actividade operacional através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pelo grupo na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações perfeitas de cobertura. Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida (descida) de 75 pontos base em todas as taxas de juro do Euro durante o ano de 2008 teria tido um impacto negativo (positivo) nos resultados consolidados antes de impostos não superior a 6,4 milhões de euros (4,1 milhões em 2007) e um impacto positivo nas reservas consolidadas não superior a 2,5 milhões (ou um impacto negativo de 2,4 milhões de euros em caso de descida de 75 pontos base nas taxas de juro do Euro), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na actividade da empresa.

1.2 – Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras das variações nas taxas de câmbio é reduzido, na medida em que a maior parte dos fluxos operacionais são contratados em Euros. O Grupo está apenas exposto ao

risco taxa de câmbio nas transacções relativas a aquisições de mercadorias em mercados internacionais em dólar;

A gestão do risco taxa de câmbio pretende fornecer uma base sólida à tomada de decisão de compra de mercadorias estabelecendo preços de custo conhecidos e estáveis. A cobertura do risco cambial acompanha toda a decisão de compra desde o momento da selecção dos fornecedores até à negociação formal de aquisição.

A exposição é controlada através de um programa de compra de divisas a prazo (*forwards*) com o objectivo de minorar o impacto negativo ocasionado por variações nas responsabilidades em consequência dos processos de importação em divisas distintas do euro.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os valores em Euros dos saldos activos e passivos denominados em moeda estrangeira eram os seguintes (valores em Euros):

| | ACTIVOS | | PASSIVOS | |
|------------------|------------|------------|------------|------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Real brasileiro | 13,746,578 | 1,311,595 | 1,972,126 | 4,585,100 |
| Libra esterlina | 99,811 | - | 165,548 | 113,478 |
| Dolar americano | 2,380,245 | 877,150 | 6,977,103 | 3,574,320 |
| Florins húngaros | 838 | 61,351 | - | - |

Os montantes acima apresentados apenas incluem activos e passivos monetários denominados em moeda diferente da moeda funcional das filiais ou empreendimentos conjuntos, não representando por isso o risco de translação das demonstrações financeiras. Dada a imaterialidade da exposição ao risco cambial por via dos activos e passivos monetários à data do balanço não é apresentada análise de sensibilidade à variação de taxa de câmbio.

Face à reduzida exposição ao risco de câmbio não foi efectuada qualquer análise de sensibilidade de risco de taxa de câmbio.

2 – Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que o grupo tem disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

O grupo prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. O grupo assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respectiva a cada classe de passivos financeiros.

3 – Risco de crédito

O Grupo está exposto ao risco de crédito no âmbito da sua actividade operacional corrente. Este risco é controlado através de um sistema de recolha de informação financeira e qualitativa, prestada por entidades reconhecidas que fornecem informação de riscos, que permitem avaliar a viabilidade dos clientes no cumprimento das suas obrigações, visando a redução do risco de concessão de crédito. O risco de crédito no relacionamento com fornecedores surge na sequência de adiantamentos ou de débitos de receitas comerciais e é mitigado pela expectativa de manutenção do relacionamento comercial. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas de

imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo, estando portanto ao seu justo valor.

O grupo está ainda exposto ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com *rating* emitido por agência de *rating* internacional mínimo de BBB ou equivalente.

4. EMPRESAS FILIAIS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas filiais incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, são as seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido 31.12.2008 | | Percentagem do Capital detido 31.12.2007 | |
|--|---------------------|--|---------|--|---------|
| | | Directo | Total | Directo | Total |
| Empresa mãe | | | | | |
| Sonae Distribuição SGPS, S.A. | Matosinhos | | | | |
| Sonae Distribuição | | | | | |
| a) Arat Inmuebles, S.A. | Madrid(Espanha) | 100.00% | 100.00% | - | - |
| b) Azulino - Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | - | - |
| Best Offer – Prestação de Informações pela Internet, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Bikini, Portal de Mulheres, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Carnes do Continente – Industria e Distribuição Carnes, S.A. | Santarém | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Contimobe - Imobiliária de Castelo de Paiva, S.A. | Castelo de Paiva | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Continente Hipermercados, S.A. | Lisboa | 100.00% | 100.00% | 99.86% | 99.86% |
| Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sport Zone Espanha- Comercio de Artículos de Deporte, S.A. | Madrid(Espanha) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| c) Edições Book.it, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | - | - |
| Efanor – Design e Serviços, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Efanor - Industria de Fios, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Estevão Neves - Hipermercados da Madeira, S.A. | Funchal | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| d) Farmácia Selecção, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | - | - |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Global S Hipermercado, Lda. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| IGI – Investimento Imobiliário, S.A. | Porto | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Infofield – Informática, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Inventory - Acessórios de Casa, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Marcas MC, zRT | Budapeste (Hungria) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| MJLF-Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Modelo - Distribuição de Materiais de Construção, S.A. | Maia | 50.00% | 50.00% | 50.00% | 50.00% |
| Modalfa – Comércio e Serviços, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Modelo Continente – Operações de Retalho, S.G.P.S., S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido 31.12.2008 | | Percentagem do Capital detido 31.12.2007 | |
|--|-----------------------|---|---------|--|---------|
| | | Directo | Total | Directo | Total |
| | | Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, S.A. | Porto | 75.00% | 75.00% |
| Modelo Hiper Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Modelo Hipermercados Trading, S.A. | Madrid(Espanha) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| NA - Equipamentos para o Lar, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| NA - Comércio de Artigos de Desporto, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Pharmacontinente-Saúde e Higiene, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Peixes do Continente-Indústria e Distribuição de Peixes, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Solaris Supermercados, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários de Fafe, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A. | Porto | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| e) SIAL Participações, Ltda | São Paulo (Brasil) | 100.00% | 100.00% | - | - |
| Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A. | Gondomar | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Soflorin, B.V. | Amesterdão (Holanda) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sonae Capital Brasil, Ltda | São Paulo (Brasil) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| f) SM Empreendimentos Imobiliários, Ltda | Porto Alegre (Brasil) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sonae Retalho Espanha – Servicios Generales, S.A. | Madrid (Espanha) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| g) Sonaecor- Comércio Y Distribución, S.A. | Madrid (Espanha) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sondis Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sonvecap, B.V. | Amesterdão (Holanda) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Sport Zone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Tlantic Sistemas de Informação, Ltda | Porto Alegre (Brasil) | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Todos os Dias – Comércio Ret. E Explor.Centros Comerciais, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Valor N, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| Worten – Equipamentos para o Lar, S.A. | Matosinhos | 100.00% | 100.00% | 100.00% | 100.00% |
| a) Worten España Distribución, S.L. | Madrid(Espanha) | 100.00% | 100.00% | - | - |

Estas empresas filiais foram incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral, tendo em consideração que as subsidiárias são controladas pela Sonae Distribuição SGPS, S.A..

- a) Filiais adquiridas em 1 de Outubro de 2008
- b) Filial adquirida em 28 de Novembro de 2008
- c) Filial constituída em 29 de Abril de 2008
- d) Filial constituída em 10 de Dezembro de 2008
- e) Filial adquirida em 25 de Julho de 2008
- f) Filial incorporada por fusão na Sonae Capital Brasil, Ltda em 7 de Janeiro de 2008
- g) Alteração da Designação Social de Worten España, S.A. para Sonaecor-Comércio y Distribución, S.A.

5. EMPRESAS CONTROLADAS CONJUNTAMENTE

As empresas controladas conjuntamente, suas sedes sociais, proporção do capital detido em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são os seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido | | Percentagem do Capital detido | |
|---|-----------------|-------------------------------|--------|-------------------------------|--------|
| | | 31.12.2008 | | 31.12.2007 | |
| | | Directo | Total | Directo | Total |
| a) Equador & Mendes-Agencia de viagens e Turismo, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| a) Nova Equador Internacional-Agencia de Viagens e Turismo, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| a) Nova Equador P.C.O. E Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| a) Star Viagens e Turismo, S.A. | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 90.00% | 90.00% |
| b) Raso, SGPS, S.A. | Lisboa | 50.00% | 50.00% | - | - |
| c) Geotur - Viagens e Turismo, S.A. | Lisboa | 50.00% | 50.00% | - | - |
| c) Marcas do Mundo - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | - | - |
| c) Movimento Viagens - Viagens e Turismo, Sociedade Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | - | - |
| c) Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. | Madrid(Espanha) | 50.00% | 50.00% | - | - |

Filiais que no período anterior se encontravam consolidadas pelo método integral;

- a) Filial constituída em 14 de Outubro de 2008;
- b) Filiais adquiridas em 14 de Outubro de 2008;

Estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método proporcional, conforme indicado na Nota 2.2.b).

Em Outubro de 2008, foi alienado 60% da participação financeira na Star Viagens e Turismo, S.A. e suas filiais para a empresa conjuntamente controlada Raso, SGPS, S.A, tendo passado o controlo sobre estas filiais a ser partilhado em 50%, pelo que as mesmas passaram a ser consolidadas pelo método proporcional. Os 40% de participação financeira remanescentes foram classificados como Activos detidos para venda (Nota 8.3 – Alienações).

Os montantes agregados, excluindo eliminações de intra-grupo, correspondentes às percentagens de detenção das empresas controladas conjuntamente, incluídas pelo método proporcional nas demonstrações consolidadas do exercício e podem ser resumidos como segue:

| | 31.12.2008 |
|------------------------|------------|
| Activos não correntes | 32.979.413 |
| Activos correntes | 23.608.916 |
| Passivos não correntes | 3.384.155 |
| Passivos correntes | 24.677.123 |
| | |
| Proveitos | 26.367.368 |
| Custos | 27.296.543 |

6. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

As empresas associadas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são os seguintes:

| Firma | Sede Social | Capital detido | | Capital detido | | Valor de balanço | |
|---|-------------|----------------|--------|----------------|--------|------------------|------------|
| | | 31.12.2008 | | 31.12.2007 | | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| | | Directo | Total | Directo | Total | | |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | Maia | 49.00% | 49.00% | 42.16% | 42.16% | 62,809,585 | 34,616,937 |
| a) Mundo Vip - Operadores Turísticos, S.A. | Lisboa | - | - | 33.33% | 33.33% | | 2,851,706 |
| Son aegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A. | Maia | 40.00% | 40.00% | 40.00% | 40.00% | 719,654 | 669,644 |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A. | Lisboa | 25.00% | 25.00% | 25.00% | 25.00% | 1,142,244 | 943,957 |
| | | | | | | 64,671,483 | 39,082,244 |

- a) Associada alienada em 2009 e reclassificada para activos correntes detidos para venda.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.2.c).

Os montantes agregados dos principais indicadores financeiros destas associadas podem ser resumidos como segue:

| | Total de activos | | Total de passivos | | Proveitos | | Resultado líquido do exercício | |
|---|------------------|------------|-------------------|-----------|------------|------------|--------------------------------|-----------|
| | 31.12.08 | 31.12.07 | 31.12.08 | 31.12.07 | 31.12.08 | 31.12.07 | 31.12.08 | 31.12.07 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosedo | 145,208,519 | 86,008,228 | 17,721,259 | 5,333,873 | 47,387,840 | 4,340,775 | 25,606,150 | (504,340) |
| Sonaegest - Soc. Gestora de Fundos de Investimento, S.A. | 1,939,235 | 1,858,032 | 140,099 | 183,920 | 840,555 | 714,241 | 125,023 | 276,873 |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, S.A. | 16,226,862 | 13,396,531 | 11,657,883 | 9,931,743 | 64,178,125 | 64,482,822 | 1,104,191 | 1,437,602 |

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor dos investimentos em associadas, foi o seguinte:

| | 31.12.2008 Não correntes | 31.12.2007 Não correntes |
|---|-----------------------------|-----------------------------|
| Investimentos em associadas | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 39,082,244 | 17,823,351 |
| Aumentos durante o exercício | 14,878,381 | 21,011,577 |
| Alienações durante o período | - | - |
| Transferências | (2,851,706) | - |
| Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial | 13,562,564 | 247,316 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 64,671,483 | 39,082,244 |

7. OUTROS INVESTIMENTOS NÃO CORRENTES

Investimentos em outras empresas, suas sedes sociais, proporção do capital detido e valor de balanço em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 são os seguintes:

| Firma | Sede Social | Capital detido | | Capital detido | | Valor de balanço | |
|--|---------------|----------------|--------|----------------|--------|------------------|------------|
| | | 31.12.2008 | | 31.12.2007 | | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| | | Directo | Total | Directo | Total | | |
| Dispar-Distrib. De Participações, SGPS, S.A. | Lisboa | 7.14% | 7.14% | 7.14% | 7.14% | 9,976 | 9,976 |
| Insco - Insular de Hipermercados, S.A. | Ponta Delgada | 10.00% | 10.00% | 10.00% | 10.00% | 748,197 | 748,197 |
| Puravida - Viagens e Turismo, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | - | - | 1,584,193 | - |
| Outros | | - | - | - | - | 16,605 | 240,997 |
| | | | | | | 2,358,971 | 999,170 |

Durante os períodos findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, o movimento ocorrido no valor dos outros investimentos não correntes, foi o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|------------|--------------|
| Investimentos em outras empresas | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 785,486 | 33,804,781 |
| Aumentos durante o exercício | 1,000 | 4,988 |
| Varição perímetro-Aquisições | 14,608 | - |
| Variações perímetro-Alienações | (13,158) | (523,913) |
| Transferências (nota 8) | | (32,500,370) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 787,936 | 785,486 |
| Perdas por imparidade acumuladas (nota 31) | (13,158) | (26,316) |
| | 774,778 | 759,170 |
| Adiantamentos para investimentos financeiros | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 240,000 | 900,000 |
| Varição perímetro-Aquisições | 1,584,193 | - |
| Transferências | (240,000) | (660,000) |
| Saldo em 31 de Dezembro | 1,584,193 | 240,000 |

O valor de investimentos em outras empresas, corresponde fundamentalmente a Investimentos em empresas não cotadas e cujo justo valor não foi estimado por não ser mensurável de forma fiável, mantêm-se ao custo de aquisição deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

8. ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

8.1- Alteração à alocação de justo valor da concentração de actividades empresariais efectuadas no exercício anterior

A filial Continente Hipermercados, S.A. (correspondente ao portfólio ex-Carrefour) foi adquirida no final do exercício de 2007, não tendo sido concluída naquela data a imputação de justo valor. Tal exercício foi apenas concluído durante o exercício de 2008, reportado a 31 de Dezembro de 2007, e encontra-se reflectido nos novos referenciais apresentados, conforme previsto pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro.

| | Data aquisição | | Publicado 31.12.2007 |
|--|-------------------------|--------------------------|-------------------------|
| | Valor Contabilístico | Imputação Justo Valor | |
| Activos líquidos adquiridos | | | |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | 272.281.660 | 59.195.468 | 331.477.128 |
| Existências | 34.475.424 | (13.211.127) | 21.264.297 |
| Outros activos correntes | 5.788.904 | | 5.788.904 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1.347.294 | | 1.347.294 |
| Impostos diferidos | 449.449 | 924.902 | 1.374.351 |
| Empréstimos | (83.038.919) | | (83.038.919) |
| Outros passivos | (150.218.081) | (7.188.445) | (157.406.526) |
| | <u>81.085.731</u> | <u>39.720.798</u> | <u>120.806.529</u> |
| Diferenças de consolidação (Nota 11) | | 39.675.995 | 464.661.539 |
| Interesses minoritários | | 44.803 | (149.196) |
| Preço de aquisição | | <u>39.720.798</u> | <u>585.318.872</u> |
| Pagamentos efectuados | | | 611.200.000 |
| Valor recebido - acerto preço aquisição | | | (30.113.103) |
| Custos suportados com a aquisição | | | <u>4.231.975</u> |
| | | | <u>585.318.872</u> |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição | | | |
| Pagamentos efectuados | | | 611.200.000 |
| Custos suportados com aquisição | | | 4.231.975 |
| Caixa e equivalentes de caixa adquiridos | | | (1.347.294) |
| Recebimento do acerto de preço | | | <u>(30.113.103)</u> |
| | | | <u>583.971.578</u> |
| | | | <u>611.023.461</u> |

Nos fluxos de caixa do exercício de 2008, em recebimentos relativos a investimentos financeiros, está reflectido o acerto ao preço de aquisição no montante de 30.113.103 euros.

8.2- Aquisições

As principais aquisições de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram as seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido | |
|--|------------------|----------------------------------|---------|
| | | 31.12.2008 | |
| | | Directo | Total |
| Arat Inmuebles, S.A. | Madrid (Espanha) | 100.00% | 100.00% |
| Azulino - Imobiliária, S.A. | Maia | 100.00% | 100.00% |
| Worten España Distribución, S.L. | Madrid (Espanha) | 100.00% | 100.00% |
| Geotur - Viagens e Turismo, S.A. | Lisboa | 50.00% | 50.00% |
| Marcas do Mundo -Viagens e Turismo, Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% |
| Movimento Viagens - Viagens e Turismo, Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% |
| Viajens y Turismo de Geotur España, S.L. | Madrid (Espanha) | 50.00% | 50.00% |

8.2.1 - As aquisições das filiais Arat-Inmuebles e Worten España Distribucion, acima mencionadas, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008:

| | Valor Contabilístico | Imputação Justo Valor | Total Ajustado |
|--|-------------------------|--------------------------|-------------------|
| Activos líquidos adquiridos | | | |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | 24,588,655 | 17,049,979 | 41,638,634 |
| Existências | 13,437,316 | (6,810,447) | 6,626,869 |
| Outros activos | 5,389,541 | (188,708) | 5,200,833 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 1,256,349 | | 1,256,349 |
| Impostos diferidos | - | 10,149,074 | 10,149,074 |
| Empréstimos | (9,127,271) | | (9,127,271) |
| Outros passivos | (35,437,840) | (3,482,495) | (38,920,335) |
| | 106,750 | 16,717,403 | 16,824,153 |
| Diferenças de consolidação negativas | | | (9,864,000) |
| Preço de aquisição | | | 6,960,153 |
| Pagamentos efectuados | | | 1 |
| Acerto preço aquisição | | | 6,514,481 |
| Custos suportados com a aquisição | | | 445,671 |
| | | | 6,960,153 |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição | | | |
| Pagamentos efectuados | | | 1 |
| Custos suportados com aquisição | | | 445,671 |
| Caixa e equivalentes de caixa adquiridos | | | (1,256,349) |
| | | | (810,677) |

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

| | |
|-----------------------------|--------------|
| Proveitos operacionais | 25.248.006 |
| Custos operacionais | (28.051.593) |
| Resultado financeiro | (389.875) |
| Resultado antes de impostos | (3.193.462) |
| Imposto sobre o rendimento | 4.867.821 |
| Resultado líquido | 1.674.359 |

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2008, os proveitos operacionais viriam aumentados em 102.864.512 Euros.

8.2.2. - As aquisições das filiais Azulino-Imobiliária, S.A. e das empresas de viagens, acima mencionadas, tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2008:

| | Data de aquisição | | | | |
|--|----------------------|-----------------------|-------------------|----------------------|--------------|
| | AZULINO | | | Empresas Viagens | Total |
| | Valor Contabilístico | Imputação Justo Valor | Total Justo Valor | Valor Contabilístico | |
| Activos líquidos adquiridos | | | | | |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | 3,749,652 | 920,348 | 4,670,000 | 811,479 | 5,481,479 |
| Outros investimentos financeiros | | | - | 14,607 | 14,607 |
| Adiantamentos para investimentos financeiros | | | - | 1,584,193 | 1,584,193 |
| Outros activos correntes | 82,450 | | 82,450 | 13,642,800 | 13,725,250 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 10,552 | | 10,552 | 55,837 | 66,389 |
| Impostos diferidos | 26,103 | (243,892) | (217,789) | (23,992) | (241,781) |
| Empréstimos | - | | - | (1,118,443) | (1,118,443) |
| Outros passivos | (4,250,293) | | (4,250,293) | (12,952,393) | (17,202,686) |
| | (381,536) | 676,456 | 294,920 | 2,014,089 | 2,309,009 |
| Diferenças de consolidação (Nota 11) | | | 203,106 | 10,014,411 | 10,217,517 |
| Preço de aquisição | | | 498,026 | 12,028,500 | 12,526,526 |
| Pagamentos efectuados | | | 498,026 | 12,028,500 | 12,526,526 |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição | | | | | |
| Pagamentos efectuados | | | 498,026 | 12,028,500 | 12,526,526 |
| Caixa e equivalentes de caixa adquiridos | | | (10,552) | (55,837) | (66,389) |
| | | | 487,474 | 11,972,663 | 12,460,137 |

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

| | |
|-----------------------------|--------------|
| Proveitos operacionais | 13,011,388 |
| Custos operacionais | (13,186,673) |
| Resultado financeiro | (31,480) |
| Resultado antes de impostos | (206,765) |
| Imposto sobre o rendimento | 23,051 |
| Resultado líquido | (183,714) |

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2008, os proveitos operacionais viriam aumentados em 56.677.116 Euros.

8.3 – Alienações

As principais alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 foram as seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido | | Percentagem do Capital detido | |
|--|-------------|-------------------------------|--------|-------------------------------|--------|
| | | Data de alienação | | 31.12.2007 | |
| | | Directo | Total | Directo | Total |
| Equador & Mendes-Agencia de viagens e Turismo, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| Nova Equador Internacional-Agencia de Viagens e Turismo, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| Nova Equador P.C.O. E Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 75.00% | 67.50% |
| Star Viagens e Turismo, S.A. | Lisboa | 50.00% | 50.00% | 90.00% | 90.00% |

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação são os seguintes:

| | <u>Filiais Alienadas</u> <u>Data alienação</u> |
|--|---|
| Activos líquidos alienados | |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas | 2.710.506 |
| Diferenças de consolidação (Nota 11) | 9.394.261 |
| Impostos diferidos | 39.616 |
| Outros activos correntes | 14.058.148 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 122.787 |
| Outros passivos correntes | (14.089.442) |
| | <u>12.235.875</u> |
| Interesses minoritários | (78.917) |
| Activos disponíveis para venda (Nota 5) | (4.863.383) |
| Ganho na alienação | 2.062.991 |
| Preço da alienação | <u>9.356.566</u> |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação | |
| Recebimentos efectivados | 9.356.566 |
| Caixa e equivalentes a caixa alienados | (122.787) |
| Valor do negócio | <u>9.233.779</u> |

Os resultados do exercício destas subsidiárias até à data da sua alienação podem ser detalhados conforme abaixo. Após essa data as suas operações passaram a ser consolidadas pelo método proporcional:

| | <u>Filial alienada</u> <u>2008</u> |
|-------------------------------|---------------------------------------|
| Prestações de Serviços | 101,395,269 |
| Outros proveitos operacionais | 624,364 |
| Outros custos operacionais | (98,631,551) |
| Resultado financeiro | <u>(145,900)</u> |
| Resultado antes impostos | 3,242,182 |
| Imposto sobre o rendimento | <u>(875,463)</u> |
| Resultado líquido | <u>2,366,719</u> |

8.4 - Aquisições em 2007

As principais aquisições de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram as seguintes:

| <u>Firma</u> | <u>Sede Social</u> | <u>Percentagem do Capital de tido</u> | |
|--|--------------------|---------------------------------------|--------------|
| | | <u>31.12.2007</u> | |
| | | <u>Directo</u> | <u>Total</u> |
| Iginha-Sociedade Imobiliária, S.A | Matosinhos | 100,00% | 100,00% |
| Modelo Continente Seguros-Sociedade de Mediação, Ldª | Porto | 75,00% | 75,00% |
| Valor N, S.A. | Matosinhos | 100,00% | 100,00% |
| Continente Hipermercados, S.A. | Lisboa | 99,86% | 99,86% |

As aquisições acima mencionadas tiveram o seguinte impacto nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2007:

| | Data de aquisição | | | | Total | 31.12.2007 |
|---|----------------------|-----------------------|-------------------|--------------------------|--------------------|-------------------|
| | Outras | Outras | Outras | Continente | | |
| | Valor Contabilístico | Imputação Justo Valor | Total Justo Valor | Hipermercados 31.12.2007 | | |
| Activos líquidos adquiridos | | | | | | |
| Imobilizações corpóreas e incorpóreas (nota 10) | 14,120,204 | 1,341,202 | 15,461,406 | 267,013,229 | 282,474,635 | 285,320,526 |
| Outros activos correntes | 1,735,726 | | 1,735,726 | 40,264,328 | 42,000,054 | 40,399,583 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 510,473 | | 510,473 | 1,347,294 | 1,857,767 | 1,801,528 |
| Impostos diferidos | 8,808 | (355,418) | (346,610) | 1,845,583 | 1,498,973 | 1,564,950 |
| Empréstimos | (6,821,755) | | (6,821,755) | (83,038,919) | (89,860,674) | (83,038,919) |
| Outros passivos | (8,696,570) | | (8,696,570) | (150,218,081) | (158,914,651) | (167,654,589) |
| | <u>856,886</u> | <u>985,784</u> | <u>1,842,670</u> | <u>77,213,434</u> | <u>79,056,104</u> | <u>78,393,079</u> |
| Diferenças de consolidação (Nota 11) | | | 377,371 | 504,847,714 | 505,225,085 | |
| Interesses minoritários | | | (12,476) | (104,393) | (116,869) | |
| Preço de aquisição | | | <u>2,207,565</u> | <u>581,956,755</u> | <u>584,164,320</u> | |
| Pagamentos efectuados | | | 9,029,320 | 611,200,000 | 620,229,320 | |
| Valor a Receber - acerto preço aquisição | | | | (30,414,000) | (30,414,000) | |
| Dívida financeira à data de aquisição | | | (6,821,755) | | (6,821,755) | |
| Custos suportados com aquisição | | | | 1,170,755 | 1,170,755 | |
| | | | <u>2,207,565</u> | <u>581,956,755</u> | <u>584,164,320</u> | |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da aquisição | | | | | | |
| Pagamentos efectuados | | | 9,029,320 | 611,200,000 | 620,229,320 | |
| Custos suportados com aquisição | | | | 1,170,755 | 1,170,755 | |
| Empréstimos intra-grupo à data de aquisição | | | (6,821,755) | | (6,821,755) | |
| Caixa e equivalentes de caixa adquiridos | | | (510,473) | (1,347,294) | (1,857,767) | |
| | | | <u>1,697,092</u> | <u>611,023,461</u> | <u>612,720,553</u> | |

Os impactos das aquisições acima na demonstração dos resultados consolidados foram os seguintes:

| | |
|-----------------------------|------------------|
| Proveitos operacionais | 791.800 |
| Custos operacionais | (1.139.987) |
| Resultado financeiro | <u>(605.994)</u> |
| Resultado antes de impostos | (954.181) |
| Imposto sobre o rendimento | 64.730 |
| Resultado líquido | <u>(889.451)</u> |

Caso as aquisições efectuadas tivessem sido reportadas a 1 de Janeiro de 2007, os proveitos operacionais viriam aumentados em 589.137.736 Euros.

8.5. – Alienações em 2007

As principais alienações de empresas ocorridas no exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 foram as seguintes:

| Firma | Sede Social | Percentagem do Capital detido | | Percentagem do Capital detido | |
|--------------------------------------|-------------|-------------------------------|---------|-------------------------------|---------|
| | | Data de alienação | | 31.12.2006 | |
| | | Directo | Total | Directo | Total |
| Imoponte-Sociedade Imobiliária, S.A. | Matosinhos | 100,00% | 100,00% | 100,00% | 100,00% |

Os activos líquidos das filiais alienadas na data da alienação são os seguintes:

| | Filial Alienada Data alienação | 31-12-2006 |
|--|-----------------------------------|--------------------|
| Activos líquidos alienados | | |
| Imobilizações corpóreas | 9,928,909 | 9,700,630 |
| Impostos diferidos (nota 19) | 910,749 | 871,280 |
| Outros activos correntes | 150,897 | 150,544 |
| Caixa e equivalentes a caixa | 3,683 | 421 |
| Outros passivos não correntes | (4,316,000) | (11,837,000) |
| Outros passivos correntes | (10,396) | (920,356) |
| | <u>6,667,842</u> | <u>(2,034,481)</u> |
| Perda na alienação | <u>(842,841)</u> | |
| Preço da alienação | <u>5,825,001</u> | |
| Fluxo de caixa líquido decorrente da alienação | | |
| Recebimentos efectivos | 10,141,001 | |
| Caixa e equivalentes a caixa alienados | <u>(3,683)</u> | |
| | <u>10,137,318</u> | |
| Empréstimos intra-grupo à data de alienação | <u>(4,316,000)</u> | |
| Valor do negócio | <u>5,821,318</u> | |

O valor da dívida financeira referida no quadro acima corresponde ao valor de suprimentos concedidos pela accionista da filial alienada e que estão incluídos no valor recebido de 10.141.001 Euros.

Os resultados do exercício desta subsidiária até à data da sua alienação podem ser detalhados como segue:

| | Filial alienada 2007 |
|----------------------------|-------------------------|
| Prestações de Serviços | 57 |
| Outros custos operacionais | 102 |
| Resultado financeiro | <u>(265.584)</u> |
| Resultado antes impostos | <u>(265.425)</u> |
| Imposto sobre o rendimento | <u>39.470</u> |
| Resultado líquido | <u>(225.955)</u> |
| | <u>(225.955)</u> |

9. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.11, foram classificados como segue:

Activos Financeiros
31 de Dezembro de 2008

| Nota | Empréstimos e contas a receber | Disponíveis para venda | Activos registados a justo valor por resultados (Nota 25) | Derivados de cobertura (Nota 25) | Sub-total | Activos não abrangidos pelo IFRS 7 | Total |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------|---|----------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------|
| Activos não correntes | | | | | | | |
| 7 | 1,584,193 | 774,778 | | | 2,358,971 | | 2,358,971 |
| 13 | 2,284,632 | | | | 2,284,632 | | 2,284,632 |
| | 3,868,825 | 774,778 | | | 4,643,603 | | 4,643,603 |
| Activos correntes | | | | | | | |
| 15 | 33,237,057 | | | | 33,237,057 | | 33,237,057 |
| 16 | 109,795,744 | | | | 109,795,744 | | 109,795,744 |
| 18 | 20,432,973 | | | | 20,432,973 | 14,959,019 | 35,391,992 |
| 12 | 60,956,594 | | 72,494 | 1,776,634 | 62,805,722 | | 62,805,722 |
| 20 | 115,119,080 | | | | 115,119,080 | | 115,119,080 |
| | 339,541,448 | | 72,494 | 1,776,634 | 341,390,576 | 14,959,019 | 356,349,595 |
| Total | 343,410,273 | 774,778 | 72,494 | 1,776,634 | 346,034,179 | 14,959,019 | 360,993,198 |

31 de Dezembro de 2007

| Nota | Empréstimos e contas a receber | Disponíveis para venda | Activos registados a justo valor por resultados | Derivados de cobertura (Nota 25) | Sub-total | Activos não abrangidos pelo IFRS 7 | Total |
|------------------------------|--------------------------------|------------------------|---|----------------------------------|--------------------|------------------------------------|--------------------|
| Activos não correntes | | | | | | | |
| 7 | 240,000 | 759,170 | | | 999,170 | | 999,170 |
| 13 | 1,820,126 | | | | 1,820,126 | | 1,820,126 |
| | 2,060,126 | 759,170 | | | 2,819,296 | | 2,819,296 |
| Activos correntes | | | | | | | |
| 15 | 32,409,579 | | | | 32,409,579 | | 32,409,579 |
| 16 | 121,819,762 | | | | 121,819,762 | | 121,819,762 |
| 18 | 11,829,490 | | | | 11,829,490 | 11,662,689 | 23,492,179 |
| 12 | 56,093,108 | | 1,971 | 1,113,658 | 57,208,737 | | 57,208,737 |
| 20 | 67,853,490 | | | | 67,853,490 | | 67,853,490 |
| | 290,005,429 | | 1,971 | 1,113,658 | 291,121,058 | 11,662,689 | 302,783,747 |
| Total | 292,065,555 | 759,170 | 1,971 | 1,113,658 | 293,940,354 | 11,662,689 | 305,603,043 |

Passivos Financeiros

| 31 de Dezembro de 2008 | | Passivos registados a justo valor por | Derivados de cobertura | Outros passivos financeiros | Sub-total | Passivos não abrangidos pelo IFRS 7 | Total |
|-------------------------------|-----------------------------------|---|---------------------------|-----------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| Nota | resultados | | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | | |
| | Empréstimos bancários | 23 | | 230,000,000 | 230,000,000 | | 230,000,000 |
| | Empréstimos obrigacionistas | 23 | | 1,001,716,603 | 1,001,716,603 | | 1,001,716,603 |
| | Credores por locações financeiras | 24 | | 11,109,980 | 11,109,980 | | 11,109,980 |
| | Outros empréstimos | 23 | | 241,328 | 241,328 | | 241,328 |
| | Outros passivos não correntes | 26 | | 11,165,308 | 11,165,308 | 523,086 | 11,688,394 |
| | | | | <u>1,254,233,219</u> | <u>1,254,233,219</u> | <u>523,086</u> | <u>1,254,756,305</u> |
| Passivos correntes | | | | | | | |
| | Empréstimos bancários | 23 | | 43,249,021 | 43,249,021 | | 43,249,021 |
| | Empréstimos obrigacionistas | 23 | | 99,978,611 | 99,978,611 | | 99,978,611 |
| | Credores por locações financeiras | 24 | | 4,280,464 | 4,280,464 | | 4,280,464 |
| | Outros empréstimos | 23 | 475,848 | 35,487 | 5,405,467 | | 5,405,467 |
| | Fornecedores | 28 | | 898,101,628 | 898,101,628 | | 898,101,628 |
| | Outras dívidas a terceiros | 29 | | 152,429,549 | 152,429,549 | | 152,429,549 |
| | Outros passivos correntes | 30 | | 148,437,461 | 148,437,461 | 508,264 | 148,945,725 |
| | | | | <u>475,848</u> | <u>4,894,132</u> | <u>1,346,512,221</u> | <u>1,351,882,201</u> |
| | | | | <u>475,848</u> | <u>4,894,132</u> | <u>2,606,745,440</u> | <u>2,606,115,420</u> |
| Total | | | | | | <u>1,031,350</u> | <u>2,607,146,770</u> |

| 31 de Dezembro de 2007 | | Passivos registados a justo valor por | Outros passivos financeiros | Sub-total | Passivos não abrangidos pelo IFRS 7 | Total |
|-------------------------------|-----------------------------------|---|-----------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| Nota | resultados | | | | | |
| Passivos não correntes | | | | | | |
| | Empréstimos bancários | 23 | | 1,100,672,731 | | 1,100,672,731 |
| | Empréstimos obrigacionistas | 24 | | 5,554,636 | | 5,554,636 |
| | Credores por locações financeiras | 23 | | 276,330 | | 276,330 |
| | Outros empréstimos | 26 | | 10,830,596 | 1,872,010 | 12,702,606 |
| | Outros passivos não correntes | | | <u>1,117,334,293</u> | <u>1,872,010</u> | <u>1,119,206,303</u> |
| Passivos correntes | | | | | | |
| | Empréstimos bancários | 23 | | 83,834,903 | | 83,834,903 |
| | Credores por locações financeiras | 24 | | 6,783,670 | | 6,783,670 |
| | Outros empréstimos | 23 | 281,123 | 36,229 | | 317,352 |
| | Fornecedores | 28 | | 835,856,284 | | 835,856,284 |
| | Outras dívidas a terceiros | 29 | | 80,848,547 | | 80,848,547 |
| | Outros passivos correntes | 30 | | 144,777,374 | 2,690,269 | 147,467,643 |
| | | | | <u>281,123</u> | <u>1,152,137,007</u> | <u>1,152,418,130</u> |
| | | | | <u>281,123</u> | <u>2,269,471,300</u> | <u>2,269,752,423</u> |
| Total | | | | | <u>2,690,269</u> | <u>2,274,314,702</u> |

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 os instrumentos financeiros registados a justo valor por resultados correspondem apenas a instrumentos financeiros derivados que não se qualificam como de cobertura.

10. IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS E INCORPÓREAS

Durante os exercícios de 2008 e 2007 o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas - Exercício de 2008

| | Terrenos e edifícios | Equipamento básico | Equipamento Transporte | Ferramentas e utensílios | Equipamento administrativo | Outras imobilizações corpóreas | Imobilizado em curso a) | Adiantamentos Imobilizado corpóreo b) | Total corpóreo |
|--|----------------------|--------------------|------------------------|--------------------------|----------------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|----------------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 1,321,081,939 | 586,492,798 | 17,525,840 | 29,837,028 | 101,287,132 | 1,776,285 | 125,567,424 | 14,404,376 | 2,197,972,822 |
| Imputação justo valor | 54,111,446 | 21,825,730 | (165,821) | (3,879,838) | (1,478,767) | - | (37,908,515) | 26,650,000 | 59,154,235 |
| Saldo inicial Reexpresso | 1,375,193,385 | 608,318,528 | 17,360,019 | 25,957,190 | 99,808,365 | 1,776,285 | 87,658,909 | 41,054,376 | 2,257,127,057 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 43,382,873 | 7,902,569 | 317,333 | 92,778 | 2,037,630 | 66,253 | 1,090,769 | - | 54,890,205 |
| Variações do perímetro - Alienações | (348,113) | (825,536) | (620) | (90,136) | (1,090,137) | (40,939) | (144,084) | - | (2,539,565) |
| Investimento | 12,281,854 | 794,593 | 87,703 | 112,761 | 3,764,790 | 17 | 292,772,527 | 14,117,440 | 323,931,685 |
| Desinvestimento c) | (17,373,082) | (22,436,750) | (733,709) | (1,369,995) | (2,416,761) | (21,294) | (352,772) | - | (44,704,363) |
| Efeito da conversão cambial | (73,196) | (209,195) | (8,278) | - | (138,129) | - | - | - | (428,798) |
| Transferências / abates d) | 83,874,799 | 124,095,781 | 2,221,278 | 4,326,631 | (1,527,721) | 18,021 | (230,698,000) | (9,736,656) | (27,425,867) |
| Saldo final | 1,496,938,520 | 717,639,990 | 19,243,726 | 29,029,229 | 100,438,037 | 1,798,343 | 150,327,349 | 45,435,160 | 2,560,850,354 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 194,037,229 | 278,847,315 | 13,568,935 | 20,362,366 | 65,309,111 | 1,632,160 | - | - | 573,757,116 |
| Imputação justo valor | (17,599,079) | 15,488,517 | (156,772) | (3,223,824) | (1,241,006) | - | - | - | (6,732,164) |
| Saldo inicial Reexpresso | 176,438,150 | 294,335,832 | 13,412,163 | 17,138,542 | 64,068,105 | 1,632,160 | - | - | 567,024,952 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 2,651,583 | 3,971,079 | 218,643 | 25,128 | 1,249,187 | 58,891 | - | - | 8,174,511 |
| Variações do perímetro - Alienações | (177,254) | (228,724) | (620) | (29,776) | (704,908) | (32,956) | - | - | (1,174,238) |
| Depreciação do exercício | 22,782,486 | 58,695,133 | 1,582,106 | 4,513,898 | 14,206,032 | 47,549 | - | - | 101,827,204 |
| Desinvestimento | (2,503,587) | (16,353,144) | (671,360) | (1,267,911) | (1,885,722) | (20,743) | - | - | (22,702,467) |
| Efeito da conversão cambial | (39,116) | (81,671) | (3,950) | - | (44,596) | - | - | - | (169,335) |
| Transferências / abates | (6,671,482) | 623,314 | (4,050) | (34,202) | (10,345,077) | (45) | - | - | (16,431,542) |
| Saldo final | 192,480,780 | 340,961,819 | 14,532,932 | 20,345,679 | 66,543,019 | 1,684,856 | - | - | 636,549,085 |
| Valor líquido | 1,304,457,740 | 376,678,171 | 4,710,794 | 8,683,550 | 33,895,018 | 113,487 | 150,327,349 | 45,435,160 | 1,924,301,269 |

Imobilizações incorpóreas - Exercício de 2008

| | Despesas de desenvolvimento | Propriedade Indust. e outros direitos | Software | Trespases | Outras Imobilizações Incorpóreas | Imobilizado em curso a) | Adiantamentos Imobilizado incorpóreo b) | Total incorpóreo |
|--|-----------------------------|---------------------------------------|-------------------|----------------|----------------------------------|-------------------------|---|--------------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 469,507 | 88,603,953 | 107,561,601 | 13,863,815 | - | 16,263,339 | - | 226,762,215 |
| Imputação de justo valor | - | - | - | - | - | (1,422,500) | - | (1,422,500) |
| Saldo inicial reexpresso | 469,507 | 88,603,953 | 107,561,601 | 13,863,815 | - | 14,840,839 | - | 225,339,715 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 1,186,461 | 884,987 | 998,542 | 4,250,161 | 17,457 | - | - | 7,337,608 |
| Variações do perímetro - Alienações | - | (364,185) | (1,282,959) | (1,067,256) | - | (327,837) | - | (3,042,237) |
| Investimento | 117,000 | 718,856 | 171,790 | 49,861 | - | 21,375,793 | - | 22,433,300 |
| Desinvestimento | - | (188,864) | (5,044) | - | - | (719,330) | - | (913,238) |
| Efeito da conversão cambial | - | - | (37,579) | - | - | - | - | (37,579) |
| Transferências/Abates | - | 3,491,616 | 15,207,731 | - | (352,471) | (14,965,186) | - | 3,381,690 |
| Saldo final | 1,772,968 | 93,146,363 | 122,614,082 | 17,096,581 | (335,014) | 20,204,279 | - | 254,499,259 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 241,993 | 5,175,682 | 53,824,561 | 12,960,714 | - | - | - | 72,202,950 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 1,154,086 | 647,383 | 881,560 | 4,250,160 | - | - | - | 6,933,189 |
| Variações do perímetro - Alienações | - | (89,895) | (768,135) | (839,028) | - | - | - | (1,697,058) |
| Depreciação do período | 119,973 | 2,343,572 | 10,640,357 | 108,260 | - | - | - | 13,212,162 |
| Desinvestimento | - | (66,143) | (2,792) | - | - | - | - | (68,935) |
| Efeito da conversão cambial | - | - | (19,445) | - | - | - | - | (19,445) |
| Transferências/Abates | - | (5) | (483) | (352,472) | - | - | - | (352,960) |
| Saldo final | 1,516,052 | 8,010,594 | 64,555,623 | 16,127,634 | - | - | - | 90,209,903 |
| Valor líquido | 256,916 | 85,135,769 | 58,058,459 | 968,947 | (335,014) | 20,204,279 | - | 164,289,356 |

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo", referem-se aos seguintes projectos:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|--------------------|--------------------|
| Remodelação e Expansão do parque de lojas | 146,344,713 | 122,900,793 |
| Licenças de instalação | 7,445,825 | 4,467,338 |
| Projectos informáticos | 12,841,147 | 11,726,539 |
| | 166,631,685 | 139,094,670 |

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas", referem-se fundamentalmente a projectos de lojas Modelo e Continente para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos.

c) Os valores mais significativos registados como "Desinvestimento", na rubrica "Terrenos e Edifícios", referem-se à alienação, de lojas em Eiras e Lagoa, bem como uma parte da galeria do centro comercial de Leiria, no valor líquido de aproximadamente 17.800.000 Euros.

Estas alienações deram origem ao reconhecimento de ganhos no montante de aproximadamente 3 milhões de Euros no período findo em 31 de Dezembro de 2008, os quais se encontram registados na rubrica “Outros proveitos operacionais”.

Durante os exercícios de 2007 e 2006 o movimento ocorrido no valor das imobilizações corpóreas e incorpóreas, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

Imobilizações corpóreas - Exercício de 2007

| | Terrenos e edifícios | Equipamento básico | Equipamento Transporte | Equipamento administrativo | Ferramentas e utensílios | Taras e vasilhame | Outras imobilizações corpóreas | Imobilizado em curso a) | Adiantamentos Imobilizado corpóreo b) | Total corpóreo |
|--|----------------------|--------------------|------------------------|----------------------------|--------------------------|-------------------|--------------------------------|-------------------------|---------------------------------------|----------------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 1.027.788.651 | 479.043.575 | 15.346.401 | 96.146.283 | 8.319.375 | 80.429 | 2.006.122 | 29.402.940 | 17.147.599 | 1.675.281.375 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 249.123.401 | 38.721.989 | 1.580.910 | 6.937.941 | 18.401.874 | - | - | 57.869.991 | - | 372.636.106 |
| Variações do perímetro - Alienações | (9.928.909) | - | - | - | - | - | - | - | - | (9.928.909) |
| Investimento | 19.776.057 | 1.356.472 | 193.909 | 1.887.220 | 36.629 | - | - | 176.083.396 | 20.475.574 | 219.809.257 |
| Desinvestimento c) | (20.919.134) | (12.825.079) | (685.495) | (5.638.660) | (117.645) | (13.862) | (296.020) | (537.922) | - | (41.033.817) |
| Efeito da conversão cambial | 330.893 | 81.728 | 4.190 | 45.019 | - | - | - | 9.189 | - | 471.019 |
| Transferências / abates d) | 54.910.980 | 80.114.113 | 1.085.925 | 1.909.329 | 3.196.795 | - | (384) | (137.260.170) | (23.218.797) | (19.262.209) |
| Saldo final | 1.321.081.939 | 586.492.798 | 17.525.840 | 101.287.132 | 29.837.028 | 66.567 | 1.709.718 | 125.567.424 | 14.404.376 | 2.197.972.822 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | | | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 128.715.051 | 224.445.608 | 12.011.068 | 58.138.134 | 4.544.535 | 80.429 | 1.824.070 | - | - | 429.758.895 |
| Variações do perímetro - Aquisições | 50.162.578 | 20.137.861 | 1.057.863 | 5.345.648 | 14.072.537 | - | - | - | - | 90.776.487 |
| Depreciação do exercício | 17.525.551 | 46.228.506 | 1.165.413 | 9.457.540 | 1.852.113 | - | 47.054 | - | - | 76.276.177 |
| Desinvestimento | (2.366.778) | (9.411.081) | (654.067) | (4.682.029) | (100.334) | (13.862) | (295.921) | - | - | (17.524.072) |
| Efeito da conversão cambial | 13.174 | 16.124 | 1.074 | 9.523 | - | - | - | - | - | 39.895 |
| Transferências / abates | (12.347) | (2.569.703) | (12.416) | (2.959.705) | (6.485) | - | (9.610) | - | - | (5.570.266) |
| Saldo final | 194.037.229 | 278.847.315 | 13.568.935 | 65.309.111 | 20.362.366 | 66.567 | 1.565.593 | - | - | 573.757.116 |
| Valor líquido | 1.127.044.710 | 307.645.483 | 3.956.905 | 35.978.021 | 9.474.662 | - | 144.125 | 125.567.424 | 14.404.376 | 1.624.215.706 |

Imobilizações incorpóreas - Exercício de 2007

| | Despesas de desenvolvimento | Propriedade Indust. e outros direitos | Software | Trespases | Outras Imobilizações Incorpóreas | Imobilizado em curso a) | Adiantamentos Imobilizado incorpóreo b) | Total incorpóreo |
|--|-----------------------------|---------------------------------------|--------------------|-------------------|----------------------------------|-------------------------|---|--------------------|
| Activo bruto: | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 464.840 | 83.989.039 | 98.303.747 | 13.908.707 | - | 13.319.370 | 275.000 | 210.260.703 |
| Variações do perímetro - Aquisições | - | - | 1.300.626 | - | - | - | - | 1.300.626 |
| Investimento | 1.217 | 1.076.817 | 71.056 | - | - | 14.762.392 | - | 15.911.482 |
| Desinvestimento | - | - | - | - | - | (40.491) | - | (40.491) |
| Efeito da conversão cambial | - | - | 10.652 | - | - | - | - | 10.652 |
| Transferências/Abates | 3.450 | 3.538.097 | 7.875.520 | (44.892) | - | (11.777.932) | (275.000) | (680.757) |
| Saldo final | 469.507 | 88.603.953 | 107.561.601 | 13.863.815 | - | 16.263.339 | - | 226.762.215 |
| Amortizações e perdas por imparidade acumuladas | | | | | | | | |
| Saldo inicial | 148.308 | 3.329.177 | 44.882.011 | 12.736.678 | - | - | - | 61.096.174 |
| Variações do perímetro - Aquisições | - | - | 685.610 | - | - | - | - | 685.610 |
| Depreciação do período | 93.685 | 1.860.365 | 8.549.643 | 268.928 | - | - | - | 10.772.621 |
| Desinvestimento | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Efeito da conversão cambial | - | - | 3.431 | - | - | - | - | 3.431 |
| Transferências/Abates | - | (13.860) | (296.134) | (44.892) | - | - | - | (354.886) |
| Saldo final | 241.993 | 5.175.682 | 53.824.561 | 12.960.714 | - | - | - | 72.202.950 |
| Valor líquido | 227.514 | 83.428.271 | 53.737.040 | 903.101 | - | 16.263.339 | - | 154.559.265 |

a) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Imobilizado em curso corpóreo e incorpóreo”, referem-se aos seguintes projectos:

| | 31.12.2007 | 31.12.2006 |
|---|--------------------|-------------------|
| Remodelação e Expansão do parque de lojas | 122.900.793 | 27.214.918 |
| Licenças de instalação | 4.467.338 | 3.352.407 |
| Projectos informáticos | 11.726.539 | 8.752.631 |
| Total | 139.094.670 | 39.319.956 |

O aumento da rubrica “Remodelação e expansão do parque de lojas” é em grande medida explicado pela aquisição do Continente Hipermercados, S.A., que contribui com o montante de 57.582.766 Euros.

b) Os valores mais significativos incluídos na rubrica de “Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas”, referem-se fundamentalmente a projectos de lojas Modelo e Continente para os quais foram efectuados os respectivos adiantamentos.

c) Os valores mais significativos registados como “Desinvestimento”, na rubrica “ Terrenos e Edifícios”, referem-se à alienação, de galerias comerciais adjacentes às lojas Modelo em Albufeira e Portimão, no valor líquido de aproximadamente 18.550.000 Euros.

Estas alienações deram origem ao reconhecimento de ganhos no montante de aproximadamente 13,5 milhões de Euros no período findo em 31 de Dezembro de 2007, os quais se encontram registados na rubrica “Outros proveitos operacionais”.

d) A rubrica de transferências inclui a transferência de terrenos e edifícios no valor de 6.006.580 Euros relativos a terrenos, para os quais existiam já contratos de promessa de compra e venda.

Esta rubrica inclui ainda 2.400.000 Euros relativos a adiantamentos efectuados em exercícios anteriores e que foram recebidos em resultado da rescisão de contrato respectivo.

11. DIFERENÇAS DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o movimento ocorrido na rubrica das diferenças de consolidação, bem como nas respectivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Rexpresso |
|---|--------------------|-------------------------|
| Valor Bruto: | | |
| Saldo inicial | 521,729,135 | 63,980,187 |
| Novas empresas no consolidado (nota 8.2.2.) | 10,217,517 | 461,676,793 |
| Aumentos | 6,659,286 | |
| Diminuições (nota 8.3) | <u>(9,394,261)</u> | <u>(3,927,845)</u> |
| Saldo final | <u>529,211,677</u> | <u>521,729,135</u> |
| Perdas por imparidade acumuladas (nota 21): | | |
| Saldo inicial | 1,374,226 | 2,838,583 |
| Aumentos | 6,817,357 | - |
| Diminuições | | <u>(1,464,357)</u> |
| Saldo final | <u>8,191,583</u> | <u>1,374,226</u> |
| Valor líquido | <u>521,020,094</u> | <u>520,354,909</u> |

O valor descrito como aumentos inclui custos adicionais incorridos com aquisição de subsidiárias, bem como diferenças de consolidação geradas com aumentos de percentagem de interesses em subsidiárias.

O valor das diferenças de consolidação é alocado a cada um dos segmentos de negócio e dentro destes a cada um dos grupos homogéneos de unidades geradoras de caixa, nomeadamente a cada uma das insígnias do segmento e posteriormente repartido por cada uma das lojas.

O valor alocado a activos imobiliários (“Imobiliários” com ou sem rendimento) é alocado a cada um dos imóveis existentes na data de aquisição.

São efectuados testes anuais de imparidade sobre o goodwill e sempre que existam indicações que o goodwill pode estar em imparidade.

Para este efeito a Empresa recorre aos resultados da valorização interna das suas insígnias através de metodologias de planeamento anuais, sustentadas em planos de negócio para períodos de 5 anos onde se projectam os cash-flows de cada uma das unidades, através da consideração de pressupostos totalmente detalhados e justificados. Estes planos contemplam um detalhe do impacto das principais acções que serão levadas a cabo por cada um dos negócios, bem como um estudo aturado da alocação dos recursos da Empresa.

As simulações são feitas com um custo médio ponderado de capital entre 7 e 10% dependendo do mercado e do segmento da insígnia. É considerada uma taxa de crescimento dos cash-flows na perpetuidade de 0 a 1 %.

No âmbito da aplicação das Normas Internacionais de Relato Financeiro, a Empresa efectuou durante o exercício de 2008, uma análise detalhada de todos os seus activos, tendo sido identificados alguns activos em que a Empresa sentia mais dificuldade em obter dados para quantificar a sua valorização. Neste sentido, recorreu-se a opiniões avalizadas em cada uma das áreas de modo a confrontar o valor percebido interno de cada um dos activos com o potencial valor de mercado. Assim sendo, no segmento “Activos imobiliários com rendimento”, foi reconhecida uma perda de imparidade de 6.817.357 Euros.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor das diferenças de consolidação pode ser detalhado como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso |
|-----------------------------|--------------------|--------------------------|
| Base alimentar | 404,466,932 | 399,851,492 |
| Base não alimentar | 84,184,028 | 80,939,555 |
| Imobiliárias com rendimento | 3,069,134 | 9,886,491 |
| Imobiliárias sem rendimento | - | 377,371 |
| Outros | 29,300,000 | 29,300,000 |
| | <u>521,020,094</u> | <u>520,354,909</u> |

12. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS CORRENTES

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|-------------------|-------------------|
| <u>Outros Investimentos Financeiros</u> | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 56,093,108 | 33,211,904 |
| Aquisições durante o exercício | 6,029,076 | 6,444,626 |
| Alienações durante o exercício | (27,829) | (16,063,792) |
| Aumento/(diminuição) no justo valor | (1,137,760) | |
| Transferências | - | 32,500,370 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 60,956,595 | 56,093,108 |
| Perdas por imparidade acumuladas (Nota 29) | - | - |
| | <u>60,956,595</u> | <u>56,093,108</u> |
| <u>Instrumentos Financeiros Derivados</u> | | |
| Justo valor em 1 de Janeiro | 1,115,629 | 49,458 |
| Aquisições durante o exercício | 72,494 | 1,971 |
| Alienações durante o exercício | (1,971) | (49,458) |
| Aumento/(diminuição) no justo valor | 662,976 | 1,113,658 |
| Saldo em 31 de Dezembro | 1,849,128 | 1,115,629 |
| | <u>1,849,128</u> | <u>1,115,629</u> |
| Total em outros Investimentos Financeiros | <u>62,805,723</u> | <u>57,208,737</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica pode ser decomposta como segue:

Em outros investimentos financeiros estão registados 56.042.299 Euros (56.093.108 Euros em 31 de Dezembro de 2007), relativos a montantes depositados numa *Escrow Account* e que se encontram aplicados em Unidades de Participação num fundo de investimento monetário de *rating* superior, que surgem como garantias das responsabilidades contratuais assumidas pelo Grupo na venda da Sonae Distribuição Brasil, S.A. e para as quais foram constituídas provisões (Nota 31).

Embora de acordo com os prazos definidos contratualmente a *Escrow Account* já devesse ter sido libertada pelo comprador, a mesma ainda não o foi pelo facto de existirem alguns pontos de divergência que estão a ser objecto de negociação entre as partes com vista à sua resolução. É entendimento do Conselho de Administração, consubstanciado em opiniões legais de advogados brasileiros e portugueses, que a razão assiste à Empresa facto pelo qual é convicção do mesmo que este montante será na sua totalidade recebido no curto prazo.

13. OUTROS ACTIVOS NÃO CORRENTES

O detalhe dos outros activos não correntes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos a empresas associadas | - | 1,015,475 |
| Clientes e outros devedores | 2,284,632 | 804,651 |
| | <u>2,284,632</u> | <u>1,820,126</u> |

Os valores registados em Clientes e outros devedores não correntes, correspondem fundamentalmente a:

a) 634.470 Euros (792.644 euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a depósitos judiciais efectuados por uma filial brasileira, para os quais se encontram registados os correspondentes passivos na rubrica "Outros passivos não correntes" (Nota 26), estes valores não apresentam maturidade definida.

b) 1.638.156 Euros relativos a cauções de contratos de locação de imóveis das lojas do Grupo em Espanha, que não se encontram vencidas a esta data.

14. EXISTÊNCIAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso |
|--|--------------------|--------------------------|
| Mercadorias | 549,329,990 | 460,751,262 |
| Perdas de imparidade acumuladas em existências (nota 31) | (18,510,507) | (16,095,728) |
| | <u>530,819,483</u> | <u>444,655,534</u> |

O custo das vendas nos exercícios findos a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, foi apurado como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 reexpresso |
|---|----------------------|--------------------------|
| Existências iniciais | 460.751.262 | 352.193.769 |
| Variação de perímetro-Aquisições (Nota 8.2.1) | 6.626.869 | 24.063.488 |
| Compras | 3.263.407.621 | 2.604.690.994 |
| Regularizações de existências | 4.893.306 | 4.633.499 |
| Existências finais | 549.329.990 | 460.751.262 |
| | <u>3.176.562.456</u> | <u>2.515.563.490</u> |
| Perdas de imparidade | 1.590.487 | 1.754.065 |
| | <u>3.178.152.943</u> | <u>2.517.317.555</u> |

Os montantes inscritos na rubrica de 'Regularizações de existências', em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, referem-se, essencialmente, a regularizações resultantes de ofertas a instituições de solidariedade social.

15. CLIENTES

O detalhe de clientes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|-------------------|-------------------|
| Clientes correntes | 33,535,398 | 33,218,618 |
| Clientes de cobrança duvidosa | 12,418,928 | 11,962,348 |
| | 45,954,326 | 45,180,966 |
| Perdas de imparidade acumuladas (nota 31) | (12,717,269) | (12,771,387) |
| | <u>33,237,057</u> | <u>32,409,579</u> |

A rubrica de Clientes correntes inclui 11.420.811 Euros (15.549.379 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativo a clientes das agências de viagens, bem como 12.366.082 Euros (11.231.975 Euros em 31 de Dezembro de 2007), relativo a vendas por grosso a empresas relacionadas.

Os valores apresentados acima correspondem fundamentalmente a dívidas originadas pelo curso normal da actividade do Grupo. Os montantes apresentados no balanço são líquidos de perdas de imparidade, pelo que o valor registado em Clientes representa um valor próximo do seu justo valor uma vez que os mesmos não vencem juros e o efeito de desconto é considerado imaterial.

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a antiguidade dos saldos de clientes pode ser analisada como segue:

| | Clientes | |
|---------------------------------------|-------------------|-------------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Não vencido | 14,208,471 | 20,174,169 |
| Vencido mas sem registo de imparidade | | |
| 0 - 30 dias | 4,165,062 | 2,404,680 |
| 30 - 90 dias | 9,927,462 | 4,932,343 |
| + 90 dias | 3,971,796 | 4,493,884 |
| | <u>18,064,320</u> | <u>11,830,907</u> |
| Vencido com registo de imparidade | | |
| 0 - 90 dias | 221,725 | 77,339 |
| 90 - 180 dias | 713,896 | 204,254 |
| 180 - 360 dias | 643,027 | 660,725 |
| + 360 dias | 12,102,887 | 12,233,572 |
| | <u>13,681,535</u> | <u>13,175,890</u> |
| Total | <u>45,954,326</u> | <u>45,180,966</u> |

16. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

O detalhe das outras dívidas de terceiros em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso |
|--|--------------------|--------------------------|
| Outros devedores | | |
| a) Fornecedores c/c-saldos devedores | 74.985.105 | 66.725.484 |
| c) Vendas de imobilizado | 8.770.261 | 747.614 |
| b) Vendas c/ créditos s/ terceiros | 3.608.238 | 5.536.607 |
| e) Subsídios à Exploração | 1.286.546 | 1.434.458 |
| d) Regime esp.reg.dívidas ao Fisco e Seg.Social(Dec.Lei 248-A) | 14.576.053 | 14.576.053 |
| Iva-Imóveis | 5.217.586 | 2.887.859 |
| Acerto de preço na aquisição de participações financeiras (nota 8) | | 30.414.000 |
| Empresas controladas conjuntamente | 2.627.454 | |
| Empresas associadas | 1.000.000 | |
| Outros | 9.475.173 | 8.359.157 |
| Adiantamentos a fornecedores de imobilizado | 389.736 | 381.319 |
| | <u>121.936.152</u> | <u>131.062.551</u> |
| Perdas de imparidade acumuladas (nota 31) | (12.140.408) | (9.242.789) |
| Total de instrumentos financeiros (Nota 9) | <u>109.795.744</u> | <u>121.819.762</u> |

a) A 31 de Dezembro de 2008, o valor de Fornecedores c/c - saldos devedores está sobretudo associado à existência de receitas comerciais diversas debitadas a fornecedores e que não foram ainda deduzidas aos créditos de compras futuras.

b) Corresponde a vendas efectuadas para as quais foram recebidas formas de pagamento emitidas por terceiros, nomeadamente vales, *tickets* ou instrumentos similares.

c) O valor registado na rubrica "Vendas de Imobilizado" corresponde fundamentalmente a um valor de 6.948.162 Euros relativos à venda de um imóvel no Brasil alienado durante o exercício o qual será liquidado, de acordo com o contrato de compra e venda. Estes montantes vencem juros a taxas normais de mercado.

d) O montante relacionado com o Regime Especial de Regularização de Dívidas ao Fisco e Segurança Social, corresponde basicamente a impostos pagos, que foram reclamados junto das autoridades competentes, sendo entendimento do Conselho de Administração que as reclamações

apresentadas terão um desfecho favorável para o Grupo factu pelo qual não registou qualquer perda por imparidade relativamente a estes activos.

e) A rubrica Subsídios à Exploração corresponde a montantes a receber de entidades governamentais a título de subsídios à exploração, fundamentalmente para fazer face a custos com formação. Durante o exercício foram reconhecidos proveitos no montante de 338.226 Euros relacionados com estes subsídios (Nota 38).

A 31 de Dezembro de 2008 e de 2007, a antiguidade dos saldos de Outras dívidas de terceiros pode ser analisada como segue:

| | Fornecedores c/c saldos devedores | | Outros devedores diversos | |
|---------------------------------------|-----------------------------------|--------------------------|---------------------------|--------------------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Não vencido | 273,014 | 3,855,045 | 28,063,171 | 48,865,428 |
| Vencido mas sem registo de imparidade | | | | |
| 0 - 30 dias | 36,337,854 | 19,872,653 | 1,503,329 | 4,203,042 |
| 30 - 90 dias | 22,223,996 | 30,218,156 | 10,113,443 | 8,784,758 |
| + 90 dias | 4,969,145 | 3,675,137 | 6,494,445 | 1,143,910 |
| | <u>63,530,995</u> | <u>53,765,946</u> | <u>18,111,217</u> | <u>14,131,710</u> |
| Vencido com registo de imparidade | | | | |
| 0 - 90 dias | | | 16,390 | |
| 90 - 180 dias | 914 | | 2,816 | |
| 180 - 360 dias | 2,259,182 | 1,444,067 | 4,564 | 509,848 |
| + 360 dias | 8,921,001 | 7,660,426 | 752,888 | 208,164 |
| | <u>11,181,097</u> | <u>9,104,493</u> | <u>776,658</u> | <u>718,012</u> |
| | <u><u>74,985,106</u></u> | <u><u>66,725,484</u></u> | <u><u>46,951,046</u></u> | <u><u>63,715,150</u></u> |

Os devedores que não estão vencidos não apresentam qualquer sinal de imparidade, o valor contabilístico dos activos líquidos de imparidades é considerado como estando próximo do seu justo valor.

17. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

O detalhe da rubrica Estado e outros entes públicos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|-------------------|-------------------|
| Valores devedores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 10,266,097 | 13,256,014 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 20,176,000 | 36,910,417 |
| Outros Impostos | 1,038,373 | 901,429 |
| | <u>31,480,470</u> | <u>51,067,860</u> |
| Valores credores | | |
| Imposto sobre o rendimento | 8,563,639 | 6,388,566 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 14,962,758 | 25,828,419 |
| Retenção na Fonte - IRS trabalho dependente | 2,097,197 | 3,055,163 |
| Contribuições para a Segurança Social | 9,787,580 | 8,206,536 |
| Outros Impostos e Retenção na Fonte | 564,376 | 743,623 |
| | <u>35,975,550</u> | <u>44,222,307</u> |

18. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

O detalhe dos outros activos correntes em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, é o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|-------------------|-------------------|
| Receitas comerciais | 17,377,253 | 4,222,318 |
| Juros a receber | 1,469,109 | 741,938 |
| Comissões a receber | 1,586,611 | 6,865,234 |
| Total instrumentos financeiros (Nota 9) | <u>20,432,973</u> | <u>11,829,490</u> |
| Sinistros | 47,106 | 231,480 |
| Rendas | 4,407,778 | 3,259,833 |
| Serviços de gestão de condomínios | 1,712,853 | 1,684,282 |
| Seguros | 2,714,292 | 2,058,068 |
| Outros | 6,076,990 | 4,429,026 |
| | <u>35,391,992</u> | <u>23,492,179</u> |

Na rubrica “Outros” inclui IVA a recuperar relativo às operações das agências de viagens de acordo com o D.L. 221/85 no montante de 569.700 Euros (1.127.913 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

Os montantes identificados como activos financeiros correspondem a valores ainda não debitados aos terceiros respectivos mas que apresentam suporte contratual e que não se encontram vencidos.

19. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | <u>Impostos diferidos activos</u> | | <u>Impostos diferidos passivos</u> | |
|--|-----------------------------------|--------------------------|------------------------------------|--------------------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso |
| Imputação do justo valor em aquisição filiais | 3,845,829 | 6,353,991 | 24,038,802 | 16,132,406 |
| Homogeneização de amortizações | 16,129 | 70,513 | 39,264,318 | 29,290,837 |
| Provisões e perdas por imparidade de activos não aceites fiscalmente | 6,773,980 | 4,320,121 | | - |
| Anulação de imobilizações | 9,289,029 | 9,517,092 | | |
| Amortizações de goodwill | | - | 6,980,016 | - |
| Anulação de custos diferidos | | 9,644 | 26,697 | 32,267 |
| Valorização de instrumentos derivados | 1,423,045 | 74,497 | 490,019 | 194,556 |
| Mais/menos-valias reinvestidas | | - | 2,257,793 | 2,394,039 |
| Reavaliações de imobilizado corpóreo reintegrável | | - | 2,279,573 | 2,523,410 |
| Diferenças de cambio não tributadas | | - | 5,326,355 | 44,754 |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 44,487,390 | 15,374,448 | | |
| Outros | 1,591,414 | 283,633 | 518,792 | |
| | <u>67,426,816</u> | <u>36,003,939</u> | <u>81,182,365</u> | <u>50,612,269</u> |

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

| | 31.12.2008 | | 31.12.2007 Reexpresso | |
|--|-------------------|-------------------|-----------------------|--------------------|
| | Activos | Passivos | Activos | Passivos |
| Saldo inicial | 36,003,939 | 50,612,269 | 23,413,248 | 36,985,189 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Diferença entre justo valor e custo histórico de Imobilizações corpóreas | - | (371,250) | - | - |
| Imputação do justo valor em aquisições de filiais | (5,699,762) | - | - | - |
| Anulação de imobilizações incorpóreas | (614,183) | - | 59,661 | - |
| Anulação de imobilizações corpóreas | 421,843 | 768,125 | (421,461) | - |
| Reavaliações | - | (238,251) | - | (97,355) |
| Homogeneização de amortizações | (1,692,041) | 9,803,023 | (110,591) | 1,384,243 |
| Amortizações de diferenças de consolidação | - | 6,980,016 | - | - |
| Anulação de acréscimos e diferimentos | (9,646) | (5,570) | (10,516) | (11,665) |
| Provisões do exercício não aceites para efeitos fiscais | 2,920,784 | - | (760,889) | - |
| Imparidade de activos | - | - | - | - |
| Instrumentos financeiros derivados | 51,602 | 18,689 | 43,746 | (12,584) |
| Prejuízos fiscais reportáveis | 17,612,719 | - | (1,537,964) | - |
| Mais/menos valias reinvestidas | - | (136,246) | - | (1,118,666) |
| Diferenças de câmbio não tributadas em filiais brasileiras | - | 6,462,069 | - | (1,642,013) |
| Efeito de variação de taxa de imposto | - | - | - | - |
| Outros | 1,314,108 | 1,433,999 | 276,716 | - |
| | 14,305,424 | 24,714,604 | (2,461,298) | (1,498,040) |
| Efeito em reservas: | | | | |
| Valorização de instrumentos derivados de cobertura | 1,296,945 | 276,774 | - | 194,034 |
| Efeito de conversão cambial | (817,364) | (1,192,218) | 98,303 | 94,392 |
| Reavaliações | - | (5,586) | - | - |
| Outros | (6,326) | - | - | - |
| | 473,255 | (921,030) | 98,303 | 288,426 |
| Efeito de Variação de Perímetro (Nota 8) | | | | |
| Aquisições | 26,103 | 23,992 | 750,594 | 292,337 |
| Alienações | (40,723) | (1,107) | (910,761) | (12) |
| Imputação de justo valor em aquisição de filiais | 16,658,818 | 6,753,637 | 15,113,853 | 14,544,369 |
| | 16,644,198 | 6,776,522 | 14,953,686 | 14,836,694 |
| Saldo final | 67,426,816 | 81,182,365 | 36,003,939 | 50,612,269 |

Durante o exercício foram constituídos activos por impostos diferidos no montante de, aproximadamente, 18.240.000 Euros relativos a prejuízos fiscais reportáveis da filial Worten España, S.A. (filial adquirida durante o exercício – Nota 8) gerados no exercício e em exercícios anteriores, dos quais 11.829.000 Euros relativos a prejuízos gerados em data anterior à aquisição foram imputados no cálculo da respectiva diferença de consolidação negativa constatada. O registo de activos por impostos diferidos está suportado em planos de negócio da Empresa que prevêm a sua recuperação num prazo compreendido entre 5 e 8 anos (na perspectiva mais conservadora).

Durante o exercício de 2008 foi concluído o processo de alocação de justo valor à aquisição do Continente Hipermercados, S.A. (Nota 8). Nesse processo, e suportado em planos de negócios da Empresa, para além do impacto fiscal da valorização de activos e passivos adquiridos, o Grupo procedeu ao registo de activos por impostos diferidos (7.363.727 Euros) relativos a prejuízos fiscais reportáveis no montante de 29.454.907 Euros. Consequentemente os valores relativos a 31 de Dezembro de 2007 foram reexpressos de forma a incluir esse efeito.

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam impostos diferidos activos por prejuízos fiscais, em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, utilizando para o efeito as taxas de câmbio naquelas datas, os mesmos eram reportáveis como segue:

| | 31-12-2008 | | | 31-12-2007 | | |
|--|--------------------|--------------------------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Activos por impostos diferidos | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Activos por impostos diferidos | Data limite de utilização |
| Com limite de data de utilização | | | | | | |
| Gerados em 2002 | - | - | 2008 | 12,423,840 | 3,105,960 | 2008 |
| Gerados em 2003 | 464,904 | 116,226 | 2009 | 9,065,672 | 2,266,418 | 2009 |
| Gerados em 2004 | 212,609 | 53,152 | 2010 | 1,567,260 | 391,815 | 2010 |
| Gerados em 2005 | 196,781 | 49,196 | 2011 | 7,341,505 | 1,835,377 | 2011 |
| Gerados em 2006 | 387,074 | 96,768 | 2012 | 387,074 | 96,768 | 2012 |
| Gerados em 2007 | 23,480,028 | 5,870,008 | 2013 | 30,712,438 | 7,678,110 | 2013 |
| Gerados em 2008 | 4,624,321 | 1,156,080 | 2014 | | | |
| | <u>29,365,717</u> | <u>7,341,430</u> | | <u>61,497,789</u> | <u>15,374,448</u> | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima | 118,469,447 | 35,540,834 | | | | |
| Sem limite de data de utilização | 4,720,959 | 1,605,126 | | | | |
| | <u>152,556,123</u> | <u>44,487,390</u> | | <u>61,497,789</u> | <u>15,374,448</u> | |

Foram avaliados os activos por impostos diferidos a reconhecer, os quais só foram registados na medida em que é provável que ocorram lucros tributáveis no futuro que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis ou até à concorrência de passivos por impostos diferidos que sejam registados pela mesma entidade e que cuja reversão seja expectável que ocorra na mesma data. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo Sonae Distribuição, periodicamente revistos e actualizados, e nas oportunidades de planeamento fiscal disponíveis e identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 existem prejuízos fiscais reportáveis no montante de 35.431.056 Euros (67.479.658 Euros em 31 de Dezembro de 2007), cujos activos por impostos diferidos não se encontram registados numa óptica de prudência.

| | 31-12-2008 | | | 31-12-2007 | | |
|--|-------------------|--------------------------------|---------------------------|-------------------|--------------------------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Crédito por impostos diferidos | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Crédito por impostos diferidos | Data limite de utilização |
| Com limite de data de utilização | | | | | | |
| Gerados em 2002 | - | - | 2008 | 1,814,987 | 453,747 | 2008 |
| Gerados em 2003 | 297,644 | 74,411 | 2009 | 200,291 | 50,074 | 2009 |
| Gerados em 2004 | 329,687 | 82,422 | 2010 | 329,687 | 82,422 | 2010 |
| Gerados em 2005 | - | - | 2011 | 36,519,737 | 9,129,934 | 2011 |
| Gerados em 2006 | 161,837 | 40,459 | 2012 | 161,837 | 40,459 | 2012 |
| Gerados em 2007 | 754,657 | 188,664 | 2013 | 741,708 | 185,427 | 2013 |
| Gerados em 2008 | 4,358,286 | 1,089,571 | 2014 | | | |
| | <u>5,902,111</u> | <u>1,475,527</u> | | <u>39,768,247</u> | <u>9,942,063</u> | |
| Com limite de data de utilização diferente do mencionado acima | 27,046,989 | 7,459,955 | | 19,571,433 | 5,619,101 | |
| Sem limite de data de utilização | 2,481,956 | 843,865 | | 8,139,978 | 2,767,592 | |
| | <u>35,431,056</u> | <u>9,779,347</u> | | <u>67,479,658</u> | <u>18,328,756</u> | |

20. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|--------------|-------------|
| Numerário | 5,715,220 | 5,723,805 |
| Depósitos bancários | 109,368,864 | 62,094,598 |
| Aplicações de tesouraria | 34,996 | 35,087 |
| Caixa e equivalentes de caixa no balanço | 115,119,080 | 67,853,490 |
| Descobertos bancários (nota 23) | (23,249,021) | (3,584,549) |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | 91,870,059 | 64,268,941 |

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de empréstimos bancários.

21. CAPITAL SOCIAL E RESERVAS
Capital Social

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 acções ordinárias, sem direito a uma remuneração fixa, com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

| <u>Entidade</u> | <u>%</u> |
|-----------------------|----------|
| Sonae, SGPS, S.A. | 82,48 % |
| Sonae Investments, BV | 17,52 % |

Em 31 de Dezembro de 2008, a Efanor Investimentos, SGPS, S.A. e suas filiais detinham 52,94% das acções representativas do capital social da Sonae, SGPS, S.A..

Acções Próprias

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe das acções próprias era o seguinte:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|------------|-------------|
| Acções Próprias - Valor nominal | - | 100,000,000 |
| Acções Próprias - Prémios, descontos | - | 105,000,000 |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | - | 205,000,000 |

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Sonae Distribuição, SGPS, reduziu o seu capital social, por extinção de 100.000.000 de acções próprias próprias, consequentemente o valor da Reserva constituída para o efeito líquida do valor de aquisição de acções próprias foi transferido para "Outras reservas e resultados acumulados".

Reservas e Resultados Transitados

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|----------------------|----------------------|
| Reservas Legais | 99,300,000 | 95,000,000 |
| Reservas de Conversão | 3,666 | 1,104,622 |
| Sub-total | <u>99,303,666</u> | <u>96,104,622</u> |
| Reservas nos termos do art.º 324 CSC (acções próprias) | - | 205,000,000 |
| Reservas de justo valor | - | - |
| Reservas de cobertura | (3,316,342) | (538,169) |
| Outras reservas e resultados acumulados | <u>(346,889,834)</u> | <u>(524,010,895)</u> |
| Sub-total | <u>(350,206,176)</u> | <u>(319,549,064)</u> |
| Total | <u>(250,902,510)</u> | <u>(223,444,442)</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresenta 99.300.000 Euros (95.000.000 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a reservas legais, as quais não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

A rubrica “Reservas de cobertura” inclui o montante de justo valor dos instrumentos financeiros derivados classificados como de cobertura de fluxos de caixa na componente eficaz da cobertura, líquido do respectivo efeito fiscal.

22. INTERESSES MINORITÁRIOS

Os movimentos desta rubrica durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foram os seguintes:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 Reexpresso |
|---|-------------------|--------------------------|
| Saldo inicial em 1 de Janeiro | 12,141,277 | 10,930,910 |
| Aquisição filiais (Nota 8) | - | 161,672 |
| Variação percentagem-aquisição acções | (159,047) | - |
| Alienação de filiais (Nota 8.2) | (78,917) | - |
| Distribuição de Dividendos | (13,741) | (10,256) |
| Outros | (509,834) | (264,680) |
| Resultado do exercício atribuível aos interesses minoritários | <u>(178,190)</u> | <u>1,323,631</u> |
| Saldo final em 31 de Dezembro | <u>11,201,548</u> | <u>12,141,277</u> |

23. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | 31.12.2008 | | | | 31.12.2007 | | | |
|--|----------------------|----------------------|--------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------|----------------------|
| | Valor Contabilístico | | Valor nominal | | Valor Contabilístico | | Valor nominal | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos bancários | 20,000,000 | 230,000,000 | 20,000,000 | 230,000,000 | 80,250,354 | - | 80,250,354 | - |
| Empréstimos obrigacionistas | 99,978,611 | 1,001,716,603 | 100,000,000 | 1,006,925,000 | - | 1,100,672,731 | - | 1,106,925,000 |
| Descobertos bancários (Nota 20) | <u>23,249,021</u> | <u>23,249,021</u> | <u>23,249,021</u> | <u>-</u> | <u>3,584,549</u> | <u>-</u> | <u>3,584,549</u> | <u>-</u> |
| | <u>143,227,632</u> | <u>1,231,716,603</u> | <u>143,249,021</u> | <u>1,236,925,000</u> | <u>83,834,903</u> | <u>1,100,672,731</u> | <u>83,834,903</u> | <u>1,106,925,000</u> |
| Outros empréstimos | 35,487 | 241,328 | 35,487 | 241,328 | 36,229 | 276,330 | 36,229 | 276,329 |
| Instrumentos financ. Derivados (Nota 25) | <u>5,369,980</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>281,123</u> | <u>-</u> | <u>-</u> | <u>-</u> |
| | <u>5,405,467</u> | <u>241,328</u> | <u>35,487</u> | <u>241,328</u> | <u>317,352</u> | <u>276,330</u> | <u>36,229</u> | <u>276,329</u> |
| Locações financeiras (Nota 24) | 4,280,464 | 11,109,980 | 4,280,464 | 11,109,980 | 6,783,670 | 5,554,636 | 6,783,670 | 5,554,636 |
| | <u>152,913,563</u> | <u>1,243,067,911</u> | <u>147,564,972</u> | <u>1,248,276,308</u> | <u>90,935,925</u> | <u>1,106,503,697</u> | <u>90,654,802</u> | <u>1,112,755,965</u> |

Os empréstimos (incluindo empréstimos bancários e locação financeira) e juros são reembolsáveis nos seguintes anos:

| | 2008 | | 2007 | |
|-------|----------------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| | Capital | Juros | Capital | Juros |
| 2008 | | | 90,654,802 | 58,412,491 |
| 2009 | 147,564,972 | 66,716,594 | 103,146,003 | 54,804,262 |
| 2010 | 68,728,626 | 55,769,267 | 67,370,839 | 51,752,185 |
| 2011 | 82,894,574 | 53,805,885 | 82,065,244 | 48,381,029 |
| 2012 | 350,766,043 | 43,237,233 | 350,042,467 | 38,775,565 |
| 2013 | 155,789,127 | 33,010,729 | 155,036,229 | 25,634,467 |
| 2014 | 230,820,063 | 24,427,383 | 355,095,183 | 35,317,289 |
| +2015 | 359,277,875 | 13,405,473 | | |
| | <u>1,395,841,280</u> | <u>290,372,564</u> | <u>1,203,410,767</u> | <u>314,255,338</u> |

Empréstimos Obrigacionistas

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

| | |
|--|-----------------|
| Modelo Continente / 2003 | 82.000.000 EUR |
| Modelo Continente / 2004 | 100.000.000 EUR |
| Modelo Continente / 2005/2010 | 64.925.000 EUR |
| Modelo Continente / 2005/2012 | 150.000.000 EUR |
| Modelo Continente / 2007/2012 | 200.000.000 EUR |
| Sonae Distribuição, SGPS, S.A. / 2007/2015 | 200.000.000 EUR |
| Sonae Distribuição Setembro / 2007/2015 | 310.000.000 EUR |

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual:

A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 245 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: - Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º ano de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo, mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Em 3 de Agosto de 2007 a sociedade procedeu, de acordo com as condições de emissão, à amortização parcial das obrigações. A amortização foi de 755 Euros por obrigação, com um prémio atribuído no montante de 0,94375 Euros por obrigação.

Após amortização, o empréstimo reduziu-se para 64.925.000 Euros, representado por 265.000 obrigações com o valor nominal de 245 Euros cada.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º, 13º cupões.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE 2007/2012

4.000 Obrigações – Valor Nominal: 50.000 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,5% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 30 de Abril e em 30 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 10º cupão, ou seja, em 30 de Abril de 2012. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - Sonae Distribuição / 2007/2015

4.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 50 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,48% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Fevereiro e em 10 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Agosto de 2015.

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado total e antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, nas datas de pagamento do 10º, 12º, 14º cupões.

Empréstimo por obrigações - Sonae Distribuição Setembro / 2007/2015

31.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euro.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, acrescida de um spread de:

0,25% a.a., nas primeiras 3 Datas de Pagamento de Juros;

0,55% a.a. a partir da 4ª Data de Pagamento de Juros.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Março e em 10 de Setembro de cada ano (cada uma "Data de Pagamento de Juros").

Reembolso: Ao par nos seguintes termos:

50% na data de pagamento do 12º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2013;

50% na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2015;

Reembolso antecipado: (Call-Option) - O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente por redução ao valor nominal das obrigações, nas 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª Datas de Pagamento de Juros.

Reembolso Antecipado Extraordinário (Call Option): até ao final do 18º mês de vida do empréstimo nas seguintes condições:

i) O empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sem penalizações, em cada Data de Pagamento de Juros;

ii) O empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sujeito a *Breakage Costs*, com 30 dias de pré-aviso no decurso de cada período de juros.

Outros empréstimos – não correntes

Em 31 de Dezembro de 2008 esta rubrica corresponde ao montante de subsídios reembolsáveis atribuídos pelo IAPMEI ao abrigo da Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e

Racionalização de Consumos (MAPE). Estes subsídios não vencem juros e foram atribuídos por um período de 12 anos, com um período de carência de reembolso de 3 anos após atribuição. Os subsídios são reembolsáveis em parcelas semestrais iguais, ocorrendo o primeiro reembolso 6 meses após o período de carência. Actualmente encontram-se classificados na rubrica de "Outros empréstimos-correntes" 35.486 Euros.

Empréstimos bancários

A rubrica Empréstimos bancários inclui emissão de papel comercial de curto prazo no montante de 20.000.000 Euros os quais vencem juros a taxas normais de mercado. Adicionalmente, inclui ainda 230.000.000 Euros relativos à emissão de papel comercial através de programas com garantia de colocação de cerca de 6 anos. Dado que é intenção de manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a 1 ano, a Empresa classificou estes montantes como não correntes.

O montante de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de Dezembro de 2008 podem ser resumidas como se segue:

| | 31.12.2008 | | 31.12.2007 | |
|--------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | Compromisso Inferior a 1 ano | Compromisso Superior a 1 ano | Compromisso Inferior a 1 ano | Compromisso Superior a 1 ano |
| Montante de linhas disponíveis | 331,361,827 | 170,000,000 | 317,737,441 | 400,000,000 |
| Montante de linhas contratadas | 374,610,849 | 400,000,000 | 401,572,344 | 400,000,000 |

Os montantes considerados em instrumentos financeiros com compromisso superior a 1 ano são programas de papel comercial com garantia de colocação com um prazo de 6 anos.

A 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o valor contabilístico dos passivos financeiros é semelhante ao seu justo valor.

O Grupo dispõe ainda de um conjunto de aplicações no montante global de 115.119.080 Euros (67.853.490 Euros em 2007) conforme detalhe na Nota 20.

24. CREDORES POR LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | | |
|--|--------------------|-------------------|-----------------------|-------------------------------|
| Valor líquido contabilístico de bens adquiridos com recurso a locação financeira: | | | | |
| Terrenos e edifícios | 31,389,745 | 19,649,684 | | |
| Equipamento transporte | 85,190 | - | | |
| Equipamento administrativo | 4,252,561 | 4,274,323 | | |
| | <u>35,727,496</u> | <u>23,924,007</u> | | |
| | | | Pagamentos mínimos da | Valor presente dos pagamentos |
| | | | locação financeira | mínimos da locação financeira |
| Credores por locações financeiras | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Montantes a pagar por locações financeiras: | | | | |
| 2008 | | 7,190,501 | | 6,783,670 |
| 2009 | 4,880,462 | 3,280,731 | 4,280,431 | 3,111,462 |
| 2010 | 4,238,393 | 2,465,786 | 3,805,515 | 2,407,922 |
| 2011 | 1,508,582 | 35,921 | 1,222,858 | 35,252 |
| 2012 | 1,060,137 | - | 833,536 | - |
| 2013 | 875,130 | - | 682,634 | - |
| >+ 5 anos | 5,102,134 | - | 4,565,470 | - |
| | <u>17,664,838</u> | <u>12,972,939</u> | <u>15,390,444</u> | <u>12,338,306</u> |
| Juros futuros | <u>(2,274,394)</u> | <u>(634,633)</u> | | |
| | <u>15,390,444</u> | <u>12,338,306</u> | | |
| Componentes de curto prazo | | | 4,280,464 | 6,783,670 |
| Credores por locações financeiras-líquidos da parcela de curto prazo | | | <u>11,109,980</u> | <u>5,554,636</u> |

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos, sendo usualmente garantido ao locatário o exercício de uma opção de compra sobre o bem locado.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor das obrigações financeiras em contratos de locação financeira corresponde, aproximadamente, ao seu valor contabilístico.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS
Derivados de taxa de câmbio

No âmbito da política de gestão de riscos financeiros o Grupo utiliza derivados de taxa de câmbio.

Em 31 de Dezembro de 2008, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de câmbio é estimado como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--------------------|------------------|------------------|
| Activos (Nota 12) | 72,494 | 1,971 |
| Passivos (Nota 23) | <u>(475,848)</u> | <u>(281,123)</u> |
| | <u>(403,354)</u> | <u>(279,152)</u> |

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados (124.202) Euros ((212.567) Euros em 2007) e foram registados directamente na demonstração de resultados na rubrica de custos operacionais.

Justo valor de instrumentos derivados financeiros

O justo valor de instrumentos derivados encontra-se registado como segue:

| | Activos (nota 12) | | Passivos (nota 23) | |
|------------------------|-------------------|------------------|--------------------|----------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Derivados de cobertura | 1,776,634 | 1,113,658 | 4,894,132 | - |
| Outros derivados | 72,494 | 1,971 | 475,848 | 281,123 |
| | <u>1,849,128</u> | <u>1,115,629</u> | <u>5,369,980</u> | <u>281,123</u> |

Derivados de taxa de juro

Os instrumentos financeiros de taxa de juro utilizados pelo Grupo existentes durante o exercício de 2008, respeitavam, a “swaps” e zero cost collars no caso do passivo. De acordo com as políticas contabilísticas adoptadas, estes derivados cumprem os requisitos para serem designados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro.

O justo valor ascende a:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|----------|--------------------|------------------|
| Activos | 1,776,634 | 1,113,658 |
| Passivos | <u>(4,894,132)</u> | |
| | <u>(3,117,498)</u> | <u>1,113,658</u> |

Estes instrumentos de taxa de juro encontravam-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e a avaliações externas quando esses sistemas não permitissem a valorização de determinados instrumentos. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos “cash-flows” futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do “leg” fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do “leg” variável do instrumento derivado.

26. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos não correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|-------------------|-------------------|
| Empresas participantes (Nota 35) | 10,500,460 | 10,000,000 |
| Outras dívidas a terceiros não correntes | 664,848 | 830,596 |
| Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (nota 27) | 523,086 | 1,872,010 |
| | <u>11,688,394</u> | <u>12,702,606</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outras dívidas a terceiros não correntes” correspondia essencialmente aos montantes estimados para cumprir com as obrigações judiciais e fiscais da filial brasileira que são consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas dos processos fiscais e judiciais em curso e para os quais existiam depósitos judiciais na rubrica de Outros activos não correntes (nota 13), sendo que não tem maturidade definida.

O valor da rubrica empresas participantes corresponde a um empréstimo concedido por um accionista de uma empresa filial, o qual vence juros a taxas de mercado. O justo valor deste empréstimo é aproximadamente o seu valor contabilístico, sendo que não tem maturidade definida.

27. RESPONSABILIDADES POR PAGAMENTOS BASEADOS EM ACÇÕES

O Grupo Sonae Distribuição concedeu, em 2008 e em anos anteriores, a colaboradores do Grupo prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar, em substituição das acções, o

valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae na data de vencimento.

As responsabilidades com prémios de desempenho diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser resumidas como segue:

| | Ano de atribuição | Ano de vencimento | Número de participantes | Justo Valor | |
|----------------|-------------------|-------------------|-------------------------|------------------|------------------|
| | | | | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Accções | | | | | |
| | 2005 | 2008 | 38 | - | 2,690,269 |
| | 2006 | 2009 | 40 | 508,264 | 1,958,101 |
| | 2007 | 2010 | 40 | 429,971 | 1,699,820 |
| | 2008 | 2011 | 42 | 709,315 | |
| Total | | | | 1,647,550 | 6,348,190 |

Os valores registados nas demonstrações financeiras a 31 de Dezembro de 2008 e 2007, correspondentes ao período decorrido até àquelas datas, desde a atribuição de cada plano de desempenho diferido em aberto, podem ser resumidos como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|--|-------------|------------|
| Registado em outros passivos não correntes (nota 26) | 523,086 | 1,872,010 |
| Registado em outros passivos correntes (nota 30) | 508,264 | 2,690,269 |
| Registado em resultados em exercícios anteriores | (2,735,184) | (628,007) |
| Valor registado em custos com pessoal no período | (1,703,834) | 3,934,272 |

Os custos dos planos de acções são reconhecidos ao longo do período que medeia a atribuição e o exercício dos mesmos em custos com pessoal.

28. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 31.12.2008 | A Pagar | | |
|--|--------------------|--------------------|------------------|------------------|
| | | 0-90 dias | 90-180dias | >180 dias |
| Fornecedores, conta corrente | 678,898,891 | 675,810,040 | 1,795,762 | 1,293,089 |
| Fornecedores, facturas em recepção e conferência | 219,202,737 | 216,906,894 | 912,987 | 1,382,856 |
| | 898,101,628 | 892,716,934 | 2,708,749 | 2,675,945 |

| | 31.12.2007 | A Pagar | | |
|--|--------------------|--------------------|------------------|---------------|
| | | 0-90 dias | 90-180dias | >180 dias |
| Fornecedores, conta corrente | 582,816,649 | 580,936,348 | 1,853,302 | 26,999 |
| Fornecedores, facturas em recepção e conferência | 253,539,635 | 252,349,750 | 1,189,885 | |
| | 836,356,284 | 833,286,098 | 3,043,187 | 26,999 |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de fornecedores respeitava a valores a pagar resultantes de aquisições decorrentes do curso normal das actividades do Grupo. O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico destas dívidas é aproximado ao seu justo valor.

29. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31.12.2008 | A Pagar | | |
|---|--------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| | | 0-90 dias | 90-180dias | >180 dias |
| Empresas participadas e participantes | 782,843 | | 156,198 | 626,645 |
| Credores por fornecimentos de imobilizado | 104,851,843 | 103,454,878 | 731,163 | 665,802 |
| Outras dívidas | 46,794,863 | 33,785,410 | 1,248,552 | 11,760,901 |
| | <u>152,429,549</u> | <u>137,240,288</u> | <u>2,135,913</u> | <u>13,053,348</u> |

| | 31.12.2007 | A Pagar | | |
|---|-------------------|----------------|-------------------|------------------|
| | | Reexpresso | 0-90 dias | 90-180dias |
| Empresas participadas e participantes | 408,665 | 408,665 | | |
| Credores por fornecimentos de imobilizado | 42,158,108 | | 39,529,576 | 1,965,146 |
| Outras dívidas | 43,391,950 | | 36,989,188 | 2,199,326 |
| | <u>85,958,723</u> | <u>814,665</u> | <u>76,927,429</u> | <u>4,164,472</u> |

A rubrica Outras dívidas a terceiros inclui:

- a) 12.135.042 Euros valor de descontos atribuídos, no âmbito do projecto de fidelização “Cartão Cliente”, ainda não reatados.
- b) 8.545.635 Euros (6.085.151 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a meios de pagamento em posse de clientes, nomeadamente vouchers, cheques de oferta e talões de desconto.
- c) 11.050.444 de Euros (aproximadamente 7.944.600 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a montantes a pagar ao comprador da Sonae Distribuição Brasil, S.A. em resultados dos acordos celebrados com aquela entidade e que se encontravam integralmente provisionados.

30. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica “Outros passivos correntes” pode ser detalhada como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|--------------------|--------------------|
| Custos com Pessoal | 81,422,113 | 65,890,374 |
| Responsabilidades por pagamentos baseados em acções (Nota 27) | 508,264 | 2,690,269 |
| Encargos financeiros a pagar | 22,419,351 | 18,887,751 |
| Publicidade e propaganda | 7,886,789 | 19,792,292 |
| Outros fornecimentos e serviços externos | 22,305,374 | 29,607,645 |
| Rendas | 6,151,609 | 5,146,700 |
| IMI-Imposto municipal sobre imóveis | 3,287,268 | 3,658,053 |
| Outros passivos | 4,964,957 | 1,794,559 |
| | <u>148,945,725</u> | <u>147,467,643</u> |

A rubrica de “Custos com Pessoal” diz essencialmente respeito a valores de remuneração a liquidar durante o exercício seguinte referente a valores de Férias e Subsídio de Férias.

31. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

O movimento ocorrido nas provisões e nas perdas por imparidade acumuladas durante os exercícios de 2008 e 2007 foi o seguinte:

| Rubricas | Saldo | | Variação | | | Final |
|---|-------------------|---------------------|-------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| | Inicial | Reexpresso (Nota 8) | Aumentos | Perímetro | Diminuições a) | |
| Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 7) | 26,316 | 26,316 | - | (13,158) | | 13,158 |
| Perdas de imparidade acumuladas em diferenças de consolidação (Nota 11) | 1,374,226 | 1,374,226 | 6,817,357 | - | | 8,191,583 |
| Perdas de imparidade acumuladas para clientes c/c (Nota 15) | 12,771,387 | 12,771,387 | 1,269,602 | (237,740) | (1,085,980) | 12,717,269 |
| Perdas de imparidade acumuladas para devedores diversos (Nota 16) | 8,620,872 | 9,242,789 | 2,875,996 | 628,444 | (606,821) | 12,140,408 |
| Perdas de imparidade - existências de mercadorias (Nota 14) | 16,095,728 | 16,095,728 | 8,902,597 | 824,292 | (7,312,110) | 18,510,507 |
| Provisões | 18,486,207 | 20,064,476 | - | 3,105,967 | (7,902,126) | 15,268,317 |
| | 57,374,736 | 59,574,922 | 19,865,552 | 4,307,805 | (16,907,037) | 66,841,242 |

| Rubricas | Saldo | | Entradas | | Final |
|--|-------------------|------------------|------------------|---------------------|-------------------|
| | Inicial | Aumentos a) | Perímetro | Diminuições | |
| Perdas de imparidade acumuladas em investimentos (Nota 10) | 474,728 | - | - | (448,412) | 26,316 |
| Perdas de imparidade acumuladas em diferenças de consolidação (Nota 9) | 2,838,583 | - | - | (1,464,357) | 1,374,226 |
| Perdas de imparidade acumuladas para clientes c/c (Nota 13) | 11,167,140 | 315,392 | 1,760,215 | (471,360) | 12,771,387 |
| Perdas de imparidade acumuladas para devedores diversos (Nota 14) | 6,463,190 | 1,422,157 | 974,704 | (239,179) | 8,620,872 |
| Perdas de imparidade - existências de mercadorias (Nota 12) | 11,542,472 | 3,988,050 | 2,799,191 | (2,233,985) | 16,095,728 |
| Provisões | 22,117,496 | 1,600,648 | 3,719,073 | (8,951,010) | 18,486,207 |
| | 54,603,609 | 7,326,247 | 9,253,183 | (13,808,303) | 57,374,736 |

a) Nas diminuições está incluído o valor de 1.658.577 Euros, referente à variação cambial dos saldos iniciais.

As perdas por imparidade são deduzidas ao valor do correspondente activo.

A rubrica provisões inclui 6.016.688 Euros (14.628.032 Euros em 31 de Dezembro de 2007) para fazer face a responsabilidades por contingências assumidas pela sociedade aquando da alienação da filial Sonae Distribuição Brasil, S.A. ocorrida em 2005. Esta provisão vai sendo utilizada à medida que aqueles passivos se vão materializando.

32. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|------------------------------------|----------------|------------|
| Garantias prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | 113,907,257 a) | 79,895,859 |
| por processos autárquicos em curso | 23,255,089 | 11,687,093 |
| Outras | 43,437,911 b) | 45,649,202 |

a) Inclui garantias de 86.679.557 Euros (46.603.916 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativas a processos de IRC, bem como garantias de 24.212.158 Euros relativas a processos de IVA (27.869.675 Euros em 31 de Dezembro de 2007).

b) Inclui garantias de 9.170.327 Euros (35.800.646 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativas a pedidos de reembolso de IVA.

A filial Sonae Capital Brasil, Ltda, prestou uma garantia no montante de 21.856.170 euros (70.892.539 de reais), (25.255.265 Euros (65.570.840 de reais), em Dezembro de 2007) relativos a um processo fiscal que se encontra a ser julgado em tribunal referente a imposto de renda.

Na sequência da alienação de uma subsidiária no Brasil o grupo garantiu ao comprador todas as perdas que aquela filial venha a suportar em resultado de decisões desfavoráveis e não passíveis de recurso relativas a processos fiscais sobre transacções anteriores à data de alienação (13 de Dezembro de 2005) que excedam o montante de 40 milhões de Euros. Em 31 de Dezembro de 2008, o montante reclamado pela Administração Tributária Brasileira dos processos fiscais em curso, que os advogados

da Empresa qualificam como tendo uma probabilidade de perda provável, ascende a um montante de aproximadamente 2.3 milhões de Euros.

Adicionalmente, existem outros processos fiscais no valor global de 65 milhões de Euros para os quais o Conselho de Administração baseado no parecer dos advogados entende que da sua resolução não resultarão perdas para aquela antiga filial de montante superior aos referidos 40 milhões de Euros.

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os eventos/diferendos para os quais foram prestadas garantias por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos eventos/diferendos não resultarão quaisquer passivos para o Grupo.

33. COMPROMISSOS ASSUMIDOS E NÃO REFLECTIDOS NO BALANÇO

Em 31 de Dezembro de 2008 o Grupo não tinha assumido compromissos para a aquisição de imobilizado ou outro tipo de compromissos financeiros não reflectidos no balanço.

34. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Em 31 de Dezembro de 2008 foi reconhecido como custo do exercício o montante de 57.403.222 Euros (45.141.687 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativo a rendas pagas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relativos a imóveis.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo detinha, como locatário, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Vencíveis em: | | |
| Contratos anuais: | | |
| Renovável automaticamente | 16,899,357 | 19,734,050 |
| Contratos plurianuais | | |
| N+1 | 37,803,245 | 25,737,279 |
| N+2 | 36,141,981 | 23,645,115 |
| N+3 | 32,280,359 | 21,104,187 |
| N+4 | 27,723,908 | 17,632,325 |
| N+5 | 22,730,974 | 14,529,304 |
| Posteriores a N+5 | <u>121,389,612</u> | <u>66,535,895</u> |
| | <u>294,969,436</u> | <u>188,918,155</u> |

Durante o exercício de 2008 foi reconhecido como proveito do exercício o montante de 8.793.408 de Euros (8.116.056 Euros em 31 de Dezembro de 2007) relativo a rendas recebidas a título de contratos de locação operacional, fundamentalmente relacionadas com galerias comerciais exploradas por terceiros em lojas propriedade do Grupo.

Adicionalmente, à data de balanço o Grupo tinha celebrado, como locador, contratos de locação operacional, cujos pagamentos mínimos de locação vencem como segue:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|---------------------------|-------------------|-------------------|
| Vencíveis em: | | |
| Renovável automaticamente | 2,508,455 | 2,276,129 |
| N+1 | 6,120,683 | 5,000,076 |
| N+2 | 4,882,857 | 4,360,617 |
| N+3 | 3,855,570 | 4,093,186 |
| N+4 | 3,112,041 | 3,660,316 |
| N+5 | 2,378,234 | 3,064,699 |
| Posteriores a N+5 | <u>1,447,335</u> | <u>2,755,955</u> |
| | <u>24,305,175</u> | <u>25,210,978</u> |

35. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 os saldos e transacções com entidades relacionadas podem ser resumidos como segue:

| | Vendas e prest. de serviços | | Compras e serviços recebidos | | Juros auferidos | | Juros suportados | |
|---|-----------------------------|-------------------|------------------------------|--------------------|-------------------|-------------------|------------------|------------------|
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Transacções | | | | | | | | |
| Empresa - Mãe | 576,912 | 375,401 | 619,228 | 761,892 | 121,540 | 2,793,622 | 225,440 | 2,459 |
| Empresas associadas | 16,772,288 | 679,597 | 3,402,844 | 3,525,507 | | 239,377 | | |
| Empresas participadas | 54,110,955 | 51,527,903 | | | | | | |
| Empresas participantes | | - | | - | | | 481,188 | 408,597 |
| Empresas controladas conjuntamente | 224,497 | - | 727,936 | - | 59,955 | | 3,216 | - |
| Outras partes relacionadas ¹ | 13,385,302 | 16,753,595 | 95,561,588 | 100,736,447 | | 155,711 | | 41,969 |
| | 85,069,954 | 69,336,496 | 100,311,596 | 105,023,846 | 181,495 | 3,188,710 | 709,844 | 453,025 |
| | | | | | | | | |
| | Imobilizado aquisições | | Imobilizado alienações | | | | | |
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 | | | | |
| Transacções de imobilizado | | | | | | | | |
| Empresa - Mãe | 11,768 | | 50,267 | 573,913 | | | | |
| Empresas associadas | 14,878,381 | | 205,504 | 18,760 | | | | |
| Empresas controladas conjuntamente | 18,644,537 | | 10,625,688 | | | | | |
| Outras partes relacionadas ¹ | 44,241,931 | 93,163,597 | 12,700,924 | 37,896,448 | | | | |
| | 77,776,617 | 93,163,597 | 23,582,383 | 38,489,121 | | | | |
| | | | | | | | | |
| | | | | | Empréstimos | | | |
| | Contas a receber | | Contas a pagar | | Obtidos | | Concedidos | |
| | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
| Saldos | | | | | | | | |
| Empresa - Mãe | 343,935 | 108,794 | 168,426 | 499,045 | | | | |
| Empresas associadas | 4,918,113 | 894,968 | 166,252 | 42,936 | | | | |
| Empresas participadas | 10,623,607 | 12,090,910 | | | | | | |
| Empresas controladas conjuntamente | 5,029,706 | | 6,614,454 | | 126,000 | | 4,223,500 | |
| Empresas participantes (Nota 24) | | | | 432,656 | 10,481,188 | 10,000,000 | | 15,475 |
| Outras partes relacionadas ¹ | 15,411,521 | 9,288,023 | 43,592,262 | 30,450,671 | | | 1,000,000 | 1,000,000 |
| | 36,326,882 | 22,382,695 | 50,541,394 | 31,425,308 | 10,607,188 | 10,000,000 | 5,223,500 | 1,015,475 |

1) Consideram-se "Outras partes relacionadas" as filiais ou empresas sob o controlo conjunto da Efanor SGPS, S.A. não integradas no Grupo Sonae Distribuição, SGPS, S.A.

Para além das transacções acima identificadas não existem outras transacções com empresas relacionadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, não ocorreram transacções com os Administradores da Sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos.

Durante o exercício foram concedidas operações de tesouraria à Sonae SGPS, S.A., no montante global de 280.997.000 euros (359.425.000 Euros em 2007), as quais foram liquidadas durante o exercício.

Durante o exercício foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, S.A. no montante de 85.500.000 euros, os quais foram liquidadas durante o exercício.

Os montantes registados como empréstimos obtidos de empresas participantes correspondem a empréstimos obtidos de sócios de empresas subsidiárias os quais vencem juros à taxa de mercado.

36. REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRECÇÃO

No exercício de 2008, aos membros do Conselho de Administração da Sonae Distribuição foram atribuídas remunerações totais de 1.015.360 Euros, das quais 606.700 Euros a título de prémio de desempenho. Em 2007, e numa mesma perspectiva, estas remunerações totalizaram 1.040.400 Euros, das quais 670.800 Euros a título de prémio de desempenho.

As remunerações atribuídas em 2008 aos colaboradores com responsabilidades de direcção estratégica na Sonae Distribuição (excluindo os membros do Conselho de Administração) totalizaram 2.686.574 (3.480.756 Euros em 2007), repartidas entre 1.541.260 Euros de remuneração fixa (1.973.160 Euros em 2007) e 1.145.314 Euros a título de prémios de desempenho (1.507.596 Euros em 2007).

37. VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

As vendas e as prestações de serviços nos exercícios de 2008 e 2007 foram como segue:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|----------------------------|----------------------|----------------------|
| Vendas | 4,074,314,020 | 3,238,947,595 |
| Prestações de Serviços (a) | 145,379,164 | 145,720,912 |
| | <u>4,219,693,184</u> | <u>3,384,668,507</u> |

a) Fundamentalmente corresponde ao contributo das empresas de agências de viagens.

38. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|---|--------------------|--------------------|
| Proveitos suplementares | 372,781,489 | 288,997,874 |
| Benefícios de penalidades contratuais | 81,082 | 104,032 |
| Subsídios à exploração (Nota 16) | 338,226 | 182,473 |
| Ganhos na alienação imobil. corpóreas e incorpóreas | 20,023,586 | 13,806,875 |
| Reversão de perdas de imparidade (Nota 31) | 1,692,801 | 710,540 |
| Diferenças cambiais | 13,428,814 | 5,021,010 |
| Trabalhos para própria empresa | 8,517,884 | 7,127,098 |
| Diferenças de consolidação negativas (Nota 8.2.1) | 9,864,000 | - |
| Outros proveitos | 2,568,215 | 1,961,143 |
| | <u>429,296,097</u> | <u>317,911,045</u> |

a) A rubrica de Proveitos Suplementares diz essencialmente respeito a receitas obtidas junto dos fornecedores do Grupo relativas a: i) participações em campanhas promocionais levadas a cabo nas lojas do Grupo Sonae Distribuição, ii) receitas obtidas de fornecedores relativas à colocação de produtos em localizações preferenciais nas lojas do Grupo, e iii) descontos de pronto de pagamento obtidos.

b) Na rubrica de Trabalhos para a Própria Empresa estão incluídos 6.749.753 Euros (5.980.469 Euros em 31 de Dezembro de 2007), referentes a desenvolvimento de software efectuado por uma filial brasileira.

39. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros custos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|---|-------------------|-------------------|
| Custos com terminais pag. automático | 23,841,339 | 20,086,220 |
| Imposto municipal sobre imóveis | 3,188,087 | 2,518,676 |
| Outros impostos | 4,840,505 | 1,808,327 |
| Perdas na alienação e abates de imobil. corpóreas | 5,873,910 | 6,054,799 |
| Perdas na alienação de imobil. incorpóreas | 53,801 | - |
| Donativos | 6,011,128 | 5,962,769 |
| Multas e penalidades | 243,646 | 257,289 |
| Dívidas incobráveis | 1,267,282 | 610,642 |
| Diferenças cambiais | 12,428,545 | 5,501,787 |
| Outros custos | 9,907,033 | 8,486,470 |
| | <u>67,655,276</u> | <u>51,286,979</u> |

40. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte decomposição:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|---|---------------------|---------------------|
| Custos e perdas: | | |
| Juros suportados | | |
| relativos a empréstimos e descob. bancários | (16,297,172) | (3,242,014) |
| relativos a obrigações não convertíveis | (59,690,981) | (40,916,098) |
| relativos a contratos de locação financeira | (440,411) | (413,827) |
| outros | (1,066,290) | (471,801) |
| | <u>(77,494,854)</u> | <u>(45,043,740)</u> |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | (3,033,662) | (3,063,881) |
| encargos de emissão de dívida | (2,429,807) | (1,941,330) |
| outros | (4,308,501) | (4,104,996) |
| | <u>(6,738,308)</u> | <u>(6,046,326)</u> |
| Total de custos e perdas | <u>(87,266,824)</u> | <u>(54,153,947)</u> |
| Proveitos e ganhos | | |
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 1,704,162 | 10,111,607 |
| relativos a empréstimos com empresas relacionadas | 121,540 | 2,793,622 |
| outros | 8,111,144 | 3,496,740 |
| | <u>9,936,846</u> | <u>16,401,969</u> |
| Diferenças de câmbio favoráveis | 5,138,572 | 2,831,286 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | 178,990 | 238,714 |
| Total de proveitos e ganhos | <u>15,254,408</u> | <u>19,471,969</u> |
| Resultados financeiros | <u>(72,012,416)</u> | <u>(34,681,978)</u> |

41. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

| | <u>31.12.2008</u> | <u>31.12.2007</u> |
|------------------|-------------------|-------------------|
| Imposto corrente | 9,919,305 | 8,500,098 |
| Imposto diferido | 1,578,670 | (1,378,897) |
| | <u>11,497,975</u> | <u>7,121,200</u> |

Em impostos diferidos está incluído o valor de 8.830.510 Euros (2.342.238 Euros em 31 de Dezembro de 2007) referente a crédito de imposto auferido pela empresa no exercício, em resultado do recebimento dos rendimentos das unidades de participação de Fundos de Investimento Imobiliário.

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto do exercício é como segue:

| | 31.12.2008 | 31.12.2007 |
|---|-------------------|-------------------|
| Resultado antes de Imposto | 182,313,297 | 175,937,046 |
| Taxa de Imposto (incluindo taxa máxima e derrama) | 25.00% | 25.00% |
| | <u>45,578,324</u> | <u>43,984,262</u> |
| Efeito de provisões e perdas por imparidade não aceites em termos fiscais | (2,928,719) | 242,198 |
| Perdas de imparidade de diferenças de consolidação | 2,127,479 | - |
| Diferenças de consolidação negativas | (2,466,000) | - |
| Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas | (1,424,667) | (2,216,129) |
| Utilização de perdas fiscais que não deram origem a activos por impostos diferidos | (5,635,993) | (33,740,922) |
| Reconhecimento de perdas fiscais no exercício que não deram origem a activos por impostos diferidos | 2,836,183 | 2,788,320 |
| Efeito de existência de taxas diferentes da apresentada acima | (5,217,095) | (692,745) |
| Crédito de imposto relativo a rendimentos de Fundos de Investimento Imobiliário | (1,444,315) | 2,342,238 |
| Efeito da constação ou reversão de impostos diferidos | (10,224,993) | (2,070,110) |
| Tributação autónoma e benefícios fiscais | (1,275,304) | 571,618 |
| Insuficiência/excesso de estimativa de imposto | (4,381,093) | (1,123,987) |
| Outros | (4,045,832) | (2,963,543) |
| Imposto sobre o rendimento | <u>11,497,975</u> | <u>7,121,200</u> |

42. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do período, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 4.Trim.2008 | 31.12.2008 | 4.Trim.2007 | 31.12.2007 |
|--|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Resultados | | | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício) | 91,035,606 | 170,993,512 | 68,764,950 | 167,492,214 |
| Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído | <u>91,035,606</u> | <u>170,993,512</u> | <u>68,764,950</u> | <u>167,492,214</u> |
| Número de acções | | | | |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico | 1,000,000,000 | 1,000,000,000 | 1,000,000,000 | 1,000,000,000 |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído | <u>1,000,000,000</u> | <u>1,000,000,000</u> | <u>1,000,000,000</u> | <u>1,000,000,000</u> |
| Resultados por acção (básico e diluído) | 0.09 | 0.17 | 0.07 | 0.17 |

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 não existem efeitos diluidores do número de acções em circulação.

43. DIVIDENDOS

Na Assembleia Geral Anual de 31 de Março de 2008 foram atribuídos dividendos no montante de 85.000.000 Euros.

44. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Os contributos dos principais segmentos identificados nos exercícios de 2008 e 2007 podem ser analisados como segue:

| 31 de Dezembro de 2008 | Volume de Negócios | EBITDA | EBIT | Capitais empregues líquidos | Área de venda [.000m ²] |
|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------|--|
| Base alimentar | 2,888,958,227 | 261,516,557 | 181,692,293 | 1,334,426,107 | 483 |
| Base não alimentar | 1,172,060,208 | 75,538,471 | 45,679,242 | 466,482,306 | 326 |
| Activos imobiliários com rendimento | 7,392,090 | 7,310,661 | 4,230,216 | 59,869,522 | |
| Activos imobiliários sem rendimento | - | 9,106,319 | 8,791,738 | 153,542,102 | |
| Investimentos financeiros | - | - | - | 67,030,454 | |
| Outros | 151,282,658 | 1,287,757 | 8,204 | 78,257,864 | |
| | <u>4,219,693,183</u> | <u>354,759,765</u> | <u>240,401,693</u> | <u>2,159,608,355</u> | <u>809</u> |

| 31 de Dezembro de 2007 | Volume de Negócios | EBITDA | EBIT | Capitais empregues líquidos | Área de venda [.000m ²] |
|-------------------------------------|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------------------------|--|
| Base alimentar | 2,368,424,461 | 207,733,018 | 145,411,650 | 1,240,541,499 | 374 |
| Base não alimentar | 1,009,076,913 | 71,410,251 | 47,246,242 | 367,084,898 | 239 |
| Activos imobiliários com rendimento | 7,167,133 | 19,571,890 | 18,044,840 | 58,328,232 | |
| Activos imobiliários sem rendimento | | 292,688 | 229,356 | 158,110,077 | |
| Investimentos financeiros | | | | 40,081,414 | |
| Outros | | 26,842 | 26,792 | 68,855,501 | |
| | <u>3,384,668,507</u> | <u>299,034,689</u> | <u>210,958,880</u> | <u>1,933,001,621</u> | <u>613</u> |

Insígnias de base alimentar

Inclui o contributo da actividade do Grupo associada às insígnias de retalho alimentar.

Insígnias de base não alimentar

Inclui o contributo da actividade da empresa associada às insígnias de retalho não alimentar.

Activos imobiliários com rendimento

Inclui o contributo dos activos imobiliários detidos e geridos pela Sonae Distribuição, nomeadamente as galerias comerciais anexas às unidades Continente e Modelo.

Activos imobiliários sem rendimento

Inclui o contributo dos activos imobiliários que na sua maioria servirão para acomodar o crescimento orgânico da Sonae Distribuição.

Investimentos financeiros

Inclui a participação no capital social de outras empresas (notas 6 e 7).

Outros

Valores que pela sua natureza, não são alocáveis a nenhum dos outros segmentos, tais como contributo dos postos de combustível anexos aos hipermercados Continente e ajustamentos de consolidação.

Cash-flow operacional (EBITDA)

Resultado operacional-amortizações e depreciações-provisões-perdas de imparidade-reversão de perdas de imparidade-diferenças de consolidação negativas.

Resultado operacional (EBIT)

Resultado consolidado - imposto sobre o rendimento + resultados relativos a investimentos+resultados relativos a empresas associadas - resultados financeiros.

Capitais empregues líquidos

Activos imobiliários brutos + outros activos imobilizados brutos + amortizações e perdas de imparidade + investimentos financeiros + fundo de maneo.

45. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 3 de Março de 2009, contudo as mesmas estão ainda sujeitas à aprovação pela Assembleia Geral de Accionistas, nos termos da Legislação Comercial em vigor em Portugal.

Matosinhos, 3 de Março de 2009

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Nuno Manuel Moniz Trigoso Jordão (CEO)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Álvaro Carmona e Costa Portela



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

INDIVIDUAIS

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.
BALANÇOS INDIVIDUAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Montantes expressos em euros)

| ACTIVO | Notas | IFRS | IFRS |
|---|--------|-----------------------------|-----------------------------|
| | | 31-12-08 | 31-12-07 |
| ACTIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Imobilizações incorpóreas | 6 | 9.392 | 140.483 |
| Imobilizações corpóreas | 6 | 4.766 | 7.296 |
| Investimentos | 5 | 2.328.609.041 | 2.009.050.391 |
| Impostos diferidos activos | 7 | 1.296.945 | 304 |
| Empréstimos a empresas do grupo | 4 e 8 | 1.263.332.780 | 774.196.909 |
| Total de activos não corrente: | | <u>3.593.252.924</u> | <u>2.783.395.383</u> |
| ACTIVOS CORRENTES: | | | |
| Clientes | 4 e 9 | 1.506.614 | 3.540.891 |
| Empresas do grupo | 4 e 10 | 321.814.399 | 734.444.255 |
| Outras dívidas de terceiros | 4 e 12 | 7.404.536 | 7.101.105 |
| Estado e outros entes públicos | 4 e 11 | 7.528.261 | 9.916.188 |
| Outros activos correntes | 4 e 13 | 2.937.398 | 2.051.090 |
| Derivados | 4 e 14 | 1.776.634 | 1.113.658 |
| Caixa e equivalentes de caix | 4 e 15 | 51.426.604 | 48.033 |
| Total de activos corrente: | | <u>394.394.446</u> | <u>758.215.220</u> |
| TOTAL DO ACTIVO | | <u><u>3.987.647.370</u></u> | <u><u>3.541.610.603</u></u> |
| CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO | | | |
| CAPITAL PRÓPRIO: | | | |
| Capital socia | 16 | 1.000.000.000 | 1.100.000.000 |
| Reservas legais | 17 | 99.300.000 | 95.000.000 |
| Outras reservas | 17 | 661.498.223 | 825.514.961 |
| Resultado líquido do exercíci | 31 | 266.112.081 | 84.137.774 |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO | | <u>2.026.910.304</u> | <u>2.104.652.735</u> |
| PASSIVO: | | | |
| PASSIVOS NÃO CORRENTES: | | | |
| Empréstimos bancários de longo prazo - líquidos da parcela de curto prazo | 4 e 18 | 230.000.000 | - |
| Empréstimos obrigacionistas - líquidos da parcela de curto prazo | 4 e 18 | 1.001.716.603 | 1.100.672.731 |
| Impostos diferidos passivos: | 7 | 472.363 | 233.406 |
| Total de passivos não corrente: | | <u>1.232.188.966</u> | <u>1.100.906.137</u> |
| PASSIVOS CORRENTES: | | | |
| Empréstimos bancários de curto prazo | 4 e 18 | 21.476.433 | 2.809 |
| Parcela de curto prazo dos empréstimos obrigacionistas de longo prazo | 4 e 18 | 99.978.611 | - |
| Derivados | 4 e 14 | 4.894.132 | - |
| Fornecedores | 4 e 19 | 101.260 | 104.307 |
| Empresas do grupo | 4 e 10 | 575.639.729 | 310.274.622 |
| Outras dívidas a terceiros | 4 e 20 | 5.650 | 3.965.364 |
| Estado e outros entes públicos | 11 | 2.152.100 | 1.184.698 |
| Outros passivos correntes | 4 e 21 | 24.300.185 | 20.519.931 |
| Total de passivos correntes: | | <u>728.548.100</u> | <u>336.051.731</u> |
| TOTAL DO PASSIVO | | <u>1.960.737.066</u> | <u>1.436.957.868</u> |
| TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO | | <u><u>3.987.647.370</u></u> | <u><u>3.541.610.603</u></u> |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS POR NATUREZAS INDIVIDUAIS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | IFRS | | IFRS | |
|---|-------|-----------------------------------|-----------------------|-----------------------------------|-----------------------|
| | | 4º Trimestre 08 (Não auditado) | 31-12-08 Acumulado | 4º Trimestre 07 (Não auditado) | 31-12-07 Acumulado |
| Proveitos operacionais: | | | | | |
| Prestações de serviços | 25 | 399.222 | 1.590.069 | 775.579 | 3.128.682 |
| Outros proveitos operacionais | 26 | 1.471.397 | 3.747.733 | 920.225 | 3.179.931 |
| Total de proveitos operacionais | | <u>1.870.619</u> | <u>5.337.802</u> | <u>1.695.804</u> | <u>6.308.613</u> |
| Custos operacionais: | | | | | |
| Fornecimentos e serviços externos | | (447.702) | (1.829.373) | (327.133) | (1.373.646) |
| Custos com o pessoal | | (187.269) | (608.088) | (982.494) | (2.548.664) |
| Amortizações e depreciações | 6 | (1.246) | (144.511) | (70.631) | (283.101) |
| Outros custos operacionais | 27 | (1.412.465) | (3.190.196) | (955.966) | (3.289.754) |
| Total de custos operacionais | | <u>(2.048.682)</u> | <u>(5.772.168)</u> | <u>(2.336.224)</u> | <u>(7.495.165)</u> |
| Resultados operacionais | | (178.063) | (434.366) | (640.420) | (1.186.552) |
| Proveitos e ganhos financeiros | | | | | |
| Proveitos e ganhos financeiros | 28 | 25.621.891 | 93.227.964 | 21.298.447 | 70.793.951 |
| Custos e perdas financeiras | | | | | |
| Custos e perdas financeiras | 28 | (23.190.607) | (84.545.200) | (20.566.945) | (57.734.847) |
| Resultados financeiros | 28 | 2.431.284 | 8.682.764 | 731.502 | 13.059.104 |
| Resultados relativos a investimentos | | | | | |
| Resultados relativos a investimentos | 29 | 12.029.772 | 248.329.909 | - | 49.345.485 |
| Resultado antes de impostos | | 14.282.993 | 256.578.307 | 91.082 | 61.218.037 |
| Imposto sobre o rendimento | | | | | |
| Imposto sobre o rendimento | 30 | 4.435.717 | 9.533.774 | 17.783.674 | 22.919.737 |
| Resultado do exercício | 31 | 18.718.710 | 266.112.081 | 17.874.756 | 84.137.774 |
| Resultados por acção (básico e diluído) | 31 | <u>0,02</u> | <u>0,266</u> | <u>0,02</u> | <u>0,084</u> |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Montantes expressos em euros)

| | Notas | Capital Social | Acções Próprias | Reservas Legais | Outras Reservas | Reservas Cobertura | Resultado Líquido | Total do Capital Próprio |
|--|-------|----------------------|-----------------|-------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------------|
| Saldo em 1 de Janeiro de 2007 | | 1.100.000.000 | (205.000.000) | 90.200.000 | 905.536.702 | - | 80.335.955 | 1.971.072.657 |
| Aplicação do resultado de 2006: | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2006 | | - | - | 4.800.000 | 535.955 | - | (5.335.955) | - |
| Dividendos distribuídos | 31 | - | - | - | - | - | (75.000.000) | (75.000.000) |
| Variação nas reservas: | | | | | | | | |
| Variação de justo valor | | - | - | - | - | 919.625 | - | 919.625 |
| Outros | | - | - | - | - | (381.455) | - | (381.455) |
| Entrega de acções próprias | | - | 205.000.000 | - | - | - | - | 205.000.000 |
| Fusão por incorporação | | - | - | - | (81.095.866) | - | - | (81.095.866) |
| Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 | 31 | - | - | - | - | - | 84.137.774 | 84.137.774 |
| Outros | | - | - | - | - | - | - | - |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2007 | | <u>1.100.000.000</u> | <u>-</u> | <u>95.000.000</u> | <u>824.976.791</u> | <u>538.170</u> | <u>84.137.774</u> | <u>2.104.652.735</u> |
| Saldo em 1 de Janeiro de 2008 | | 1.100.000.000 | - | 95.000.000 | 824.976.791 | 538.170 | 84.137.774 | 2.104.652.735 |
| Aplicação do resultado de 2007: | | | | | | | | |
| Aplicação do resultado líquido do exercício de 2007 | | - | - | 4.300.000 | - | - | (4.300.000) | - |
| Dividendos distribuídos | 31 | - | - | - | (5.162.226) | - | (79.837.774) | (85.000.000) |
| Aquisição de acções próprias | 16 | - | (255.000.000) | - | - | - | - | (255.000.000) |
| Variação nas reservas: | | | | | | | | |
| Variação de justo valor | | - | - | - | - | (4.874.682) | - | (4.874.682) |
| Outros | | - | - | - | - | 1.020.170 | - | 1.020.170 |
| Extinção de acções próprias | 16 | (100.000.000) | 255.000.000 | - | (155.000.000) | - | - | - |
| Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 | 31 | - | - | - | - | - | 266.112.081 | 266.112.081 |
| Saldo em 31 de Dezembro de 2008 | | <u>1.000.000.000</u> | <u>-</u> | <u>99.300.000</u> | <u>664.814.565</u> | <u>(3.316.342)</u> | <u>266.112.081</u> | <u>2.026.910.304</u> |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES INDIVIDUAIS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Montantes expressos em euros)

| | Notas | IFRS 31-12-08 | IFRS 31-12-07 |
|--|-------|------------------------|------------------------|
| ACTIVIDADES OPERACIONAIS: | | | |
| Recebimento de clientes | | 3.627.159 | 20.733.278 |
| Pagamentos a fornecedores | | 1.912.428 | 1.657.683 |
| Pagamentos ao pessoal | | 1.696.053 | 3.157.405 |
| Fluxo Gerado Pelas Operações | | <u>18.678</u> | <u>15.918.190</u> |
| Pagamento/recebimento imposto s/rendimento | | (29.820.959) | (25.983.895) |
| Outros recebim./pagam.rel.à activ. Operacional | | 116.549 | -4.195.902 |
| Fluxos das actividades operacionais (1) | | <u>29.956.186</u> | <u>37.706.183</u> |
| ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Investimentos financeiros | | 23.817.756 | 97.058.064 |
| Imobilizações incorpóreas | | - | 275.000 |
| Juros e proveitos similares | | 80.155.518 | 53.873.687 |
| Dividendos | | 255.629.909 | 18.193.658 |
| Outros | | 611.200.000 | 75.000.000 |
| Empréstimos concedidos | | 3.608.374.675 | 3.191.397.022 |
| | | <u>4.579.177.858</u> | <u>3.435.797.431</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Investimentos financeiros | | (350.676.406) | (274.741.772) |
| Imobilizações corpóreas | | (33) | (42) |
| Imobilizações incorpóreas | | (171.415) | - |
| Outros | | - | (616.169.473) |
| Empréstimos concedidos | | (4.299.615.546) | (3.129.991.937) |
| | | <u>(4.650.463.400)</u> | <u>(4.020.903.224)</u> |
| Fluxos das actividades de investimento (2) | | <u>(71.285.542)</u> | <u>(585.105.793)</u> |
| ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO: | | | |
| Recebimentos provenientes de: | | | |
| Empréstimos obtidos | | 5.918.191.730 | 3.255.876.455 |
| | | <u>5.918.191.730</u> | <u>3.255.876.455</u> |
| Pagamentos respeitantes a: | | | |
| Empréstimos obtidos | | (5.407.496.230) | (2.631.418.155) |
| Juros e custos similares | | (79.461.198) | (50.742.069) |
| Dividendos | | (85.000.000) | (75.000.036) |
| Aquisições de acções (quotas) próprias | | (255.000.000) | - |
| | | <u>(5.826.957.428)</u> | <u>(2.757.160.260)</u> |
| Fluxos das actividades de financiamento (3) | | <u>91.234.302</u> | <u>498.716.195</u> |
| Varição de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3) | | <u>49.904.946</u> | <u>(48.683.415)</u> |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 15 | 45.224 | 50.030.583 |
| Caixa e seus equivalentes - fusão por incorporação | | - | (1.301.944) |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 15 | <u>49.950.171</u> | <u>45.224</u> |

O Anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras

O Conselho de Administração,

SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A.

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Montantes expressos em euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A SONAE DISTRIBUIÇÃO, SGPS, S.A. “Empresa” ou “Sonae Distribuição”, é uma sociedade anónima, que tem a sua sede social na Rua João Mendonça nº 529, 4464-501 Senhora da Hora, Matosinhos, Portugal.

A Empresa tem como actividade principal a gestão de participações sociais (Nota 5).

As demonstrações financeiras individuais são apresentadas, conforme requerido pelo Código das Sociedades Comerciais. De acordo, com o permitido pelo Decreto-Lei nº35/2005 de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras individuais foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas pela União Europeia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adoptadas na preparação destas demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS”), tal como adoptadas na União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de Janeiro de 2008. Estas correspondem às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”) e interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee (“IFRIC”) ou pelo anterior Standing Interpretations Committee (“SIC”), que tenham sido adoptadas na União Europeia.

As demonstrações financeiras intercalares são apresentadas trimestralmente de acordo com a IAS 34 – “Relato Financeiro Intercalar”.

As demonstrações financeiras individuais anexas foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, excepto para alguns dos instrumentos financeiros que se encontram registados pelo justo valor.

Novas normas contabilísticas e seu impacto nas demonstrações financeiras anexas

Até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, foram aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia as seguintes normas contabilísticas e interpretações, algumas das quais entraram em vigor durante o exercício de 2008:

| | <u>Data de Eficácia</u> |
|--|-------------------------|
| <u>Com aplicação obrigatória no exercício de 2008:</u> | |
| IAS 39/IFRS 7 – Reclassificação de activos financeiros (Alterações) | 01-07-08 |
| IFRIC 14 - IAS 19 O Limite sobre um activo de benefícios definidos, requisitos de financiamento mínimo e respectiva interacção | 01-01-08 |

Com aplicação obrigatória após 2008:

| | |
|---|----------|
| IFRS 8 – Segmentos operacionais | 01-01-09 |
| IFRS 2 - Pagamentos baseados em acções (Alterações) | 01-01-09 |
| IAS 1 - Apresentação das demonstrações financeiras (Revista) | 01-01-09 |
| IAS 23 - Custos de empréstimos obtidos (Alterações) | 01-01-09 |
| IAS 32/IAS 1 - Instrumentos Financeiros com uma Opção Put e Obrigações Decorrentes de uma Liquidação (Alterações) | 01-01-09 |
| Melhoramentos das Normas Internacionais de Relato Financeiro (2007) | 01-01-09 |
| IFRS 1/IAS 27 - Custo de um investimento numa subsidiária, entidade conjuntamente controlada ou associada | 01-01-09 |
| IFRIC 13 - Programas de fidelização de clientes | 01-07-08 |

A entrada em vigor durante 2008 das normas acima referidas não provocou impactos significativos nas demonstrações financeiras anexas. Adicionalmente não é expectável que da entrada em vigor das normas acima referidas cuja aplicação obrigatória é posterior a 2008 resultem impactos significativos.

As seguintes normas contabilísticas e interpretações foram já emitidas a esta data embora não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia:

| | <u>Data de Eficácia</u> |
|--|-------------------------|
| Alteração ao IFRS 3 – Concentrações empresariais | 01-07-09 |
| Alteração ao IFRS 1 – Adopção pela primeira vez dos IFRS | 01-07-09 |
| IAS 27 - Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (Alterações) | 01-07-09 |
| IAS 39 – Itens elegíveis de cobertura (Alterações) | 01-07-09 |
| IAS 39 – Reclassificações de activos financeiros (Alterações) | 01-07-09 |
| IFRS 7 – Incrementos qualitativos às divulgações relativas aos Instrumentos Financeiros (Alterações) | 01-01-09 |
| IFRIC 12 - Contratos relativos a serviços de concessão | 01-01-09 |
| IFRIC 15 – Contratos relativos a construção imobiliária | 01-01-09 |
| IFRIC 16 – Cobertura de investimento líquido numa unidade operacional estrangeira | 01-10-08 |
| IFRIC 17 – Distribuição aos accionistas de activos não monetários | 01-07-09 |
| IFRIC 18 – Transferência de activos de clientes | 01-07-09 |

Da futura adopção das normas acima, as quais não se encontram ainda aprovadas (“endorsed”) pela União Europeia não se estima que decorram impactos significativos para as demonstrações financeiras individuais anexas.

2.2. Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas adquiridas até 1 de Janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), encontram-se registadas ao custo de aquisição, ou custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações e das eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As imobilizações adquiridas após aquela data encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

| | <u>Anos</u> |
|--------------------------------|-------------|
| Equipamento básico | 10 a 15 |
| Equipamento de transporte | 5 |
| Equipamento administrativo | 10 |
| Outras imobilizações corpóreas | 5 |

2.3. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. As imobilizações incorpóreas só são reconhecidas se for provável que delas advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam controláveis pela empresa e se possa medir razoavelmente o seu valor.

As amortizações são calculadas, desde a data em que os activos estão disponíveis para uso, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de vida útil estimado.

2.4. Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são geralmente reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

2.5. Instrumentos financeiros

A empresa classifica os investimentos financeiros nas categorias apresentadas e reconciliadas com o Balanço conforme identificado na Nota 4.

a) Investimentos em subsidiárias e associadas

Os investimentos em partes de capital de empresas subsidiárias e associadas são mensurados de acordo com o estabelecido na IAS 27, ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

b) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados
- Investimentos disponíveis para venda

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como Investimentos não correntes, excepto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data do balanço, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida para os quais a Empresa tem intenção e capacidade de os manter até essa data.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como Investimentos correntes. Os investimentos disponíveis para venda são classificados como Activos não correntes.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respectivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor naquela data. No caso dos investimentos detidos até ao vencimento e investimentos disponíveis para venda, são incluídas as despesas de transacção.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mensurados a justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, sem qualquer dedução relativa a custos da transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os investimentos que não sejam cotados e para os quais não seja possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, são mantidos ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de Reserva de justo

valor, incluída na rubrica “Outras reservas” até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição e que tal corresponda a uma perda por imparidade, momento em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício, na rubrica de resultados financeiros.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efectiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

c) Empréstimos e contas a receber

Os empréstimos e contas a receber são registados ao custo amortizado utilizando o método da taxa juro efectiva e deduzidos de eventuais perdas de imparidade.

Os proveitos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, excepto para os valores a receber de muito curto prazo cujos valores a reconhecer seriam imateriais.

Estes instrumentos financeiros resultam do facto da Empresa providenciar fundos ou prestar serviços às suas subsidiárias e associadas sem que tenha a intenção de transaccionar esse activo.

Os empréstimos e contas a receber são classificados como activos correntes, excepto nos casos em que a maturidade é superior a 12 meses da data do balanço, os quais se classificam como não correntes. Estes activos financeiros estão incluídos nas classes identificadas na Nota 4.

d) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber, por forma a que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objectivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

As perdas por imparidade reconhecidas correspondem à diferença entre o montante escriturado do saldo a receber e respectivo valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efectiva inicial que, nos casos em que se perspetive um recebimento num prazo inferior a um ano, é considerada nula.

e) Classificação de capital próprio e passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumem.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, conforme política definida na Nota 2.8. A parcela do juro efectivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é adicionada ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

g) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

h) Instrumentos derivados

A Empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos não sendo utilizados derivados com o objectivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pela Empresa definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro e taxa de câmbio são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura. As ineficácias de cobertura, caso existam, são registadas na rubrica de Resultados financeiros da Demonstração de resultados.

Os critérios utilizados pela Empresa para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja altamente eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transacção a ser coberta no início da cobertura;
- A transacção objecto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de câmbio são inicialmente, registados pelo seu valor, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica Reservas de cobertura incluída na rubrica Reservas e Resultados transitados, sendo transferidas para resultados no mesmo exercício em que o instrumento objecto de cobertura afecta resultados.

A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros é efectuada com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados e teve por base a actualização, para a data do balanço, dos fluxos de caixa futuros do “leg” fixo e do “leg” variável do instrumento derivado.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica Reservas de cobertura incluída em Reservas e Resultados transitados são transferidas para Resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do activo a que as transacções objecto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas directamente nas rubricas da demonstração de resultados.

Quando existam derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e características não estejam intimamente relacionados com os contratos de acolhimento e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

i) Acções Próprias

As acções próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como um abatimento ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação das acções próprias são reconhecidas directamente em Capitais Próprios.

j) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de Caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de Caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de Empréstimos Bancários de curto prazo, no balanço.

k) Imparidade

Os activos financeiros, excepto os mensurados a justo valor através de resultados, são analisados à data de cada balanço para verificar da existência de indícios de perdas de imparidade.

Os activos financeiros encontram-se em situações de imparidade quando exista evidência objectiva que, como consequência de um ou mais eventos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial dos activos, os fluxos de caixa estimados tenham sido negativamente afectados.

Para os instrumentos financeiros não negociados em mercados regulamentados, a estimativa de imparidade envolve o recurso a modelos de fluxos de caixa descontados para estimar o valor de uso do investimento. Tais modelos implicam que a Empresa estime o valor presente dos fluxos de caixa futuros que é expectável que surjam do instrumento financeiro em questão de acordo com uma taxa de desconto adequada ao risco específico do activo.

Para os activos financeiros mensurados ao custo amortizado, a imparidade é calculada como a diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original.

Relativamente aos investimentos em subsidiárias (investimentos em partes de capital e empréstimos concedidos a subsidiárias) a análise de imparidade é efectuada com base na estimativa de justo valor dos activos líquidos da filial em análise, maioritariamente constituídos por participações financeiras em outras subsidiárias da Empresa.

Tal estimativa é efectuada com base na avaliação das participações detidas pela filial em análise por recurso a modelos de fluxos de caixa descontados de forma a estimar o valor de uso dos referidos investimentos.

É entendimento do Conselho de Administração, que a metodologia acima descrita conduz a resultados fiáveis sobre a existência de eventual imparidade dos investimentos em análise, uma vez que consideram a melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras.

Se, em data subsequente, se verificar que o montante de imparidade diminuiu e a diminuição possa ser relacionada objectivamente com determinado evento que ocorra após o reconhecimento inicial de imparidade, o valor então registado é revertido até ao limite do valor que estaria reconhecido caso não tivesse sido registada qualquer perda de imparidade.

Relativamente a activos disponíveis para venda relativos a partes de capital, as perdas de imparidade não são revertidas. Qualquer aumento no justo valor do activo é reconhecido em capitais próprios.

2.6. Responsabilidades por pagamentos baseados em acções

As responsabilidades resultantes da atribuição de prémios de desempenho diferidos estão indexadas à evolução das cotações das acções da Sonae, SGPS, S.A. (Empresa detentora da Sonae Distribuição, SGPS, S.A.).

O valor dessas responsabilidades é determinado no momento da sua atribuição (normalmente em Março de cada ano) e posteriormente actualizado no final de cada período de reporte em função do número de acções atribuídas e o justo valor destas à data de reporte. A responsabilidade é registada em custos com pessoal e outros passivos correntes e não correntes, de forma linear entre a data da atribuição e a data de vencimento, na proporção do tempo decorrido entre essas datas.

2.7. Activos e passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo os mesmos divulgados no anexo, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afectando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objecto de divulgação.

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

2.8. Rédito e especialização dos exercícios

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

Os dividendos são reconhecidos como proveitos no exercício em que são atribuídos pelos sócios ou accionistas das empresas participadas.

Os custos e proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros activos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

2.9. Eventos subsequentes

Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

2.10. Julgamentos e estimativas

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras incluem:

- a) Registo de ajustamentos aos valores do activo e provisões;
- b) Análise de imparidade de empréstimos e de investimentos em subsidiárias e em associadas;

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo

previsíveis à data, não foram considerados nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas em resultados de forma prospectiva, conforme disposto pelo IAS 8.

2.11. Imposto sobre o rendimento

A Sonae Distribuição encontra-se abrangida pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (sociedade dominante), sendo que cada uma das sociedades abrangidas por este regime regista o imposto sobre o rendimento nas suas contas individuais por contrapartida da rubrica de Empresas do grupo. Nos casos em que as filiais contribuem com prejuízos, é registado nas contas individuais o montante de imposto correspondente aos prejuízos que vierem a ser compensados pelos lucros das demais sociedades abrangidas por este regime.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação. Os impostos diferidos activos e passivos são calculados e anualmente avaliados às taxas de tributação em vigor ou anunciadas para estarem em vigor na data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no exercício da sua reversão. No final de cada exercício é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como custo ou proveito do exercício, excepto se resultarem de valores registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

3. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Os princípios gerais da gestão de riscos são aprovados pelo Conselho de Administração, estando a sua implementação e acompanhamento supervisionados pela Tesouraria do Grupo.

3.1 – Risco de mercado

Revestem-se de particular importância no âmbito da gestão de risco de mercado os riscos taxa de juro e os riscos taxa de câmbio.

A empresa utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos de mercado a que está exposto como forma de garantir a sua cobertura, não sendo utilizados instrumentos derivados com o objectivo de negociação ou especulação.

3.1.1 – Risco de taxa de juro

A exposição da empresa à taxa de juro é abordada em conjunto com a exposição das empresas em que participa, decorrendo essencialmente dos empréstimos de longo prazo que são constituídos na sua maioria por dívida indexada à Euribor.

O objectivo da empresa é limitar a volatilidade dos cash-flows e resultados tendo em conta o perfil da actividade operacional das suas participadas através da utilização de uma adequada combinação de dívida a taxa fixa e variável. A política do grupo permite a utilização de derivados de taxa de juro para redução da exposição às variações da Euribor e não para fins especulativos.

Os instrumentos derivados utilizados pela empresa na gestão do risco taxa de juro são definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa por configurarem relações

perfeitas de cobertura). Os indexantes, as convenções de cálculos, as datas de refixação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados.

Análise de sensibilidade:

A análise de sensibilidade taxa de juro baseia-se nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro afectam os juros a receber ou a pagar dos instrumentos financeiros indexados a taxas variáveis (os pagamentos de juros, associados a instrumentos financeiros não designados como instrumentos cobertos ao abrigo de coberturas de fluxos de caixa de risco de taxa de juro). Como consequência, estes instrumentos são incluídos no cálculo da análise de sensibilidade aos resultados;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os custos e proveitos em relação aos instrumentos financeiros com taxas de juros fixas caso estes sejam reconhecidos pelo seu justo valor. Como tal, todos os instrumentos financeiros com taxas de juros fixas registados ao custo amortizado, não estão sujeitos ao risco de taxa de juro, tal como definido na IFRS 7;
- No caso de instrumentos designados para cobertura do justo valor do risco de taxa de juro, quando as alterações no justo valor do instrumento coberto e do instrumento de cobertura atribuíveis a movimentos de taxa de juro são compensados quase por completo na demonstração dos resultados no mesmo período, estes instrumentos financeiros também não são considerados como expostos ao risco de taxa de juro;
- Alterações nas taxas de juro de mercado de instrumentos financeiros que foram designados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa para cobrir as flutuações de pagamentos resultantes de alterações de taxas de juro afectam as rubricas de reservas do capital próprio, sendo por isso incluídos no cálculo da análise de sensibilidade ao capital próprio (outras reservas);
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e de outros activos e passivos financeiros são estimados descontando para o momento presente os fluxos de caixa futuros às taxas de juro de mercado existentes no final de cada ano, e assumindo uma variação paralela nas curvas de taxa de juro;
- Para efeitos da análise da sensibilidade, essa análise é realizada com base em todos os instrumentos financeiros existentes durante o exercício;

Estima-se que a exposição individual a este risco à data do balanço seja reduzida, de tal forma que, nos últimos 12 meses, uma subida (descida) de 75 pontos base em todas as taxas de juro do Euro durante o ano de 2008 teria tido um impacto negativo (positivo) nos resultados antes de impostos não superior a 3,4 milhões de euros (0,7 milhões de euros em 2007), e um impacto positivo nas reservas não superior a 2,5 milhões (ou um impacto negativo de 2,4 milhões de euros em caso de descida de 75 pontos base nas taxas de juro do Euro), tomando em consideração os perfis de refixação contratados e excluindo quaisquer outros efeitos na actividade da empresa.

3.1.2 – Risco de taxa de câmbio

O impacto nas demonstrações financeiras individuais das variações nas taxas de câmbio da empresa é praticamente inexistente uma vez que a generalidade dos activos e passivos estão denominados em euros.

3.2 – Risco de liquidez

O principal objectivo da política de gestão de risco de liquidez é garantir que a empresa e o conjunto das empresas que domina têm disponível, a todo o momento, os recursos financeiros necessários para fazer face às suas responsabilidades e prosseguir as estratégias delineadas

honrando todos os compromissos assumidos com terceiros, quando se tornam devidos, através de uma adequada gestão do binómio custo-maturidade dos financiamentos.

A empresa prossegue assim uma política activa de refinanciamento pautada pela manutenção de um nível elevado de recursos livres e imediatamente disponíveis para fazer face a necessidades de curto prazo e pelo alongamento ou manutenção da maturidade da dívida de acordo com os cash-flows previstos e a capacidade de alavancagem do seu balanço.

Constituem também importantes instrumentos de resposta ao risco de liquidez, a limitação da amplitude das cláusulas contratuais capazes de despoletar o vencimento antecipado dos empréstimos. A empresa assegura ainda, no seu relacionamento com as instituições financeiras, um elevado nível de diversificação que permite agilizar a contratação de novos empréstimos e limitar o impacto negativo de eventuais descontinuações de relacionamento.

A análise de liquidez para instrumentos financeiros é apresentada junto da nota respectiva a cada classe de passivos financeiros.

3.3 – Risco de crédito

A empresa está sobretudo exposta ao risco de crédito nas suas relações de financiamento com as empresas em que participa.

A empresa está ainda exposta ao risco de crédito nas suas relações com as instituições financeiras relativas a aplicações de fundos, garantias de colocação em instrumentos de dívida, derivados, entre outros.

O risco de crédito é limitado pela gestão da concentração de riscos e uma rigorosa selecção de contrapartes que apresentem um elevado prestígio e reconhecimento nacional e internacional com rating emitido por agência de rating internacional mínimo de BBB ou equivalente.

4. CLASSES DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5, a 31 de Dezembro de 2008, foram classificados como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS

| | Nota | Empréstimos e contas a receber | Derivados de cobertura | Subtotal | Activos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
|---------------------------------|------|--------------------------------------|---------------------------|----------------------|--|----------------------|
| ACTIVOS NÃO CORRENTES: | | | | | | |
| Empréstimos a empresas do grupo | 8 | 1.263.332.780 | | 1.263.332.780 | | 1.263.332.780 |
| | | <u>1.263.332.780</u> | | <u>1.263.332.780</u> | | <u>1.263.332.780</u> |
| ACTIVOS CORRENTES: | | | | | | |
| Clientes | 9 | 1.506.614 | | 1.506.614 | | 1.506.614 |
| Empresas do Grupo | 10 | 321.814.399 | | 321.814.399 | | 321.814.399 |
| Outras dívidas de terceiros | 12 | 7.404.536 | | 7.404.536 | | 7.404.536 |
| Outros activos correntes | 13 | 1.870.069 | | 1.870.069 | 1.067.329 | 2.937.398 |
| Derivados | 14 | | 1.776.634 | 1.776.634 | | 1.776.634 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15 | 51.426.604 | | 51.426.604 | | 51.426.604 |
| | | <u>384.022.222</u> | <u>1.776.634</u> | <u>385.798.856</u> | <u>1.067.329</u> | <u>386.866.185</u> |

PASSIVOS FINANCEIROS

| | Nota | Empréstimos e contas a pagar | Derivados de cobertura | Subtotal | Passivos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
|--------------------------------|------|---------------------------------|---------------------------|----------------------|---|----------------------|
| PASSIVOS NÃO CORRENTES: | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 18 | 230.000.000 | | 230.000.000 | | 230.000.000 |
| Empréstimos obrigacionistas | 18 | 1.001.716.603 | | 1.001.716.603 | | 1.001.716.603 |
| | | <u>1.231.716.603</u> | | <u>1.231.716.603</u> | | <u>1.231.716.603</u> |
| PASSIVOS CORRENTES: | | | | | | |
| Empréstimos bancários | 18 | 21.476.433 | | 21.476.433 | | 21.476.433 |
| Empréstimos obrigacionistas | 18 | 99.978.611 | | 99.978.611 | | 99.978.611 |
| Derivados | 14 | | 4.894.132 | 4.894.132 | | 4.894.132 |
| Fornecedores | 19 | 101.260 | | 101.260 | | 101.260 |
| Empresas do Grupo | 10 | 575.639.729 | | 575.639.729 | | 575.639.729 |
| Outras dívidas a terceiros | 20 | 5.650 | | 5.650 | | 5.650 |
| Outros passivos correntes | 21 | 24.099.255 | | 24.099.255 | 200.930 | 24.300.185 |
| | | <u>721.300.938</u> | <u>4.894.132</u> | <u>726.195.070</u> | <u>200.930</u> | <u>726.396.000</u> |

Os instrumentos financeiros de acordo com as políticas descritas na Nota 2.5 a 31 de Dezembro de 2007, foram classificados como segue:

ACTIVOS FINANCEIROS

| | Nota | Empréstimos e contas a receber | Derivados de cobertura | Subtotal | Activos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
|---------------------------------|------|--------------------------------------|---------------------------|--------------------|--|--------------------|
| ACTIVOS NÃO CORRENTES: | | | | | | |
| Empréstimos a empresas do grupo | 8 | 774.196.909 | | 774.196.909 | | 774.196.909 |
| | | <u>774.196.909</u> | | <u>774.196.909</u> | | <u>774.196.909</u> |
| ACTIVOS CORRENTES: | | | | | | |
| Clientes | 9 | 3.540.891 | | 3.540.891 | | 3.540.891 |
| Empresas do Grupo | 10 | 734.444.255 | | 734.444.255 | | 734.444.255 |
| Outras dívidas de terceiros | 12 | 7.101.105 | | 7.101.105 | | 7.101.105 |
| Outros activos correntes | 13 | 1.451.118 | | 1.451.118 | 599.972 | 2.051.090 |
| Derivados | 14 | | 1.113.658 | 1.113.658 | | 1.113.658 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 15 | 48.033 | | 48.033 | | 48.033 |
| | | <u>746.585.402</u> | <u>1.113.658</u> | <u>747.699.060</u> | <u>599.972</u> | <u>748.299.032</u> |

PASSIVOS FINANCEIROS

| | Nota | Empréstimos e contas a pagar | Subtotal | Passivos fora do âmbito do IFRS 7 | Total |
|--------------------------------|------|---------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| PASSIVOS NÃO CORRENTES: | | | | | |
| Empréstimos obrigacionistas | 18 | 1.100.672.731 | 1.100.672.731 | | 1.100.672.731 |
| | | <u>1.100.672.731</u> | <u>1.100.672.731</u> | | <u>1.100.672.731</u> |
| PASSIVOS CORRENTES: | | | | | |
| Empréstimos bancários | 18 | 2.809 | 2.809 | | 2.809 |
| Fornecedores | 19 | 104.307 | 104.307 | | 104.307 |
| Empresas do Grupo | 10 | 310.274.622 | 310.274.622 | | 310.274.622 |
| Outras dívidas a terceiros | 20 | 3.965.364 | 3.965.364 | | 3.965.364 |
| Outros passivos correntes | 21 | 19.613.486 | 19.613.486 | 906.445 | 20.519.931 |
| | | <u>333.960.588</u> | <u>333.960.588</u> | <u>906.445</u> | <u>334.867.033</u> |

5. INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe dos investimentos era o seguinte:

| Empresa | 31.Dezembro.2008 | | 31.Dezembro.2007 | |
|---|------------------|---------------|------------------|---------------|
| | % detenção | Saldo Final | % detenção | Saldo Final |
| Investimentos em partes de capital | | | | |
| Azulino - Imobiliária, S.A. | 100,00% | 498.025 | | |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 1.375.000 | 100,00% | 875.000 |
| Edições Book.it - S.A. | 100,00% | 1.000.000 | | |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 100,00% | 1.579.375 | 100,00% | 1.579.375 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. | 100,00% | 2.244.591 | 100,00% | 2.244.591 |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 477.848 | 100,00% | 477.848 |
| Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A. | 100,00% | 372.000 | 100,00% | 372.000 |
| Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A. | 100,00% | 231.318.722 | 100,00% | 231.318.722 |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 2.095.191 | 100,00% | 2.095.191 |
| Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 50.000 | 100,00% | 50.000 |
| Farmácia Seleção, S.A. | 100,00% | 100.000 | | |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 24.940 | 100,00% | 24.940 |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 6.264.902 | 100,00% | 6.264.902 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois | 100,00% | 158.410.389 | 100,00% | 182.228.145 |
| Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede | 49,00% | 49.414.958 | 42,16% | 34.536.577 |
| IGI - Investimento Imobiliário, SA | 100,00% | 114.495.350 | 100,00% | 114.495.350 |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 220.000 | 100,00% | 220.000 |
| Iginha - Sociedade imobiliária, S.A. | 100,00% | 109.000 | 100,00% | 109.000 |
| Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 50.000 | 100,00% | 50.000 |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária,S.A. | 100,00% | 24.940 | 100,00% | 24.940 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 539.940 | 100,00% | 539.940 |
| Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 109.736 | 100,00% | 109.736 |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 280.000 | 100,00% | 280.000 |
| Infocfield - Informática, S.A. | 10,00% | 530.459 | 10,00% | 530.459 |
| Marcas MC zRt | 100,00% | 72.784.761 | 100,00% | 72.784.761 |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 100,00% | 1.719.397 | 100,00% | 1.719.397 |
| Modalfa - Comércio e Serviços, S.A. | 10,00% | 27.933 | 10,00% | 27.933 |
| Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A. | 100,00% | 1.050.000.000 | 100,00% | 1.050.000.000 |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 56,00% | 284.190.240 | 56,00% | 174.990.240 |
| Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda | 75,00% | 161.250 | 75,00% | 161.250 |
| Modelo-Com - Vendas por Correspondência, S.A. | 100,00% | 12.637.016 | 100,00% | 12.637.016 |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. | 100,00% | 6.372.293 | 100,00% | 6.372.293 |
| Raso, SGPS, S.A. | 50,00% | 24.500.000 | | |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 100,00% | 1.408.379 | 100,00% | 1.408.379 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 125.000 | 100,00% | 125.000 |
| Sempre a Postos - Produtos Alimentares e Utilidades, Lda | 25,00% | 249.399 | 25,00% | 249.399 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A. | 100,00% | 36.677.088 | 100,00% | 36.677.088 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 550.000 | 100,00% | 550.000 |
| Sociloures - Sociedade Imobiliária, S.A. | 100,00% | 10.000.000 | 100,00% | 10.000.000 |
| Soflorin, B.V. | 100,00% | 257.309.037 | 100,00% | 57.309.037 |
| Sonae Capital Brasil, S.A. | 37,00% | 23.334.858 | 37,00% | 23.334.858 |
| Sonae Retalho Espanha, S.A. | 100,00% | 2.549.831 | 100,00% | 2.549.831 |
| Sonaegest - Soc. Gest. de Fundos de Investimentos, S.A. | 20,00% | 159.615 | 20,00% | 159.615 |
| Sondis Imobiliária, S.A. | 100,00% | 49.940 | 100,00% | 49.940 |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 100,00% | 10.600.000 | 100,00% | 10.600.000 |
| Sonvecap, B.V. | 100,00% | 3.000.000 | 100,00% | 3.000.000 |
| Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A. | 10,00% | 706.326 | 10,00% | 706.326 |
| Todos os Dias-Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A. | 100,00% | 1.180.000 | 100,00% | 1.180.000 |

| | | | | |
|---|---------|---------------------|---------|---------------------|
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A. | 100,00% | 50.000 | 100,00% | 50.000 |
| Valor N, S.A. | 100,00% | 2.087.315 | 100,00% | 2.087.315 |
| Worten - Equipamentos para o Lar, S.A. | 10,00% | <u>462.494</u> | 10,00% | <u>462.494</u> |
| | | 2.374.477.538 | | 2.047.618.888 |
| Imparidade de Investimentos Financeiros (Nota 22) | | <u>(45.868.497)</u> | | <u>(38.568.497)</u> |
| | | 2.328.609.041 | | 2.009.050.391 |

Os movimentos registados na rubrica de Investimentos durante os exercícios de 2008 e de 2007 é discriminada como se segue:

| | <u>31. Dezembro.2008</u> | <u>31. Dezembro.2007</u> |
|--|--------------------------|--------------------------|
| | Não Correntes | Não Correntes |
| Investimentos em Empresas do Grupo | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 1.720.117.152 | 1.163.752.000 |
| Aquisições e aumentos durante o exercício | 123.298.025 | 83.712.782 |
| Alienações durante o exercício | - | (12.148.502) |
| Investimentos incorporados por via da fusão | - | 493.563.316 |
| Extinção de investimentos por via da fusão | - | <u>(8.762.444)</u> |
| Saldo em 31 de Dezembro | 1.843.415.177 | 1.720.117.152 |
| Perdas por imparidade acumuladas (Nota 22) | <u>(45.868.497)</u> | <u>(38.568.497)</u> |
| | <u>1.797.546.680</u> | <u>1.681.548.655</u> |
| Investimentos em Empresas Associadas | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 409.014 | 249.399 |
| Investimentos incorporados por via da fusão | - | <u>159.615</u> |
| Saldo em 31 de Dezembro | 409.014 | 409.014 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - |
| | <u>409.014</u> | <u>409.014</u> |
| Prestações Suplementares | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 2.480.000 | 2.480.000 |
| Aumentos durante o exercício | <u>212.000.000</u> | - |
| Saldo em 31 de Dezembro | <u>214.480.000</u> | <u>2.480.000</u> |
| Unidades de Participação em Fundos Investimento | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 216.764.722 | 174.864.432 |
| Aumentos durante o exercício | 14.878.381 | 85.813.990 |
| Distribuição rendimentos | <u>(23.817.756)</u> | <u>(43.913.700)</u> |
| Saldo em 31 de Dezembro | 207.825.347 | 216.764.722 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - |
| | <u>207.825.347</u> | <u>216.764.722</u> |
| Entradas Facultativas de Capital | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | 107.848.000 | 8.773.000 |
| Constituição durante o exercício | 500.000 | 98.675.000 |
| Alienações durante o exercício | - | (2.075.000) |
| Investimentos incorporados por via da fusão | - | <u>2.475.000</u> |
| Saldo em 31 de Dezembro | 108.348.000 | 107.848.000 |
| Perdas por imparidade acumuladas | - | - |
| | <u>108.348.000</u> | <u>107.848.000</u> |
| Adiantamento por conta de investimentos financeiros | | |
| Saldo em 1 de Janeiro | - | - |
| Aquisições durante o exercício | - | 660.000 |
| Investimentos incorporados por via da fusão | - | 660.000 |
| Regularização do adiantamento | - | <u>(1.320.000)</u> |
| | - | - |
| | <u>2.328.609.041</u> | <u>2.009.050.391</u> |

O aumento de 123.298.025 euros registado na rubrica “Investimentos em empresas do grupo” inclui o aumento de capital na sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. no montante de 109.200.000 euros; a constituição da sociedade Edições Book it, S.A. no montante de 1.000.000 euros; a constituição da sociedade Raso, SGPS, S.A. no montante de 12.500.000 euros; a constituição da sociedade Farmácia Selecção, S.A. no montante de 100.000 euros; a aquisição de 100% da sociedade Azulino – Imobiliária, S.A. no montante de 498.025 euros. O aumento de 212.000.000 euros registado na rubrica “Prestações suplementares” corresponde à constituição de prestações suplementares na sociedade Soflorin B.V. no montante de 200.000.000; bem como na sociedade Raso, SGPS, S.A. no montante de 12.000.000 euros.

O aumento de 14.878.381 euros registado na rubrica “Unidades de Participação em Fundos de Investimento” corresponde à subscrição do aumento de capital no Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Imosede.

O montante de (23.817.756) euros registado na rubrica “Unidades de Participação em Fundos de Investimento” corresponde a lucros líquidos recebidos do Fundo de Investimento Imobiliário Imosonae Dois, acumulados no referido fundo, anteriores à data de aquisição pela sociedade.

6. IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS E CORPÓREAS

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações incorpóreas:

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
|--|------------------|----------------|----------------|----------------|------------------|
| Activo bruto: | 2007-12-31 | | | | 2008-12-31 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.401.602 | 10.890 | | 136 | 1.412.628 |
| Software | 479 | | | | 479 |
| Imobilizado incorpóreo em curso | 136 | 160.389 | 160.389 | (136) | - |
| | 1.402.217 | 171.279 | 160.389 | - | 1.413.107 |

| | Saldo inicial | Reforço | Anulação/ reversão | Transferências | Saldo final |
|---|------------------|----------------|-----------------------|----------------|------------------|
| Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas | 2007-12-31 | | | | 2008-12-31 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.261.255 | 141.981 | | | 1.403.236 |
| Software | 479 | | | | 479 |
| | 1.261.734 | 141.981 | - | - | 1.403.715 |

Imobilizações corpóreas:

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
|--------------------------------|---------------|----------|-------------|----------------|---------------|
| Activo bruto: | 2007-12-31 | | | | 2008-12-31 |
| Equipamento básico | 2.464 | | | | 2.464 |
| Equipamento de transporte | 19.062 | | | | 19.062 |
| Equipamento administrativo | 24.805 | | | | 24.805 |
| Outras imobilizações corpóreas | 679 | | | | 679 |
| | 47.010 | - | - | - | 47.010 |

| | Saldo inicial | Reforço | Anulação/ reversão | Transferências | Saldo final |
|---|---------------|--------------|-----------------------|----------------|---------------|
| Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas | 2007-12-31 | | | | 2008-12-31 |
| Equipamento básico | 657 | 246 | | | 903 |
| Equipamento de transporte | 19.062 | | | | 19.062 |
| Equipamento administrativo | 19.316 | 2.284 | | | 21.600 |
| Outras imobilizações corpóreas | 679 | | | | 679 |
| | 39.714 | 2.530 | - | - | 42.244 |

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Transferências | Saldo final |
|-----------------------------------|---------------|----------|-------------|----------------|-------------|
| Total Imobilizado Líquido: | 2007-12-31 | | | | 2008-12-31 |
| Imobilizado incorpóreo | 140.483 | 29.298 | (160.389) | | 9.392 |
| Imobilizado corpóreo | 7.296 | (2.530) | | | 4.766 |

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o movimento ocorrido na rubrica de imobilizações incorpóreas e corpóreas, bem como as respectivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas foi como se segue:

Imobilizações incorpóreas:

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Incorporação | Saldo final |
|---|------------------|------------|----------------|--------------|------------------|
| Activo bruto: | 2006-12-31 | | | por fusão | 2007-12-31 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 1.401.602 | | | | 1.401.602 |
| Software | | | | 479 | 479 |
| Imobilizado incorpóreo em curso | | 136 | | | 136 |
| Adiantamentos por conta imobilizações incorpóreas | 275.000 | | 275.000 | | |
| | 1.676.602 | 136 | 275.000 | 479 | 1.402.217 |

| | Saldo inicial | Reforço | Anulação/ reversão | Incorporação | Saldo final |
|---|----------------|----------------|-----------------------|--------------|------------------|
| Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas | 2006-12-31 | | | por fusão | 2007-12-31 |
| Propriedade industrial e outros direitos | 980.934 | 280.321 | | | 1.261.255 |
| Software | | | | 479 | 479 |
| | 980.934 | 280.321 | | 479 | 1.261.734 |

Imobilizações corpóreas:

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Incorporação | Saldo final |
|--------------------------------|---------------|-----------|-------------|--------------|---------------|
| Activo bruto: | 2006-12-31 | | | por fusão | 2007-12-31 |
| Equipamento básico | 2.464 | | | | 2.464 |
| Equipamento de transporte | 19.062 | | | | 19.062 |
| Equipamento administrativo | 16.653 | 33 | | 8.119 | 24.805 |
| Outras imobilizações corpóreas | 679 | | | | 679 |
| | 38.858 | 33 | | 8.119 | 47.010 |

| | Saldo inicial | Reforço | Anulação/ reversão | Incorporação | Saldo final |
|---|---------------|--------------|-----------------------|--------------|---------------|
| Amortizações e Perdas de imparidade acumuladas | 2006-12-31 | | | por fusão | 2007-12-31 |
| Equipamento básico | 411 | 246 | | | 657 |
| Equipamento de transporte | 19.062 | | | | 19.062 |
| Equipamento administrativo | 8.663 | 2.534 | | 8.119 | 19.316 |
| Outras imobilizações corpóreas | 679 | | | | 679 |
| | 28.815 | 2.780 | | 8.119 | 39.714 |

| | Saldo inicial | Aumentos | Diminuições | Incorporação | Saldo final |
|-----------------------------------|---------------|-----------|-------------|--------------|-------------|
| Total Imobilizado Líquido: | 2006-12-31 | | | por fusão | 2007-12-31 |
| Imobilizado incorpóreo | 695.668 | (280.185) | 275.000 | | 140.483 |
| Imobilizado corpóreo | 10.043 | (2.747) | | | 7.296 |

7. IMPOSTOS DIFERIDOS

O detalhe dos activos e passivos por impostos diferidos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

| | Activos | | Passivos | |
|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Instrumentos Financeiros derivados | 1.296.945 | | 470.808 | 194.034 |
| Anulação de Imobilizações incorpóreas | | 304 | | |
| Diferença entre amortizações económicas e fiscais | | | 1.555 | 39.372 |
| | 1.296.945 | 304 | 472.363 | 233.406 |

O movimento ocorrido nos activos e passivos por impostos diferidos activos nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 foi como segue:

| | Activos | | Passivos | |
|---|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| | 31. Dezembro.2008 | 31. Dezembro.2007 | 31. Dezembro.2008 | 31. Dezembro.2007 |
| Saldo inicial | 304 | 1.649 | 233.406 | 115.282 |
| Efeito em resultados: | | | | |
| Anulação de imobilizações incorpóreas (Nota 30) | (304) | (1.345) | | |
| Homogeneização das amortizações (Nota 30) | | | (37.818) | (75.910) |
| | (304) | (1.345) | (37.818) | (75.910) |
| Efeito em reservas: | | | | |
| Valorização de instrumentos financeiros | 1.296.945 | | 276.775 | 194.034 |
| Saldo final | 1.296.945 | 304 | 472.363 | 233.406 |

| | 31.Dezembro.2008 | | | 31.Dezembro.2007 | | |
|-----------------|------------------|------------------|---------------------------|------------------|------------------|---------------------------|
| | Prejuízo fiscal | Valor de imposto | Data limite de utilização | Prejuízo fiscal | Valor de imposto | Data limite de utilização |
| Gerados em 2005 | - | - | 2011 | 36.519.737 | 9.129.934 | 2011 |
| | - | - | | 36.519.737 | 9.129.934 | |

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, inclusive, e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que os prazos são prolongados ou suspensos.

O Conselho de Administração entende que eventuais revisões por parte da Administração Fiscal não resultarão em quaisquer passivos para a empresa.

8. EMPRÉSTIMOS A EMPRESAS DO GRUPO

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe dos activos não correntes era o seguinte (Nota 33).

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|--|------------------|------------------|
| Empréstimos concedidos a empresas do grupo | 1.263.332.780 | 774.196.909 |

Estes empréstimos vencem juros à taxa mercado, e o seu justo valor é idêntico ao seu valor contabilístico. Os empréstimos referem-se a operações de suprimentos sem prazo de reembolso definido.

9. CLIENTES

O montante registado em dívidas de Clientes corresponde a montantes facturados, relativos a Fee's de Gestão, essencialmente a empresas do Grupo Sonae Distribuição, SGPS, S.A..

À data de balanço, não existem contas a receber vencidas e não foram registadas quaisquer perdas de imparidade, dado não existirem indicações de que os clientes não cumpram as suas obrigações.

10. EMPRESAS DO GRUPO – CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica Empresas do grupo era o seguinte:

| Valores devedores: | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|--------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Empréstimos de curto prazo (Nota 33) | 263.578.000 | 61.473.000 |
| Juros por liquidar | 44.636.742 | 32.629.586 |
| Impostos - RETGS (a) | 13.599.657 | 29.141.669 |
| Outros (b) | | 611.200.000 |
| | 321.814.399 | 734.444.255 |
| Valores credores: | | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Empréstimos de curto prazo (Nota 33) | 568.836.000 | 308.140.500 |
| Juros por liquidar | 12.428 | - |
| Impostos - RETGS (a) | 6.791.301 | 2.134.122 |
| | 575.639.729 | 310.274.622 |

- a) Imposto do exercício apurado pelas empresas do grupo tributadas de acordo com o Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades.
- b) O valor registado na rubrica Outros, em 31 de Dezembro de 2007, corresponde ao pagamento por conta da aquisição da Continente Hipermercados, S.A. (ex-Carrefour) efectuado pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. em nome da sociedade Modelo Continente Hipermercados, S.A. – Sucursal em Espanha regularizado em 2008.

Não existiam activos vencidos ou em imparidade em 31 de Dezembro de 2008 e 2007. O justo valor dos empréstimos concedidos a empresas do grupo é similar ao seu valor contabilístico.

11. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 esta rubrica tinha a seguinte composição:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---------------------------------------|------------------|------------------|
| Imposto sobre o rendimento | 7.528.261 | 9.916.188 |
| | 7.528.261 | 9.916.188 |
| Valores credores: | | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Imposto sobre o valor acrescentado | 239.631 | 565.698 |
| Contribuições para a Segurança Social | 2.144 | 2.110 |
| Retenção de Imposto sobre Rendimentos | 16.923 | 413.455 |
| Outros | 1.893.402 | 203.435 |
| | 2.152.100 | 1.184.698 |

12. OUTRAS DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica Outras dívidas de terceiros era o seguinte:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|-------------|------------------|------------------|
| Não vencido | 7.404.536 | 7.101.105 |

A rubrica de Outros devedores apresenta o montante de, aproximadamente, 5.790.887 euros (o mesmo montante em 2006) relativos a impostos que se encontram reclamados junto das autoridades fiscais, sendo entendimento do Conselho de Administração da Sonae Distribuição que o resultado da reclamação efectuada lhe será favorável, facto pelo qual não registou qualquer ajustamento para fazer face a eventuais perdas.
Os restantes valores referem-se a contas a receber, não vencidos, e sem qualquer indício de imparidade.

13. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe da rubrica Outros activos correntes era o seguinte:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---------------------|------------------|------------------|
| Custos diferidos | 1.067.329 | 599.972 |
| Acréscimo proveitos | 1.870.069 | 1.451.118 |
| | <u>2.937.398</u> | <u>2.051.090</u> |

A rubrica custos diferidos discrimina-se da seguinte forma:

- (i) 290.633 euros (230.856 euros em 2007) relativos à especialização de seguros;
- (ii) 776.696 euros (369.116 euros em 2007) relativos à especialização de custos com a emissão de dívida.

A rubrica acréscimos de proveitos discrimina-se da seguinte forma:

- (i) 739.602 euros (1.019.290 euros em 2007) relativos a juros de empréstimos concedidos a empresas do Grupo.
- (ii) 1.130.467 euros (431.828 euros em 2007) relativos a outros juros de mora ou indemnizatórios.

14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Derivados de cobertura taxa de juro

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o justo valor dos instrumentos derivados, calculado tendo por base os valores de mercado actuais de instrumentos financeiros equivalentes de taxa de juro é estimado como segue:

| | 31. Dezembro.2008 | 31. Dezembro.2007 |
|----------|-------------------|-------------------|
| Activos | 1.776.634 | 1.113.658 |
| Passivos | 4.894.132 | - |

O valor dos derivados registados como activo correspondem a swaps de taxa de juro com o objectivo de fixação de taxa de juro de empréstimos obtidos.

O valor registado em passivo corresponde a zero cost collars de taxa de juro e destinam-se a diminuir a volatilidade de taxa de juro de empréstimos obtidos.

Estes instrumentos de cobertura de taxa de juro encontram-se avaliados pelo seu justo valor, à data do balanço, determinado por avaliações efectuadas pelo Grupo com recurso a sistemas informáticos de valorização de instrumentos derivados. A determinação do justo valor destes instrumentos financeiros teve por base, para os swaps, a actualização para a data do balanço dos "cash-flows" futuros resultantes da diferença entre a taxa de juro fixa do "leg" fixo do instrumento derivado e a taxa de juro variável indexante do "leg" variável do instrumento derivado. Para opções o justo valor é determinado com base no modelo de "Black-Scholes" e suas variantes.

Os ganhos e perdas do exercício associados à variação do justo valor dos instrumentos derivados ascenderam a uma perda líquida de 3.955.057 euros, excluindo o efeito do registo

do respectivo imposto diferido passivo e foram registados directamente na rubrica de capitais próprios.

15. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007, o detalhe de Caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

| | <u>31.Dezembro.2008</u> | <u>31.Dezembro.2007</u> |
|--|-------------------------|-------------------------|
| Depósitos bancários | 51.391.607 | 13.036 |
| Aplicações de tesouraria | 34.997 | 34.997 |
| Caixa e equivalentes de caixa no balanço | <u>51.426.604</u> | <u>48.033</u> |
| Descobertos bancários (Nota 18) | <u>(1.476.433)</u> | <u>(2.809)</u> |
| Caixa e equivalentes de caixa na demonstração de fluxos de caixa | <u>49.950.171</u> | <u>45.224</u> |

Em descobertos bancários estão considerados os saldos credores de contas correntes com instituições financeiras, incluídos no balanço na rubrica de Empréstimos bancários.

16. CAPITAL SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2008, o capital social, integralmente subscrito e realizado, está representado por 1.000.000.000 acções ordinárias (1.100.000.000 em 31 de Dezembro de 2007), com o valor nominal de 1 euro cada uma.

Durante o exercício a Empresa procedeu à aquisição a uma sua filial de 100.000.000 de acções pelo montante de 255.000.000 Euros.

A 22 de Dezembro de 2008 a sociedade procedeu à redução do seu capital social em 100.000.000 acções através da extinção de acções próprias adquiridas.

Em 31 de Dezembro de 2008 o capital subscrito da sociedade era detido como segue:

| <u>Entidade</u> | <u>%</u> |
|-------------------------|--------------|
| Sonae, SGPS, S.A. | 82,48 |
| Sonae Investments, B.V. | <u>17,52</u> |

17. RESERVAS

| | <u>31.Dezembro.2008</u> | <u>31.Dezembro.2007</u> |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Reservas legais | 99.300.000 | 95.000.000 |
| | <u>99.300.000</u> | <u>95.000.000</u> |
| Reservas e Resultados transitados: | | |
| Reservas nos termos do artº 324 CSC | - | 205.000.000 |
| Reservas de justo valor | - | - |
| Reservas de cobertura | -3.316.342 | 538.170 |
| Outras reservas | 664.814.565 | 619.976.791 |
| | <u>661.498.223</u> | <u>825.514.961</u> |
| | <u>760.798.223</u> | <u>920.514.961</u> |

Em 31 de Dezembro de 2008, a Empresa apresentava 99.300.000 euros (95.000.000 euros em 31 de Dezembro de 2007) relativos a Reservas legais, as quais, de acordo com o Código das Sociedades Comerciais, não podem ser objecto de distribuição aos accionistas a não ser em

caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizadas para absorver prejuízos acumulados, depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas em capital.

Em resultado da extinção de acções próprias referida na nota 16 o valor relativo à Reserva nos termos do artigo 324º CSC foi libertado, sendo o montante líquido entre a reserva constituída e o custo de aquisição das acções próprias no montante de 50.000.000 Euros sido transferido para Outras Reservas.

18. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007 os empréstimos tinham o seguinte detalhe:

| | 31.Dezembro.2008 | | | | 31.Dezembro.2007 | | | |
|-----------------------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | Valor Contabilístico | | Valor Nominal | | Valor Contabilístico | | Valor Nominal | |
| | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente | Corrente | Não Corrente |
| Empréstimos bancários | 20.000.000 | 230.000.000 | 20.000.000 | 230.000.000 | | | | |
| Descobertos bancários | 1.476.433 | | 1.476.433 | | 2.809 | | 2.809 | |
| Empréstimos obrigacionistas | 99.978.611 | 1.001.716.603 | 100.000.000 | 1.006.925.000 | | 1.100.672.731 | | 1.106.925.000 |
| | 121.455.044 | 1.231.716.603 | 121.476.433 | 1.236.925.000 | 2.809 | 1.100.672.731 | 2.809 | 1.106.925.000 |

Os empréstimos e juros são reembolsáveis nos seguintes anos:

| | 31.Dezembro.2008 | | | 31.Dezembro.2007 | |
|-------|------------------|-------------|-------|------------------|-------------|
| | Capital | Juros | | Capital | Juros |
| 2008 | | | 2008 | 2.809 | 57.954.762 |
| 2009 | 121.476.433 | 66.148.798 | 2009 | 100.000.000 | 54.619.895 |
| 2010 | 64.925.000 | 55.384.580 | 2010 | 64.925.000 | 51.688.373 |
| 2011 | 82.000.000 | 53.519.269 | 2011 | 82.000.000 | 48.380.361 |
| 2012 | 350.000.000 | 42.985.468 | 2012 | 350.000.000 | 38.775.565 |
| 2013 | 155.000.000 | 32.794.303 | 2013 | 155.000.000 | 25.634.467 |
| 2014 | 230.000.000 | 24.247.911 | +2014 | 355.000.000 | 35.317.289 |
| +2015 | 355.000.000 | 13.070.720 | | | |
| | 1.358.401.433 | 288.151.049 | | 1.106.927.809 | 312.370.710 |

Os empréstimos obrigacionistas podem ser resumidos como segue:

| | |
|---|-------------|
| Modelo Continente - 2003 | 82.000.000 |
| Modelo Continente - 2004 | 100.000.000 |
| Modelo Continente - 2005/2010 | 64.925.000 |
| Modelo Continente - 2005/2012 | 150.000.000 |
| Modelo Continente - 2007/2012 | 200.000.000 |
| Sonae Distribuição - 2007/2015 | 200.000.000 |
| Sonae Distribuição Setembro - 2007/2015 | 310.000.000 |

Empréstimo por obrigações – MODELO CONTINENTE - 2003

1.640.000 obrigações - Valor Nominal: 50 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,75% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 15 de Abril e em 15 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 15 de Outubro 2011. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2004

10.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 1,15% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 18 de Março e em 18 de Setembro de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, de uma só vez, no termo do prazo do empréstimo, em 18 de Março 2009. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2005/2010

265 000 obrigações - Valor Nominal: 245 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, adicionada de um spread de 0,70% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado, com pagamentos em 3 de Fevereiro e em 3 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Será amortizado ao seu valor nominal, no final do 5º cupão de vida do empréstimo, ou seja, em 3 de Agosto de 2010, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, no 2º, 3º ou 4º ano de vida do empréstimo mediante o pagamento de um prémio de 0,125% sobre o valor reembolsado.

Em 3 de Agosto de 2007 a sociedade procedeu, de acordo com as condições de emissão, à amortização parcial das obrigações. A amortização será de 755 euros por obrigação, com um prémio a atribuir no montante de 0,94375 euros por obrigação.

Após amortização, o empréstimo reduziu-se para 64.925.000 euros, representado por 265.000 obrigações com o valor nominal de 245 euros cada.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2005/2012

15.000.000 obrigações - Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 7 (sete) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,85%.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamento em 2 de Fevereiro e em 2 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 14º cupão, ou seja, em 2 de Agosto de 2012, salvo se ocorrer reembolso antecipado.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas datas de pagamento do 10º, 11º, 12º e 13º cupões.

Empréstimo por obrigações - MODELO CONTINENTE - 2007/2012

4.000 Obrigações – Valor Nominal: 50.000 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 5 (cinco) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,5% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 30 de Abril e em 30 de Outubro de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 10º cupão, ou seja, em 30 de Abril de 2012. Não existe possibilidade de reembolso antecipado nem por parte da emitente nem por parte dos obrigacionistas.

Empréstimo por obrigações - SONAE DISTRIBUIÇÃO - 2007/2015

4.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 50 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, com um spread de 0,48% a.a..

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Fevereiro e em 10 de Agosto de cada ano.

Reembolso: Ao par, na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Agosto de 2015.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado total e antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, nas datas de pagamento do 10º, 12º, 14º cupões.

Empréstimo por obrigações - SONAE DISTRIBUIÇÃO SETEMBRO - 2007/2015

31.000.000 Obrigações – Valor Nominal: 10 euros.

Prazo Máximo do Empréstimo: Será de 8 (oito) anos.

Taxa de Juro anual: A taxa de juro é variável, indexada à taxa EURIBOR a 6 meses verificada no segundo dia útil Target anterior ao início do período de contagem de juros, acrescida de um spread de 0,25% a.a. nas primeiras 3 datas de pagamento de juros e 0,55% a.a. a partir da 4ª data de pagamento de juros.

Pagamento de Juros: Semestral e postecipado com pagamentos em 10 de Março e em 10 de Setembro de cada ano (cada uma Data de Pagamento de juros).

Reembolso: Ao par nos seguintes termos:

50% na data de pagamento do 12º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2013;

50% na data de pagamento do 16º cupão, ou seja, em 10 de Setembro de 2015.

Reembolso antecipado (Call-Option): O empréstimo poderá ser reembolsado antecipadamente por iniciativa da Emitente, sem penalização, total ou parcialmente, por redução ao valor nominal das obrigações, nas 10ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª e 15ª datas de pagamento de juros.

Reembolso antecipado extraordinário (Call-Option): até ao final do 18º mês de vida do empréstimo nas seguintes condições:

(i) o empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sem penalizações, em cada Data de Pagamento de Juros;

(ii) o empréstimo poderá ser reembolsado total ou parcialmente, sujeito a Breakage Costs, com 30 dias de pré-aviso no decurso de cada período de juros.

Os montantes de instrumentos financeiros destinados a cobrir as carências de tesouraria disponíveis a 31 de Dezembro de 2008 e 2007 podem ser resumidas como se segue:

| | 31.Dezembro.2008 | | 31.Dezembro.2007 | |
|--------------------------------|--------------------------|--------------------------|------------------------------|------------------------------|
| | Compromisso Inferior a 1 | Compromisso Superior a 1 | Compromisso Inferior a 1 ano | Compromisso Superior a 1 ano |
| Montante de Linhas Contratadas | 308.370.074 | 400.000.000 | 257.280.525 | 400.000.000 |
| Montante de Linhas Disponíveis | 286.893.641 | 170.000.000 | 260.870.074 | 400.000.000 |

Os montantes considerados em instrumentos financeiros com compromisso superior a 1 ano são programas de papel comercial com garantia de colocação com um prazo de 6 ano.

Dado que é intenção de manter a utilização desta forma de financiamento por um período superior a 1 ano, a Empresa classificou estes montantes como não correntes.

19. FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica de fornecedores apresenta valores a liquidar num prazo não superior a 90 dias, resultantes de aquisições decorrentes da actividade normal da empresa.

20. OUTRAS DÍVIDAS A TERCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica Outras dívidas a terceiros tinha o seguinte detalhe:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|----------------------------|------------------|------------------|
| Outras dívidas a terceiros | 5.650 | 3.965.364 |

Todos estes passivos são exigíveis à vista.

21. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 a rubrica Outros passivos correntes tinha o seguinte detalhe:

| Acréscimo de Custos | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---|-------------------|-------------------|
| Remunerações a liquidar | 330.879 | 302.466 |
| Juros a liquidar | 23.610.332 | 19.220.778 |
| Responsabilidade por prémios de desempenho diferido | 200.930 | 906.445 |
| Outros | 158.044 | 90.242 |
| | <u>24.300.185</u> | <u>20.519.931</u> |

A Empresa, em 2008 e em anos anteriores, concedeu aos seus colaboradores prémios de desempenho diferidos sob a forma de acções, a adquirir a custo zero, três anos após a sua atribuição. Em qualquer dos casos, a aquisição poderá efectuar-se entre a data homóloga do 3º ano após a atribuição e o final desse ano. A sociedade tem o direito de entregar em substituição de acções o valor equivalente em dinheiro. O exercício dos direitos só ocorre se o colaborador estiver ao serviço de empresa do Grupo Sonae, na data de vencimento. Estas responsabilidades são valorizadas nos termos da Nota 2.6. Nas demonstrações financeiras consolidadas encontra-se apresentada uma descrição detalhada do referido plano.

22. PROVISÕES E PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS

Em 31 de Dezembro de 2008 o movimento ocorrido na rubrica Provisões e perdas por imparidade acumuladas foi como se segue:

| Rubrica | Saldo Inicial | Aumentos | Diminuições | Saldo Final |
|-----------------------------|---------------|-----------|-------------|-------------|
| Imparidade em investimentos | 38.568.497 | 7.300.000 | | 45.868.497 |

O aumento de 7.300.000 euros foi reconhecido por contrapartida da rubrica de Resultados relativos a investimentos (Nota 29), tendo em consideração o valor da avaliação dos activos líquidos da filial em questão (fundamentalmente imóveis).

23. ACTIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe de Activos e Passivos contingentes era o seguinte:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|------------------------------------|-------------------|-------------------|
| Garantias Prestadas: | | |
| por processos fiscais em curso | 53.558.849 | 18.821.550 |
| por processos autárquicos em curso | 289.380 | 289.380 |
| outras | 14.633.113 | |
| | <u>68.481.342</u> | <u>19.110.930</u> |

Não foi criada qualquer provisão para fazer face a eventuais riscos relacionados com os diferendos para os quais foram prestadas garantias, por ser entendimento do Conselho de Administração que da resolução dos referidos diferendos não resultarão quaisquer passivos para a Sociedade.

A Empresa garantiu o cumprimento das obrigações assumidas pela Sonae Capital Brasil, S.A. no âmbito da alienação de uma subsidiária no Brasil relacionadas com a resolução de processos de natureza fiscal envolvendo a subsidiária alienada, conforme descrito na Nota 32 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. O Conselho de Administração entende que da resolução daqueles processos não resultarão perdas para a Empresa.

24. PARTES RELACIONADAS

Os saldos e transacções mais significativos efectuados com entidades relacionadas, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007, foram:

| Transacções | Prestação de Serviços | | Outros proveitos operacionais | |
|--------------------------------|------------------------|--------------------|-------------------------------|--------------------|
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Empresa- Mãe | | | | |
| Empresas do grupo e associadas | 1.590.069 | 3.128.682 | 3.074.421 | 3.170.758 |
| | <u>1.590.069</u> | <u>3.128.682</u> | <u>3.074.421</u> | <u>3.170.758</u> |
| Transacções | Juros recebidos | | Juros suportados | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Empresa- Mãe | 120.748 | 2.787.374 | 176.861 | |
| Empresas do grupo e associadas | 90.285.103 | 60.102.568 | 8.257.961 | 11.235.553 |
| Outras partes relacionadas | 148.517 | | 6.516 | |
| | <u>90.554.368</u> | <u>62.889.942</u> | <u>8.441.338</u> | <u>11.235.553</u> |
| Transacções | Dividendos recebidos | | | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | | |
| Empresa- Mãe | | | | |
| Empresas do grupo e associadas | 255.629.909 | 18.193.658 | | |
| | <u>255.629.909</u> | <u>18.193.658</u> | | |
| Saldos | Contas a receber | | Contas a pagar | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Empresa- Mãe | | | | |
| Empresas do grupo e associadas | 61.089.045 | 678.868.933 | 2.637.449 | 3.386.950 |
| Outras partes relacionadas | 56.028 | 8.735 | 17.065 | 4.646 |
| | <u>61.145.073</u> | <u>678.877.668</u> | <u>2.654.514</u> | <u>3.391.596</u> |
| Saldos | Empréstimos concedidos | | Empréstimos obtidos | |
| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
| Empresa- Mãe | | | | |
| Empresas do grupo e associadas | 1.521.713.780 | 835.669.909 | 568.790.000 | 308.140.500 |
| Outras partes relacionadas | 5.197.000 | | 46.000 | |
| | <u>1.526.910.780</u> | <u>835.669.909</u> | <u>568.836.000</u> | <u>308.140.500</u> |

Consideram-se partes relacionadas incluídas na categoria de Empresa - mãe as empresas Sonae, SGPS, S.A. e Efanor Investimentos, SGPS, S.A.; na categoria de Empresas do grupo e associadas todas as empresas participadas pela Sonae Distribuição, SGPS, S.A. conforme descritas no anexo consolidado; na categoria Outras partes relacionadas as empresas subsidiárias e entidades sob controlo conjunto da Sonae, SGPS, S.A. e Efanor Investimentos, SGPS, S.A.

Para além das transacções acima identificadas com as filiais e associadas do Grupo Sonae, SGPS, S.A. não existiram transacções com outras empresas relacionadas.

Durante o exercício foram concedidas operações de tesouraria à Sonae SGPS, S.A., no montante global de 280.997.000 Euros (359.425.000 euros em 2007), os quais foram liquidadas durante o exercício; bem como foram obtidas operações de tesouraria da Sonae SGPS, S.A no montante de 85.500.000 euros, as quais foram igualmente liquidadas durante o exercício.

Em 2008 e 2007, não ocorreram transacções com os Administradores da sociedade nem lhes foram concedidos empréstimos, sendo que as suas remunerações e de outros colaboradores com responsabilidade de tomada de decisão estratégica estão divulgados nas demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 não existiam saldos com os administradores da sociedade.

25. PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

O montante relativo a prestações de serviços corresponde fundamentalmente a valores facturados por serviços prestados a empresas do Grupo Sonae Distribuição em Portugal.

26. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

A repartição dos outros proveitos operacionais nos exercícios de 2008 e 2007 é a seguinte:

| | <u>31.Dezembro.2008</u> | <u>31.Dezembro.2007</u> |
|-------------------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Recuperação de encargos (a) | 3.137.897 | 3.170.758 |
| Ganhos em imobilizações incorpóreas | 539.611 | |
| Outros proveitos operacionais | 70.224 | 9.173 |
| | <u>3.747.732</u> | <u>3.179.931</u> |

a) Proveitos relativos a custos assumidos por conta das participadas e posteriormente redebitados (Nota 27).

27. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

| | <u>31.Dezembro.2008</u> | <u>31.Dezembro.2007</u> |
|---------------------|-------------------------|-------------------------|
| Impostos Indirectos | 2.955.438 | 3.164.210 |
| Serviços Bancários | 217.798 | 110.964 |
| Outros | 16.960 | 14.580 |
| | <u>3.190.196</u> | <u>3.289.754</u> |

O montante de impostos indirectos suportados no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 corresponde, fundamentalmente, a custos com taxas para abertura de lojas de retalho os quais foram posteriormente redebitados às Empresas do Grupo que detêm a exploração dessas novas lojas (Nota 26).

28. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros nos exercícios de 2008 e 2007 têm a seguinte decomposição:

| | <u>31.Dezembro.2008</u> | <u>31.Dezembro.2007</u> |
|---|-------------------------|-------------------------|
| Custos e perdas: | | |
| Juros suportados | | |
| relativos a descobertos e empréstimos bancários | 13.760.219 | 3.080.111 |
| relativos a obrigações não convertíveis | 59.690.981 | 40.916.098 |
| relativos a derivados cobertura | 131.509 | |
| relativos a empréstimos obtidos de empresas do grupo | 8.441.338 | 11.235.553 |
| outros | 273 | 5.586 |
| | <u>82.024.320</u> | <u>55.237.348</u> |
| Diferenças de câmbio desfavoráveis | | |
| outros | 23 | |
| | <u>23</u> | |
| Outros custos e perdas financeiras: | | |
| encargos de emissão de dívida | 2.378.916 | 1.941.330 |
| outros | 141.941 | 556.169 |
| | <u>84.545.200</u> | <u>57.734.847</u> |
| Resultados financeiros | <u>8.682.764</u> | <u>13.059.104</u> |
| | <u>93.227.964</u> | <u>70.793.951</u> |
| Proveitos e ganhos: | | |
| Juros obtidos | | |
| relativos a depósitos bancários | 59.530 | 7.418.942 |
| relativos a unidades de participação | | 6.779.673 |
| relativos a empréstimos concedidos de empresas do grupo | 90.554.368 | 56.110.269 |
| relativos a derivados cobertura | | 381.455 |
| outros | 2.613.793 | 103.527 |
| Outros proveitos e ganhos financeiros | 273 | 85 |
| | <u>93.227.964</u> | <u>70.793.951</u> |

29. RESULTADOS RELATIVOS A INVESTIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2008 e em 31 de Dezembro de 2007, o detalhe dos resultados relativos a investimentos era o seguinte:

| | <u>2008</u> | | <u>2007</u> | |
|---|-------------------|--------------------|------------------|-------------------|
| | 4º Trimestre | Acumulado | 4º Trimestre | Acumulado |
| Dividendos | 19.329.772 | 255.629.909 | | 18.193.658 |
| Ganhos na alienação de investimentos | | | | 35.728.616 |
| Perdas na alienação de investimentos | | | | (5.454.530) |
| Perdas de imparidade de investimentos (Nota 22) | (7.300.000) | (7.300.000) | | (3.422.506) |
| Reversão (Perdas) imparidade de investimentos (Nota 22) | | | | 4.300.247 |
| | <u>12.029.772</u> | <u>248.329.909</u> | <u>4.300.247</u> | <u>49.345.485</u> |

A 31 de Dezembro de 2008 a sociedade registou uma perda de imparidade de investimentos na sua participação da Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A. no montante de 7.300.000 euros (Nota 22).

O montante registado em 2007 relativo a reversão de perdas por imparidade resulta da alienação do instrumento financeiro para que a referida imparidade tinha sido constituída.

30. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos no exercício de 2008 e 2007 são detalhados como segue:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---|-------------------------|--------------------|
| Estimativa de imposto | (504.626) | (135.073) |
| Excesso / (Insuficiência) estimativa | 55.645 | (9.245.971) |
| Outros | | 1.087.487 |
| | Imposto corrente | (8.293.557) |
| Anulação imobilizado incorpóreo (Nota 8) | (304) | (1.345) |
| Diferença entre amortizações económicas e amortizações fiscais (Nota 5) | 37.817 | 75.910 |
| Tributação de Fundos de Investimento Imobiliário | 6.868.777 | |
| Prejuízos fiscais (utilizados ao nível RETGS) | 3.076.465 | 31.138.729 |
| Outros | - | - |
| | Imposto diferido | 31.213.294 |
| | 9.533.774 | 22.919.737 |

A reconciliação do resultado antes de impostos com o imposto do exercício em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 é como se segue:

| | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---|-----------------------------------|---------------------|
| Resultado antes de imposto | 256.578.307 | 61.218.037 |
| Taxa de imposto | 25,00% | 26,50% |
| | 64.144.577 | 16.222.780 |
| Utilização de perdas fiscais anteriormente não reconhecidas | (10.858.858) | (35.390.551) |
| Perdas de Imparidade não aceites fiscalmente | 1.825.000 | 232.601 |
| Insuficiência/Excesso de estimativa de imposto | (55.645) | 9.245.971 |
| Diferencial entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas | | (8.070.333) |
| Efeito de Dividendos não sujeitos a tributação | (57.655.439) | (4.821.319) |
| Tributação de Fundos de Investimento Imobiliário | (6.868.777) | |
| Outros | 1.752.658 | (338.886) |
| Benefícios fiscais | (1.817.281) | |
| | Imposto sobre o Rendimento | (22.919.737) |
| | (9.533.766) | |

O valor apresentado como Tributação de Fundos de Investimento imobiliário refere-se ao crédito de imposto auferido pela Empresa em resultado do recebimento de rendimentos de Fundos de Investimento Imobiliários gerados em data anterior à aquisição do Fundo pela Empresa e que foram registados (líquidos de imposto) na rubrica de Investimentos Financeiros (Nota 5).

31. RESULTADOS POR ACÇÃO

Os resultados por acção do exercício foram calculados, tendo em consideração os seguintes montantes:

| | 31. Dezembro.2008 | 31. Dezembro.2007 |
|--|-------------------|-------------------|
| Resultados | | |
| Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico (resultado líquido do exercício) | 266.112.081 | 84.137.774 |
| Resultados para efeito do cálculo do resultado líquido por acção diluído | 266.112.081 | 84.137.774 |
| Número de acções | | |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção básico | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Número médio ponderado de acções para efeito de cálculo do resultado líquido por acção diluído | 1.000.000.000 | 1.000.000.000 |
| Resultado por acção (básico e diluído) | 0,266 | 0,084 |

Conforme Assembleia Geral de Accionistas de 31 de Março de 2008, foram atribuídos 85.000.000,00 euros, a título de dividendos.

32. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 03 de Março de 2009.

O resultado líquido do exercício da empresa Sonae Distribuição, SGPS, S.A., foi de 266.112.080,73 euros, relativamente ao qual o Conselho de Administração propõe a seguinte distribuição:

| | |
|-----------------|-----------------------------|
| Reserva legal | 14.700.000,00 euros |
| Reservas livres | 116.412.080,73 euros |
| Dividendos | 85.000.000,00 euros |
| Total | 266.112.080,73 euros |

33. CUMPRIMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS
Decreto-Lei nº 3318/94 art. 5º nº 4

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de Suprimentos com as seguintes empresas:

Azulino Imobiliária, S.A.
 Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Canasta – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
 Chão Verde – Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A.
 Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
 Contimobe – Imobiliária Castelo Paiva, S.A.
 Cumulativa – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
 IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
 Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imomuro – Sociedade Imobiliária, S.A.
 Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.

Imosistema – Sociedade Imobiliária, S.A.
MJLF – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, Lda
Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Raso, SGPS, S.A.
Selifa – Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.
Soflorin, B.V.
Sonae Retalho Espanha, S.A.
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sonvecap, B.V.
Sportzone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.

Durante o período findo a 31 de Dezembro de 2008 foram celebrados contratos de Operações de tesouraria com as seguintes empresas:

Bertimóvel – Sociedade Imobiliária, S.A.
Best Offer – Prestação de Informação pela Internet, S.A.
Bikini – Portal de Mulheres, S.A.
Carnes do Continente – Indústria e Distribuição de Carnes, S.A.
Citorres – Sociedade Imobiliária, S.A.
Contibomba – Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A.
Contimobe – Imobiliária Castelo Paiva, S.A.
Continente Hipermercados, S.A.
Difusão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Edições Book.it – S.A.
Efanor – Design e Serviços, S.A.
Efanor – Indústria de Fios, S.A.
Equador & Mendes – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Estevão Neves – Hipermercados da Madeira, S.A.
Farmácia Seleção, S.A.
Fozimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Fozmassimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Global S – Hipermercados, S.A.
IGI – Investimento Imobiliário, S.A.
Igimo – Sociedade Imobiliária, S.A.
Iginha – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoconti – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoestrutura – Sociedade Imobiliária, S.A.
Imoresultado – Sociedade Imobiliária, S.A.
Infocfield – Informática, S.A.
Inventory – Acessórios de Casa, S.A.
Modalfa – Comércio e Serviços, S.A.
Modelo Com. – Vendas por Correspondência, S.A.
Modelo Continente – Operações de Retalho, SGPS, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A.
Modelo Continente Hipermercados, S.A. – Sucursal Espanha
Modelo Continente Seguros – Sociedade de Mediação, Lda.
Modelo Hiper – Imobiliária, S.A.
NA – Comércio e artigos de Desporto, S.A.
NA – Equipamentos para o Lar, S.A.
Nova Equador Internacional – Agência de Viagens e Turismo, Lda.
Nova Equador P.C.O Organização de Eventos, Sociedade Unipessoal, Lda
Peixes do Continente – Indústria e Distribuição de Peixe, S.A.
Pharmacontinente – Saúde e Higiene, S.A.

Predicomercial – Promoção Imobiliária, S.A.
Sempre à Mão – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sesagest – Projectos e Gestão Imobiliária, S.A.
Socijofra – Sociedade Imobiliária, S.A.
Sociloures – Sociedade Imobiliária, S.A.
Solaris – Supermercados, S.A.
Sonae, SGPS, S.A.
Sondis Imobiliária, S.A.
Sontária – Empreendimentos Imobiliários, S.A.
Sonvecap, B.V.
Sportzone – Comércio de Artigos de Desporto, S.A.
Star – Agência de Viagens e Turismo, S.A.
Tlantic Portugal – Sistemas de Informação, S.A.
Todos os Dias – Comércio Retalhista e Exploração de Centros Comercias, S.A.
Valor N, S.A.
Worten – Equipamentos para o Lar, S A.

As respectivas posições credoras em 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 são as seguintes:

Empréstimos concedidos correntes (Nota10) e não correntes (Nota 8):

| EMPRESAS | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---|----------------------|--------------------|
| Azulino - Imobiliária, S.A. | 4.193.256 | - |
| Bertimóvel - Sociedade Imobiliária, S.A. | 18.910.000 | 15.934.000 |
| Canasta - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 2.916.000 | 3.006.000 |
| Chão Verde - Sociedade de Gestão Imobiliária, S.A. | 2.622.584 | 2.791.584 |
| Citorres - Sociedade Imobiliária, S.A. | 3.662.000 | 3.973.000 |
| Contibomba - Comércio e Distribuição de Combustíveis, S.A. | 134.000 | 214.000 |
| Contimobe - Imobiliária Castelo Paiva, S.A. | 72.759.000 | 75.909.000 |
| Continente Hipermercados, S.A. - Sucrussal | 180.735.000 | - |
| Cumulativa - Sociedade Imobiliária, S.A. | 2.961.000 | 3.056.000 |
| Difusão - Sociedade Imobiliária, S.A. | 28.726.000 | 25.527.000 |
| Efanor - Indústria de fios, S.A. | 375.000 | 1.253.000 |
| Equador & Mendes - Agência Viagens e Turismo, Lda | 354.000 | 213.000 |
| Fozimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | 1.809.000 | 1.932.000 |
| Global S - Hipermercados, Lda | - | 735.000 |
| IGI - Investimento Imobiliário, S.A. | 227.072.000 | 183.902.000 |
| Igimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | 557.000 | 595.000 |
| Iginha - Sociedade Imobiliária, S.A. | 14.179.500 | 14.277.500 |
| Imoconti - Sociedade Imobiliária, S.A. | 17.904.222 | 18.761.222 |
| Imoestrutura - Sociedade Imobiliária, S.A. | 491.000 | 621.000 |
| Imomuro - Sociedade Imobiliária, S.A. | 4.160.897 | 4.106.897 |
| Imoresultado - Sociedade Imobiliária, S.A. | 404.000 | 388.000 |
| Imosistema - Sociedade Imobiliária, S.A. | 4.421.000 | 4.565.000 |
| Infofield - Informática, S.A. | 9.980.000 | 5.000.000 |
| MJLF - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 3.785.000 | 3.981.000 |
| Modalfa - Comércio e Serviços, S.A. | 1.604.000 | 11.139.000 |
| Modelo Continente Hipermercados, S.A. | 154.022.000 | 103.322.000 |
| Modelo Continente Seguros - Sociedade de Mediação, Lda | 5.390.000 | 1.400.000 |
| Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, S.A. | 46.280.000 | - |
| NA - Equipamentos para o Lar, S.A. | 735.000 | - |
| Nova Equador Intemacional - Agência de Viagens e Turismo, Lda | - | 176.000 |
| Pharmacontinente - Saúde e Higiene, S.A. | 9.995.000 | 4.854.000 |
| Predicomercial - Promoção Imobiliária, S.A. | 11.277.000 | 10.950.000 |
| Raso, S.G.P.S., S.A. | 3.250.000 | - |
| Selifa - Sociedade de Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 3.977.000 | 4.189.000 |
| Sempre à Mão - Sociedade Imobiliária, SA | 24.294.128 | 17.128 |
| Sesagest - Projectos e Gestão Imobiliária, S.A. | 36.775.183 | 47.354.000 |
| Socijofra - Sociedade Imobiliária, S.A. | 7.865.000 | 8.131.000 |
| Socioures - Sociedade Imobiliária, S.A. | 30.083.347 | 31.635.347 |
| Soflorin, B.V. | 536.540.000 | 34.276.568 |
| Solaris Supermercados, S.A. | - | 1.171.000 |
| Sonae Retalho Espanha, S.A. | 235.002 | 13.002 |
| Sondis Imobiliária, S.A. | 22.317.159 | 20.278.159 |
| Sontária - Empreendimentos Imobiliários, S.A. | 3.243.502 | 3.639.502 |
| Sonvecap, B.V. | - | 150.976.000 |
| Sportzone - Comércio de Artigos de Desporto, S.A. | 17.323.000 | 23.336.000 |
| Star Viagens e Turismo, S.A. | 4.843.000 | - |
| SRE - Projectos de Consultoria, S.A. | - | - |
| Tlantic Portugal - Sistemas de Informação, S.A. | 83.000 | 4.000 |
| Todos os Dias - Comércio Ret. e Expl. de Centros Comerciais, S.A. | 81.000 | 1.067.000 |
| Valor N, S.A. | 3.586.000 | - |
| Worten - Equipamentos para o Lar, S.A. | - | 7.000.000 |
| | 1.526.910.780 | 835.669.909 |

Dos montantes acima, 1.263.332.780 Euros (774.196.909 Euros em 31 de Dezembro de 2007) encontram-se registados como activos não correntes.

As respectivas posições devedoras relativas aos contratos mencionados à data de 31 de Dezembro de 2008 e 31 de Dezembro de 2007 eram como se segue:

Empréstimos obtidos correntes (Nota 10):

| EMPRESAS | 31.Dezembro.2008 | 31.Dezembro.2007 |
|---|----------------------|----------------------|
| Best Offer - Prestação de Informações pela Internet, S.A. | (2.120.000) | - |
| Bikini - Portal de Mulheres, S.A. | (3.173.000) | (3.250.000) |
| Carnes Continente - Indústria e Distribuição de Carnes, S.A. | (6.867.000) | (526.000) |
| Edições Book.it - S.A. | (1.023.000) | - |
| Efanor - Design e Serviços, S.A. | (1.211.000) | (701.000) |
| Estevão Neves - Hipercercados da Madeira, S.A. | (1.319.000) | (6.448.000) |
| Farmácia Seleccção, S.A. | (100.000) | - |
| Fozmassimo - Sociedade Imobiliária, S.A. | (2.853.000) | (4.670.000) |
| Global S - Hipercercados, Lda | (1.808.000) | - |
| Infofield - Informática, S.A. | - | (2.076.000) |
| Inventory - Acessórios de Casa, S.A. | (1.186.000) | (1.161.000) |
| Marcas MC ZRT | - | (10.178.000) |
| Modelo Continente - Operações de Retalho, SGPS, SA | - | (216.459.000) |
| Modelo Continente Hipercercados, S.A. | (198.432.000) | (25.124.500) |
| Modelo Hiper - Imobiliária, S.A. | (1.859.000) | (40.000) |
| Modelo.Com - Vendas por Correspondência, S.A. | (8.696.000) | - |
| NA - Comércio e Artigos de Desporto, S.A. | (49.000) | - |
| Nova Equador Intemacional - Agência de Viagens e Turismo, Lda | (46.000) | - |
| Nova Equador P.C.O Organização de Eventos, S.U, Lda | (206.000) | - |
| Peixes Continente - Indústria e Distribuição de Peixes, S.A. | (1.060.000) | (639.000) |
| Solaris Supercercados, S.A. | (284.000) | - |
| Sonvecap, B.V. | (291.686.000) | - |
| Worten - Equipamentos para o Lar, S.A. | (44.858.000) | (36.868.000) |
| | (568.836.000) | (308.140.500) |

Matosinhos, 03 de Março de 2009

O Conselho de Administração,

Duarte Paulo Teixeira de Azevedo (Presidente)

Nuno Manuel Moniz Trigo Jordão (CEO)

Ângelo Gabriel Ribeirinho dos Santos Paupério

Álvaro Carmona e Costa Portela



**CERTIFICAÇÃO LEGAL
DE CONTAS**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

E

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada e individual contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas e individuais anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A. (“Empresa”), as quais compreendem os Balanços Consolidado e Individual em 31 de Dezembro de 2008 (que evidenciam um total de 3.670.865.552 Euros e 3.987.647.370 Euros, respectivamente e capitais próprios consolidados e individuais de 931.292.550 Euros e 2.026.910.304 Euros, respectivamente, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos accionistas da Empresa de 170.993.512 Euros e um resultado líquido individual de 266.112.081 Euros), as Demonstrações Consolidadas e Individuais dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa; (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas e individuais que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade da Empresa e do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou os seus resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira consolidada e individual contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspectos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas e individuais estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras consolidadas e individuais e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação, a aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e individuais, e a apreciação, para os aspectos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas e individuais. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas e individuais referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada e individual da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A. em 31 de Dezembro de 2008, o resultado consolidado e individual das suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados e individuais no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas directrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Porto, 3 de Março de 2009

DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.
Representada por António Manuel Martins Amaral



**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Accionistas da Sonae Distribuição, S.G.P.S, S.A.

1 – Relatório

1.1– Introdução

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente relatório e parecer sobre o relatório de gestão e restantes documentos de prestação de contas individuais e consolidadas da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A., apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2008.

1.2 – Fiscalização

O Conselho Fiscal, no decurso do exercício em apreço, acompanhou de forma circunstanciada a gestão da sociedade em todas as matérias do seu âmbito de competências, bem como analisou com a extensão aconselhável a evolução dos negócios sociais, tendo efectuado reuniões com a frequência que considerou adequadas, nas quais, contou com a presença de responsáveis operacionais nas áreas financeira, de contabilidade e de gestão de riscos e do controlo interno e, ainda, do auditor externo, função exercida em acumulação com a de Revisor Oficial de Contas. Estas Entidades sempre demonstraram uma profícua colaboração para o exercício, pelo Conselho Fiscal, das atribuições que lhe são conferidas pelo Código das Sociedades Comerciais.

No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal examinou os Balanços individual e consolidado em 31 de Dezembro de 2008, as Demonstrações individuais e consolidadas dos resultados por naturezas, dos fluxos de caixa e das alterações no capital próprio do exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos. Adicionalmente procedeu à apreciação do Relatório de Gestão do exercício em análise e a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria emitidos pelo Revisor Oficial de Contas, os quais mereceram o seu acordo.

No exercício, o Conselho Fiscal analisou com particular atenção o tratamento contabilístico de todas as situações de natureza patrimonial cujas implicações de índole económica e financeira foram relevantes para o desenvolvimento da actividade expressa nas demonstrações financeiras em apreço. Para o efeito, o Conselho Fiscal contou com a colaboração dos serviços internos responsáveis e, ainda, do revisor oficial de contas e auditor externo, para exame dessas situações, em especial, no que respeita às demonstrações financeiras consolidadas, tendo-se obtido respostas consideradas inteiramente satisfatórias.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal é de opinião que a informação decorrente das demonstrações financeiras em análise, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sonae Distribuição, S.G.P.S., S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o Relatório de Gestão descreve fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição financeira da empresa quer em termos individuais quer consolidados e expõe os principais riscos e incertezas com que as mencionadas demonstrações financeiras se defrontam.

2 – Parecer

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de opinião que o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras consolidada e individual, bem como a proposta de aplicação dos resultados apresentada pelo Conselho de Administração, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que recomenda a sua aprovação pelos Accionistas.

3 – Declaração de responsabilidade

De acordo com o disposto no art. 8º nº 1, alínea a) do Regulamento da CMVM nº 5/2008 (Deveres de informação), os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório de Gestão e dos demais documentos de prestação de contas, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Mais entendem que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Matosinhos, 16 de Março de 2009

O Conselho Fiscal,

UHY & Associados, SROC, Lda.
Representada por António Francisco Barbosa dos Santos

Arlindo Dias Duarte Silva

Óscar José Alçada da Quinta